

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	21
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	38
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	41
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	42
4.5 - Processos sigilosos relevantes	43
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	44
4.7 - Outras contingências relevantes	45
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	46

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	47
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	54
5.3 - Descrição dos controles internos	57
5.4 - Programa de Integridade	62
5.5 - Alterações significativas	67
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	68

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	69
6.3 - Breve histórico	70
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	71
6.6 - Outras informações relevantes	72

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	73
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	81
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	82
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	85
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	94
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	95
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	101
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	102
7.8 - Políticas socioambientais	103
7.9 - Outras informações relevantes	104

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	109
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	110
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	111

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	112
---	-----

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	113
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	114
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	115
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	118
9.2 - Outras informações relevantes	120

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	121
10.2 - Resultado operacional e financeiro	143
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	146
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	154
10.5 - Políticas contábeis críticas	159
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	162
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	163
10.8 - Plano de Negócios	165
10.9 - Outros fatores com influência relevante	166

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	186
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	187

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	188
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	194
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	198
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	200
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	201
12.7/8 - Composição dos comitês	204

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	205
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	206
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	209
12.12 - Outras informações relevantes	210

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	215
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	220
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	224
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	228
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	233
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	241
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	244
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	246
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	248
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	249
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	250
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	251
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	252
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	254
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	255
13.16 - Outras informações relevantes	256

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	257
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	259

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	260
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	261
14.5 - Outras informações relevantes	262

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	263
15.3 - Distribuição de capital	269
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	270
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	271
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	272
15.7 - Principais operações societárias	273
15.8 - Outras informações relevantes	281

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	282
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	285
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	292
16.4 - Outras informações relevantes	294

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	295
17.2 - Aumentos do capital social	296
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	300
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	301
17.5 - Outras informações relevantes	302

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	303
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	304

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	305
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	306
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	307
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	309
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	310
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	311
18.8 - Títulos emitidos no exterior	312
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	313
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	314
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	315
18.12 - Outras informações relevantes	316

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	317
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	318
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	319

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	320
20.2 - Outras informações relevantes	321

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	322
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	324
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	326
21.4 - Outras informações relevantes	327

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Gustavo Henrique Braga Couto

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 50.027.727-3 (SSP-BA) e inscrito no CPF/MF sob o nº 617.152.125-68, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-011 na qualidade de Diretor Presidente da **Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 353.651.228-36, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-011 na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	31/07/2017		
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados (i) à auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia") relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); auditoria independente das demonstrações financeiras combinadas carve-out da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018 preparadas de acordo com o BR GAAP e IFRS, e revisão das informações intermediárias relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017 e 2018; (iii) serviços relacionados a auditoria para a emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados; e (iv) serviços de assessoria sobre análise histórica da carteira de clientes da Companhia, da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda, da Borgato Caminhões S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Máquinas S.A. ("Grupo Vamos")		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.383 mil, sendo (i) R\$ 2.318 mil, correspondente a honorários de auditoria e outros serviços em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações intermediárias; e (ii) R\$ 65 mil de serviços de consultoria.		
Justificativa da substituição	Não aplicável		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Ulysses Marcelo Duarte Magalhães	31/07/2017	018.011.427-18	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8º andar, -, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39403133, e-mail: umagalhaes@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Como parte da política interna da Companhia, todos os serviços prestados pela empresa de auditoria independente devem ser analisados pela Administração antes de sua realização, como forma de garantir que não haja conflito de interesse.

As demais informações relevantes pertinentes a este item foram citadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	581.482.997,27	694.165.440,47	172.610.239,32
Ativo Total	2.023.431.540,47	2.010.766.635,34	851.235.406,45
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	938.945.714,91	413.739.054,47	207.508.043,35
Resultado Bruto	314.295.802,40	210.098.229,12	92.260.837,28
Resultado Líquido	105.891.783,67	79.623.790,00	42.738.175,38
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	287.453.495	354.860.334	121.783.286
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	2,022900	1,956200	1,417400
Resultado Básico por Ação	0,335540	0,504850	0,850380
Resultado Diluído por Ação	0,31	0,50	0,85

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

Medições não contábeis				
R\$ - Milhares		Exercício em 31 de dezembro de		
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
(1)	EBITDA	432.452	270.817	132.965
(1)	Margem EBITDA	46,1%	65,5%	64,1%
(2)	EBITDA Ajustado	425.407	269.749	132.965
(2)	Margem EBITDA Ajustada	45,3%	65,2%	64,1%
(3)	Dívida Bruta	931.385	815.347	564.729
(3)	Dívida Líquida	859.853	589.842	515.471
(4)	Alavancagem Líquida (x)	1,99	2,18	3,88

(1) EBITDA (LAJIDA) E MARGEM EBITDA

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

(2) EBITDA (LAJIDA) AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADA

A Companhia divulga o EBITDA Ajustado de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012 que consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização (EBITDA) menos o do lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos. Por meio da utilização do EBITDA Ajustado, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia, sem o efeito das operações descontinuadas em 2017 e 2018.

A "Margem EBITDA Ajustada" consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador da performance operacional da Companhia.

(3) DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

3.2 - Medições não contábeis

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(4) ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustada, da Dívida Líquida e da Alavancagem Líquida com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do exercício	112.937	80.692	42.738
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	45.732	35.405	22.019
(+) Resultado Financeiro Líquido	67.020	48.325	22.667
(+) Depreciação e Amortização	206.763	106.395	45.541
EBITDA	432.452	270.817	132.965
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	938.946	413.739	207.508
EBITDA	432.452	270.817	132.965
Margem EBITDA	46,1%	65,5%	64,1%

Reconciliação do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do exercício	112.937	80.692	42.738
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	45.732	35.405	22.019
(+) Resultado Financeiro Líquido	67.020	48.325	22.667
(+) Depreciação e Amortização	206.763	106.395	45.541
EBITDA	432.452	270.817	132.965
(+) Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	7.045	1.068	0
EBITDA Ajustado	425.407	269.749	132.965
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	938.946	413.739	207.508
EBITDA Ajustado	425.407	269.749	132.965
Margem EBITDA Ajustada	45,3%	65,2%	64,1%

3.2 - Medições não contábeis

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
(+) Risco sacado a pagar - montadoras	-	2.860	-
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	188.221	225.129	117.129
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Circulante)	15.201	13.688	6.842
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	698.229	558.803	430.093
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Não Circulante)	29.734	14.867	10.665
Dívida Bruta	931.385	815.347	564.729
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	-58.605	-117.048	-18.059
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	-7.253	-104.079	-31.199
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	-794	-4.378	0
(-) Instrumentos financeiros derivativos	-4.880	0	0
Dívida Líquida	859.853	589.842	515.471

Reconciliação da Alavancagem Líquida

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Dívida Líquida	859.853	589.842	515.471
EBITDA	432.452	270.817	132.965
Alavancagem Líquida (x)	1,99	2,18	3,88

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

A Companhia ressalta que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento (Dívida Líquida e Alavancagem Líquida) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Nos termos das últimas informações contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, cuja emissão foi autorizada em 25 de dezembro de 2018, ocorreram os seguintes eventos:

- **Emissão de debêntures:** em 12 de março de 2019, a VERT Companhia Securitizadora, divulgou o aviso ao mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis no valor total, inicialmente, de R\$ 250.000 mil, lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio os quais são representados pelas debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição privada de emissão da Vamos. Essa operação foi realizada no mercado de capitais e teve como objetivo levantar recursos para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos relacionados a contratos de locação firmados com clientes do agronegócio. A operação foi, portanto, realizada no âmbito normal das atividades do nosso negócio de locação, o qual é caracterizado pelo uso de capital intensivo.
- **Distribuição de dividendos:** em 25 de fevereiro de 2019, a Assembleia dos Acionistas aprovou a distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após a dedução das reservas de lucros, no montante de R\$ 107.290, atribuídos a esse montante, juros sobre o capital próprio, declarados no mesmo ano no valor de R\$ 20.000. Também foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 89.832 das reservas de lucros acumulados de exercícios anteriores. Realizamos a aprovação de dividendos extraordinários, adicionais ao que já estava previsto no Balanço de 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de distribuição de lucros aos atuais acionistas da Companhia antes da entrada de novos acionistas decorrente da potencial abertura de capital da Companhia.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2018	2017	2016
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.
Valores das retenções de lucros	Reserva legal: R\$ 5.647 mil Reserva de Retenção de Lucros: R\$ 60.168 mil	Reserva legal: R\$ 4.035 mil Reserva de Retenção de Lucros: R\$ 57.493 mil	Reserva legal: - Reserva de Retenção de Lucros: R\$ 42.738 mil
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	58,3%	76,3%	100%
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2017, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2016, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	107.290,00	76.657,00	42.738,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	47.122,000000	19.164,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	19,420000	11,620000	24,760000
Dividendo distribuído total	47.122,00	19.164,00	0,00
Lucro líquido retido	60.168,00	57.493,00	42.738,00
Data da aprovação da retenção	08/04/2019	08/04/2019	08/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	0,00		0,00		0,00	
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

O montante de juros sobre capital próprio declarados no exercício social de 2018 foi de R\$ 20.000 mil. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio declarados no exercício social de 2017 foi de R\$ 6.422 mil e R\$ 12.742 mil, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	1.441.949,00	Índice de Endividamento	2,47000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		187.473.130,00	444.736.107,00	69.699.519,00	1.616.893,00	703.525.649,00
Empréstimo	Quirografárias		15.948.870,00	200.503.367,00	11.407.114,00	0,00	227.859.351,00
Total			203.422.000,00	645.239.474,00	81.106.633,00	1.616.893,00	931.385.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

A tabela abaixo contém as medições não contábeis derivadas das demonstrações financeiras combinadas carve-out, para os períodos de 2018, 2017 e 2016, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e, também, com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis do Grupo Vamos, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde 1º de janeiro de 2016, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil" – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF" – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A.).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out não consolida o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A.

Portanto, as demonstrações financeiras combinadas carve-out estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa da Companhia, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Companhia, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

Medições não contábeis

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
EBITDA	452.175	304.993	272.475
Margem EBITDA	46,0%	45,2%	43,3%
Dívida Bruta	934.922	830.839	645.960
Dívida Líquida	863.390	656.108	550.334
Alavancagem Líquida (x)	1,91	2,15	2,02
ROE	17,2%	17,9%	17,8%
ROIC	11,3%	11,0%	10,2%

(1) EBITDA (LAJIDA) E MARGEM EBITDA

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), e não representa o fluxo de caixa para os

3.9 - Outras informações relevantes

exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador da performance operacional da Companhia.

(2) DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(3) ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustada, da Dívida Líquida, da Alavancagem Líquida, do ROE e do ROIC com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do exercício	116.274	92.584	77.875
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	50.816	43.145	42.243
(+) Resultado Financeiro Líquido	66.623	45.221	35.918
(+) Depreciação e Amortização	218.462	124.043	116.439
EBITDA	452.175	304.993	272.475
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	983.290	674.756	628.980
EBITDA	452.175	304.993	272.475
Margem EBITDA	46,0%	45,2%	43,3%

3.9 - Outras informações relevantes

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
(+) Risco sacado a pagar - montadoras	-	2.860	-
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	189.109	227.043	127.831
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Circulante)	15.201	14.337	7.469
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	700.877	571.732	498.203
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Não Circulante)	29.735	14.867	12.457
Dívida Bruta	934.922	830.839	645.960
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	-58.605	-83.311	-34.220
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	-7.253	-87.042	-61.406
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	-794	-4.378	0
(-) Instrumentos financeiros derivativos	-4.880	0	0
Dívida Líquida	863.390	656.108	550.334

Reconciliação da Alavancagem Líquida

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Dívida Líquida	863.390	656.108	550.334
EBITDA	452.175	304.993	272.475
Alavancagem Líquida (x)	1,91	2,15	2,02

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza o indicador não contábil EBITDA para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a um indicador financeiro utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

A Companhia ressalta que o EBITDA e margem EBITDA são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e margem EBITDA não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento (Dívida Líquida e Alavancagem Líquida) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

Outras medidas de operacionais

(1) RETORNO SOBRE O PATRIMONIO LÍQUIDO – ROE

3.9 - Outras informações relevantes

O ROE - *Return On Equity* (em português: Retorno sobre o Patrimônio) reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio.

(2) RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC

O ROIC - *Return On Invested Capital* é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional ("EBIT"), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

ROE

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício	116.274	92.584	77.875
Patrimônio Líquido	642.964	709.320	437.651
Ajuste ¹		113.201	
Patrimônio Líquido Ajustado	642.964	596.119	437.651
Patrimônio Líquido Médio	676.142	516.885	437.651
ROE	17,2%	17,9%	17,8%

Nota: 1- Refere-se ao aumento de capital para aquisição da Borgato, nota 26.1 Capital Social: Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social no valor de R\$ 113.201, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias. Tal ajuste foi considerado para o cálculo do ROE no ano de 2017 apenas.

ROIC

R\$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Operacional antes do Resultados Financeiro	233.713	180.950	156.036
Alíquota de Imposto de renda e contribuição social do período	-30,4%	-31,8%	-35,2%
Imposto	-71.078	-57.520	-54.875
NOPAT	162.635	123.430	101.161
Patrimônio Líquido	642.964	709.320	437.651
Ajuste ¹	0	113.201	0
Patrimônio Líquido Ajustado	642.964	596.119	437.651
Patrimônio Líquido Médio	676.142	516.885	437.651
Dívida Líquida	863.390	656.108	550.334
Dívida Líquida média	759.749	603.221	550.334
Capital Empregado Médio	1.435.891	1.120.106	987.985
ROIC	11,3%	11,0%	10,2%

Nota: 1- Refere-se ao aumento de capital para aquisição da Borgato, nota 26.1 Capital Social: Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social no valor de R\$ 113.201, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias. Tal ajuste foi considerado para o cálculo do ROE no ano de 2017 apenas.

Informações adicionais sobre contratos financeiros

Parte dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia e/ou por suas subsidiárias, bem como da documento de emissão dos valores mobiliários de dívida emitido pela Companhia, possuem cláusulas que determinam o vencimento antecipado das parcelas em aberto, em caso de vencimento antecipado (*cross acceleration*) ou de descumprimento (*cross default*) de obrigações de outro contrato financeiro

3.9 - Outras informações relevantes

firmado com a mesma contraparte e/ou de qualquer contrato financeiro, observados os limites estabelecidos. Para mais informações sobre os contratos mencionados acima, veja o item 10.1 deste Formulário de Referência.

Informações adicionais ao item 3.5

A Companhia informa que seus acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 8 de abril de 2019, a distribuição de dividendos no montante de R\$87.290.325,45 a título de dividendos intercalares, pagos à conta de lucros acumulados da Companhia referente ao resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2019 e R\$ 89.832 mil como distribuição de dividendos das contas de reserva de lucros.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Em complemento às informações apresentadas nessa seção 3, a Companhia informa que, em 08 de abril de 2019, foi realizada sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a qual deliberou, entre outras matérias, sobre (i) a ratificação da proposta da administração constante das Demonstrações Financeiras de 2016 da Companhia de destinação do lucro líquido da Companhia no referido exercício social, tendo sido o lucro líquido apurado no valor total de R\$42.738.000,00 destinado para a conta de lucros retidos, uma vez que em referido exercício social a Companhia ainda possuía a natureza de sociedade empresária de responsabilidade limitada não lhe sendo aplicáveis as regras de constituição de reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios previstas na Lei das S.A; (ii) ratificação da proposta da administração constante das Demonstrações Financeiras de 2017 da Companhia de destinação do lucro líquido da Companhia no referido exercício social, da seguinte forma: do lucro líquido de R\$80.692.000, (a) R\$4.035.000,00 foram destinados à constituição da reserva legal, (b) R\$19.164.000,00 para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia, e (c) o saldo de R\$57.493.000,00 foi destinado para a conta de lucros retidos, conforme orçamento de capital elaborado nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A. e apresentado aos acionistas da Companhia; (iii) aprovação da proposta da administração constante das Demonstrações Financeiras de 2018 da Companhia de destinação do lucro líquido da Companhia no referido exercício social, da seguinte forma: do lucro líquido de R\$112.937.185,00, (a) R\$5.646.909,25 foram destinados à constituição da reserva legal, (b) R\$20.000.000,00 pagos aos acionistas a título de juros sobre capital próprio, declarados na reunião do Conselho de Administração da Companhia, e (c) R\$87.290.275,75 a título de dividendos intercalares, pagos à conta de lucros acumulados da Companhia referente ao resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2019, cujo valor (originalmente indicado como sendo R\$87.290.325,45) foi retificado; e (iv) aprovação da alteração do Programa de Opção de Compra de Ações para prever o ajuste do preço de exercício vis-à-vis dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, devendo os potenciais investidores analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e as respectivas notas explicativas, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco".

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.

A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo: (a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais.

O crescimento e a expansão em seus mercados atuais e em seus mercados poderão requerer adaptações da estrutura operacional da Companhia, incluindo, mas não se limitando, investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de caminhões, máquinas e equipamentos. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados se a Companhia não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada de sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os preços do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e, conseqüentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo de aquisição dos caminhões, máquinas e equipamentos menos o preço de venda da receita adicional obtida da venda menos despesas com vendas). Superestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação supervalorizados, que poderão impactar no aumento das tarifas de aluguel, impactando a competitividade da Companhia no segmento de mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Por outro lado, subestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação menores e custos de venda de veículos maiores, podendo causar uma redução na margem operacional da Companhia. Em qualquer um dos casos, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente por estimativas imprecisas da depreciação efetiva.

A Companhia pode não ser bem-sucedida na execução de eventuais aquisições, assim como a Companhia pode assumir certas contingências não identificadas e/ou não identificáveis em decorrência de aquisições de outras empresas.

A Companhia pode aproveitar oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas. Não há como assegurar que a Companhia será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir tais aquisições. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, não podendo a Companhia garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico.

Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a Companhia de forma negativa e, por consequência, impactar seus resultados operacionais e prejudicar os seus acionistas.

O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia requer capital intensivo de longo prazo.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de fazer investimentos, renovar e expandir sua frota. Para financiar esse crescimento da frota de caminhões e equipamentos, a Companhia depende do seu desempenho operacional e da sua capacidade da obtenção de financiamentos de longo prazo. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear a totalidade dos investimentos previstos em seu plano de negócios atual e para financiar sua estratégia de expansão ou que tais financiamentos, além de emissões de dívidas e/ou operações securitizadas serão obtidos, em custos ou com taxas de desconto adequados. Adicionalmente, condições macroeconômicas adversas, condições específicas da indústria em que a Companhia atua, desempenho operacional da Companhia ou outros fatores externos ao ambiente de negócios da Companhia, poderá afetar de forma adversa seu crescimento. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a certas limitações de margens de endividamento e outras métricas financeiras, que podem restringir a sua capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos.

Caso a capacidade da Companhia de captar recursos para financiamento de suas atividades ou para a sua expansão seja afetada, poderá haver impacto na renovação e expansão da frota e,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

consequentemente, de sua competitividade, podendo afetar negativamente seus negócios, resultados e, consequentemente, sua condição financeira.

O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados.

O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Há competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de caminhões, máquinas e equipamentos e carência de mão de obra especializada e qualificada, sendo certo que tal competição e carência têm efeitos também sobre a Companhia. Ainda, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para contratar, treinar e manter profissionais qualificados. Adicionalmente, os negócios da Companhia são altamente dependentes dos membros de sua alta administração, os quais têm desempenhado papel fundamental no sucesso das operações da Companhia. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, a Companhia pode não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, seus negócios e resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados.

A Companhia não mantém seguro contra certos riscos.

Os ativos locados podem eventualmente não ter seguro contra terceiros ou ter cobertura limitada para danos materiais, roubo, morais e corporais durante o período em que estão alugados pelos clientes, a depender da modalidade de seguro contratada pelo cliente, ou ainda caso o cliente opte pela não contratação de cobertura securitária. Dessa forma, a Companhia está exposta a responsabilidades para as quais pode não estar segurada, decorrentes de dano material aos ativos alugados acima do valor coberto pelo seguro contratado ou para os ativos não segurados. Além disso, a prática de contratação de seguros da Companhia eventualmente poderá ser reajustada para se adequar a eventuais normas de autoridades brasileiras e manter o equilíbrio financeiro das locações de ativos, aumentando os custos, podendo afetar negativamente seus resultados e, consequentemente, sua condição financeira.

A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados.

A Companhia é dependente de sistemas automatizados para operar os negócios. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, softwares mal-intencionados e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

Adicionalmente, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. Dado que as técnicas utilizadas para obter o acesso não autorizado e sistemas de sabotagem mudam constantemente e poderão não ser conhecidos até que sejam lançados contra a Companhia ou seus prestadores de serviços terceirizados, a Companhia poderá não ser capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques. Caso não seja possível evitar essas violações de segurança, a Companhia poderia estar sujeita às obrigações legais e financeiras, sua reputação seria prejudicada e poderia sofrer perda substancial de receita decorrente da perda de vendas e descontentamento dos clientes.

Dificuldades na gestão dos riscos de crédito e liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes inadimpla suas obrigações de pagamento com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser adversamente afetados. Além disso, condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado internacional de crédito, tais como altas de taxas de juros para novos empréstimos, liquidez reduzida ou diminuição no interesse das instituições financeiras na concessão de empréstimos, podem vir a limitar o acesso da Companhia a novos créditos.

Por fim, eventual impacto na capacidade da Companhia de honrar seus compromissos pode levar a perda de seus ativos, em virtude dos contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro (Leasing) firmados pela Companhia junto a instituições financeiras, os quais preveem a reintegração de posse dos ativos em caso de inadimplemento, podendo impactar adversamente os seus resultados financeiros e operacionais e, por consequência, seu crescimento.

A Companhia pode ser afetada de forma material e adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

Se o total ou uma parcela das ações e processos administrativos for decidido de forma desfavorável para a Companhia, isso pode ter um impacto adverso material nos seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e na sua imagem perante o mercado. Além dos custos com honorários advocatícios para o patrocínio dessas causas, a Companhia poderá se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderia afetar a sua capacidade financeira ou sua liquidez.

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Essas autoridades poderão autuar a Companhia e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável para a Companhia, poderão ter um efeito negativo.

O presidente do Conselho de Administração e acionista controlador indireto da Companhia é parte em processos criminais que podem afetar a Companhia negativamente.

O presidente do Conselho de Administração e acionista controlador indireto da Companhia, o Sr. Fernando Antonio Simões, é réu em um processo criminal em curso na Comarca de Salvador, Estado da Bahia, desde 2009, referente a uma suposta fraude à licitação, conforme descrito nos itens 4.7 e 12.13 deste Formulário de Referência.

Há outro processo criminal pendente contra o Sr. Simões na cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, referente a uma suposta fraude à licitação, conforme descrito no item 12.13 deste Formulário de Referência. O Sr. Fernando Antonio Simões poderá ter de alocar parte substancial de seu tempo e atenção para o acompanhamento e monitoramento desses processos, o que poderá eventualmente prejudicar a Companhia.

Em caso de decisões desfavoráveis nos processos acima mencionados, a reputação da Companhia perante clientes, fornecedores e investidores poderá ser afetada e o Sr. Simões poderá ter que cessar suas funções de conselheiro na Companhia, o que pode gerar efeito material adverso sobre negócios, oscilações nas ações e/ou resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou títulos conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos acionistas em seu capital social

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar suas iniciativas de crescimento que pode resultar em uma alteração no preço de mercado de suas ações ordinárias e diluir a participação dos acionistas no capital social da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio

4.1 - Descrição dos fatores de risco

da distribuição pública de parcela primária de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações que seja feita sem que seja ofertado aos acionistas o respectivo direito de preferência, nos termos da regulamentação aplicável, poderá resultar na diluição da participação destes investidores no capital social da Companhia.

Não há como garantir o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no futuro.

Qualquer decisão futura de pagar dividendos para as ações de emissão da Companhia será discricionária, observado também o disposto na Lei das Sociedades por Ações. A decisão de distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da rentabilidade, condição financeira, plano de investimentos e restrições impostas pela legislação aplicável. Além disso, a capacidade da Companhia de pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da sua capacidade de gerar lucro líquido. Deste modo, a depender do desempenho da Companhia na geração de lucros, não há como assegurar que a Companhia irá pagar ou será capaz de pagar proventos aos seus acionistas.

Algumas das concessionárias da Companhia não estão localizadas em imóveis próprios. Caso a Companhia não seja capaz de renovar as locações de suas lojas ou caso renove em termos menos favoráveis, suas operações poderão ser material e adversamente afetadas.

Na data deste Formulário de Referência, as concessionárias da Companhia estão localizadas em 36 imóveis, alugados de terceiros que não são partes relacionadas à Companhia e sobre os quais não a Companhia não tem qualquer ingerência. Se seus contratos de locação forem extintos, se não conseguir renová-los ou se a renovação implicar em condições desfavoráveis aos seus interesses, a Companhia poderá ser obrigada a alterar a localização das suas lojas para locais sem a mesma visibilidade que possuem atualmente ou que não sejam tão adequados considerando as localidades em que estão situadas o público-alvo da Companhia. A renovação de contratos de locação em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá reduzir a rentabilidade de suas concessionárias e afetar material e adversamente suas receitas operacionais. Um eventual aquecimento do mercado imobiliário pode, ainda, inviabilizar ou retardar seus planos de expansão, na medida em que torne mais onerosa a locação de espaços para a implantação de novas lojas. Ademais, a Companhia não possui todos os contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis correspondentes, de modo que existem contratos de locação que não estão registrados nos respectivos cartórios de registro de imóveis, o que poderá acarretar na necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer à Companhia o direito de adquiri-lo, já que não é obrigado a tanto.

A Companhia pode não conseguir obter ou renovar suas licenças e alvarás para operação de seus estabelecimentos.

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças e alvarás para funcionamento. Parte das licenças municipais de funcionamento e do corpo de bombeiros ainda está em processo de obtenção ou de renovação ou, ainda, estão para iniciar o processo para obtenção de tais licenças. Os alvarás de funcionamento e os alvarás do corpo de bombeiros em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais, a Companhia pode não ser capaz de obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação de tais exigências pode resultar no fechamento, ainda que temporário, de seus estabelecimentos, bem como na aplicação de multas.

O valor de revenda de ativos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado dos seus contratos

O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos a serem utilizados na prestação de serviços a seus clientes e sua posterior revenda ao final dos contratos. A precificação destes contratos leva em consideração a alienação do ativo ao término deste ciclo, sendo o seu volume e preço na revenda, determinantes para alcançarmos o retorno mínimo

4.1 - Descrição dos fatores de risco

esperado de cada operação. A restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa a liquidez dos mesmos. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de revenda do ativo, criando um maior deságio em relação ao preço em que a Companhia o adquiriu. A Companhia não pode assegurar o comportamento do mercado na absorção destes ativos para a conclusão do seu ciclo de negócio, sendo que a piora em qualquer dessas variáveis, que dificultará a revenda dos ativos, pode afetar de forma adversa seus negócios.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e *compliance* podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos materiais e adversos em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia.

Adicionalmente, os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de detectar (i) violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (iii) mitigação dos riscos que a Companhia identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Os instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia possuem certas cláusulas restritivas (*covenants*).

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos documentos dos seus títulos de dívida e contratos de financiamento, que incluem disposições de vencimento antecipado, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora da Companhia, a JSL S.A. Caso os índices financeiros ultrapassem os limites fixados nos *covenants* previstos nos referidos documentos, a Companhia pode ser obrigada a pagar algumas dívidas de forma antecipada gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, afetando seu planejamento financeiro. Adicionalmente, tal evento pode resultar no vencimento antecipado ou vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration* e *cross default*, respectivamente), o que pode afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.

Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os auditores independentes da Companhia comunicaram ao nosso Conselho de Administração certas falhas relacionadas ao processo de encerramento contábil da Companhia que representam, individualmente ou no agregado, a existência de deficiência significativa nos controles internos da Companhia, conforme definidos nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. As questões envolvendo controles e procedimentos internos que representaram deficiências significativas foram: (i) deficiências no processo de elaboração das demonstrações financeiras; (ii) ausência de evidência de revisão e aprovação de controles manuais no

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nível dos processos; (iii) ausência de evidência de revisão e aprovação de processos de lançamentos contábeis manuais; (iv) análise de conflitos de segregação de funções; (v) revisão dos acessos lógicos das aplicações em escopo; e (vi) presença de usuários desligados com registro de logon após a data de demissão.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.3.(d) deste Formulário de Referência.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

O acionista controlador direto da Companhia, JSL S.A., detém, nesta data, o controle da Companhia. Tal acionista controlador da Companhia tem o poder de eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a sua administração, determinar suas políticas e resultado de qualquer deliberação dos seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia. Além disso, o acionista controlador da Companhia pode vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o controle da Companhia. Qualquer mudança no controle da Companhia pode afetar adversa e materialmente sua administração, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A acionista controladora direta da Companhia é parte em processos que podem afetar negativamente a Companhia.

A acionista controladora direta da Companhia, JSL S.A., é ré em ações civis públicas por supostos atos de improbidade administrativa, incluindo duas ações que estão-descritas no item 12.13 deste Formulário de Referência. Caso essas ações transitem em julgado-de forma desfavorável à acionista controladora, a decisão judicial poderá restringir temporariamente a capacidade de a JSL S.A. celebrar contratos com o poder público e receber benefícios e incentivos fiscais e creditícios, podendo tais restrições, ser estendidas às suas controladas nos termos da legislação aplicável. Caso isso ocorra, a capacidade da Companhia de captar recursos com o poder público e receber benefícios e incentivos fiscais e creditícios poderá ser afetada. Ademais, em caso de decisão desfavorável nas ações acima mencionadas, a reputação da Companhia poderá ser afetada perante clientes, fornecedores e investidores, o que pode gerar efeito material adverso sobre seus negócios e resultados operacionais.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Os instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia possuem certas cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas aos índices financeiros de sua Controladora.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos documentos dos seus títulos de dívida e contratos de financiamento, que incluem disposições de vencimento antecipado, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora da Companhia, a JSL S.A. Caso os índices financeiros ultrapassem os limites fixados nos *covenants* previstos nos referidos documentos, a Companhia pode ser obrigada a pagar algumas dívidas de forma antecipada gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, afetando seu planejamento financeiro. Adicionalmente, tal

4.1 - Descrição dos fatores de risco

evento pode resultar no vencimento antecipado ou vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration* e *cross default*, respectivamente), o que pode afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte sejam suas controladas ou coligadas.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Os resultados da Companhia poderão ser afetados caso esta não consiga manter suas atuais condições comerciais favoráveis de descontos na aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos novos junto aos fornecedores.

Os investimentos feitos pela Companhia em expansão e renovação da frota de veículos, máquinas e equipamentos, podem ser afetados caso a Companhia não consiga manter suas atuais condições comerciais junto aos fornecedores para aquisição dos referidos ativos, o que pode ser provocado, por exemplo, pela diminuição do volume de compras, pelo aumento na demanda por tais ativos no mercado, por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes, por outras alterações macroeconômicas, dentre outros fatores. Nesse caso, a Companhia pode não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, de tais condições.

Como os preços que a Companhia cobra de seus clientes levam em consideração o custo de aquisição de ativos novos para a prestação de seus serviços, tais preços poderão ser aumentados, diminuindo, assim, a competitividade da Companhia, ou esta poderá ter que reduzir suas margens para manter os preços praticados, impactando negativamente a rentabilidade de seus contratos. Consequentemente, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia e de suas controladas relacionadas ao setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças para celebrar contratos de concessão, sem os quais a Companhia não pode revender ou prestar serviços de manutenção autorizada.

Ainda, os fornecedores da Companhia, por meio dos referidos contratos de concessão, exercem grande influência sobre parte de suas atividades, podendo requerer que atendamos a determinados padrões de estética, qualidade, satisfação do consumidor, critérios financeiros como capital mínimo de giro, padrões de manutenção e preservação de seus estoques, bem como restringir a liberdade da Companhia de associar suas atividades e produtos às suas imagens e marcas, o que pode acarretar em custos substanciais. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem os contratos de concessão, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com programas de benefícios e outras vantagens como a consolidação de um estoque atraente, por exemplo, suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados.

Adicionalmente, tendo em vista que os fornecedores de veículos geralmente distribuem seus veículos entre seus concessionários com base nos respectivos históricos de venda e nos relacionamentos existentes entre fornecedores e concessionários, e que o histórico de vendas depende da capacidade dos fornecedores da Companhia de projetarem e produzirem veículos desejados pelo público, caso os

4.1 - Descrição dos fatores de risco

automóveis produzidos por seus fornecedores não tenham aceitação pelo público, ou a capacidade da Companhia de consolidar estoque de veículos desejados pelo público reste prejudicada, seus resultados operacionais e financeiros podem ser afetados negativamente.

Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores e/ou caso os ativos produzidos por seus fornecedores não tenham aceitação pelo público, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Há uma concentração de montadoras de caminhões com capacidade instalada limitada e de fabricantes de determinados tipos de máquinas e equipamentos no Brasil.

O principal grupo de fornecedores da Companhia é composto por montadoras com fábricas localizadas no Brasil, das quais a Companhia adquire caminhões para locação. Caso tais fornecedores decidam alterar as condições de compra, por quaisquer razões, incluindo econômicas ou ainda em decorrência de transferência de localidade de suas fábricas, de forma adversa, a Companhia poderá ser afetada negativamente na medida em que sua capacidade de renovar e expandir sua frota operacional será prejudicada e, consequentemente, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas serão diretamente afetados.

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos, por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como, peças de reposição ou mão de obra. A Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados por aumento de demanda ou das políticas de venda praticadas pelos fabricantes, além de fatores externos como inflação e aumento da alíquota de tributos incidentes ou do preço de determinados commodities no mercado internacional. Caso haja um aumento na demanda ou uma mudança desfavorável na política de venda, a Companhia poderá enfrentar aumento de custos e consequente diminuição de suas margens. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de caminhões, máquinas e equipamentos levam em consideração o custo de aquisição dos seus insumos, principalmente nos casos em que há a contratação do serviço de manutenção, caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos aos clientes, os negócios, sua condição financeira e resultados podem ser impactados material e adversamente.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.

O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento. A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, bem como poderão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a receita futura da Companhia. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Uma falha no sistema de segurança da Companhia com relação à proteção de informações confidenciais de seus clientes poderá prejudicar a reputação e a marca da Companhia e afetar substancialmente os seus negócios e os resultados de suas operações

A Companhia possui diversas informações pessoais de seus clientes, armazenadas em seu banco de dados. Os sistemas que a Companhia utiliza podem ser violados, caso sejam descobertas vulnerabilidades que seus sistemas de segurança da informação ainda não estejam preparados para bloquear e, conseqüentemente o acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre os clientes da Companhia ou outra interrupção das suas operações comerciais podem ocorrer. A Companhia pode não ser capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques cibernéticos. Qualquer comprometimento dos sistemas de segurança da Companhia poderá prejudicar a sua reputação e a sua marca, expondo a Companhia a situações de litígio, nas quais a Companhia poderá ser obrigada a indenizar a parte prejudicada, afetando negativamente os seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita ao risco de rescisão ou não renovação de contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos com seus principais clientes ou não celebração de novos contratos de caminhões, máquinas e equipamentos.

A atividade de locação de caminhões, máquinas e equipamentos junto a clientes representa uma importante atividade realizada pela Companhia. O insucesso na implementação de sua estratégia ou caso seus atuais clientes rescindam ou não renovem os contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos com a Companhia ou caso a Companhia não seja capaz de obter novos contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, ela pode sofrer uma redução significativa da sua receita, afetando seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A busca de alternativas na forma de transporte por nossos clientes pode impactar adversamente a Companhia

Aumentos significativos nos custos do transporte rodoviário, incluindo em tributos, fretes, pedágios, burocracias logísticas, entre outros, podem impactar clientes que utilizam nossa frota como sua fonte de prestação de serviço. Caso esses clientes optem por alternativas de transporte, como por exemplo, ferroviário, náutico ou aéreo, os negócios da Companhia, sua condição financeira e/ou seu resultado operacional poderão sofrer um impacto negativo adverso.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

Caso o governo crie uma linha de crédito com taxa de juros subsidiadas para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, a Companhia pode ter dificuldades em expandir seus negócios

Caso o Governo venha a criar linhas de crédito para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos com a concessão de taxas de juros subsidiadas, tal medida poderá facilitar o acesso à compra dos referidos ativos por seus concorrentes, clientes e mercado em geral. Diante dessa situação, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em expandir seus negócios, dada a vantagem econômica que seus concorrentes e clientes poderiam ter para a aquisição dos ativos, em detrimento à opção de locação da frota, o que poderia impactar de maneira adversa o crescimento e fechamento de novos contratos pela Companhia.

A redução na demanda ou no valor de revenda de caminhões, máquinas e equipamentos usados no mercado secundário pode impactar material e adversamente os negócios da Companhia.

A venda de caminhões, máquinas e equipamentos usados é um importante fator do ciclo de negócios, sendo o seu volume e preço elementos importantes para o atingimento do retorno esperado de cada operação. Uma redução na demanda pelos ativos desmobilizados da Companhia, bem como restrições

4.1 - Descrição dos fatores de risco

à concessão de crédito e aumento das taxas de juros aplicáveis a financiamentos de aquisição de veículos podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa sua liquidez. A volatilidade de preços de mercado pode, ainda, reduzir o preço dos ativos desmobilizados da Companhia ou de seu valor de venda, criando um maior deságio em relação ao preço em que são adquiridos. Todos estes fatores podem afetar a capacidade de venda destes ativos desmobilizados aos preços inicialmente estimados, o que pode afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, uma queda no nível de atividade econômica no Brasil também poderá afetar negativamente os resultados do segmento de terceirização de frotas e de venda de usados.

Os segmentos em que a Companhia atua são ou podem vir a ser altamente competitivos.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é uma atividade incipiente no Brasil, sendo amplamente segmentado e pulverizado. Sua atratividade poderá resultar no aumento da concorrência no futuro próximo, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. Qualquer alteração no ambiente competitivo pode implicar em uma queda de demanda nos segmentos de negócios nos quais a Companhia opera ou um aumento nos custos de captação ou retenção de seus clientes, afetando adversamente seu crescimento e rentabilidade.

Adicionalmente, fatores políticos e econômicos nacionais ou internacionais que influenciem as condições concorrenciais do setor podem impactar os resultados e as operações da Companhia, tais como alterações da carga tributária, principalmente por meio da majoração das alíquotas de impostos sobre produtos industrializados e da criação de tributos temporários, alterações das taxas de juros, flutuações da taxa de câmbio, concessão de benefícios a importadores, diminuição de barreiras alfandegárias para produtos provenientes de determinados países, modificação legislativas, entre outros.

Nesse sentido, em um cenário onde a Companhia passe a enfrentar maior concorrência, seja com empresas nacionais ou estrangeiras (sendo que parte delas conta com significativos recursos financeiros próprios e de terceiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas) e de diferentes portes, não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado no segmento em que atua de acordo com a sua estratégia atual e na forma pretendida.

Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está concentrada no setor de agronegócio, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

Um percentual da receita operacional bruta da Companhia decorre de seus serviços prestados para o setor do agronegócio. A indústria do agronegócio está sujeita a diversos fatores internos e externos que influenciam materialmente seu desempenho, tais como sazonalidade de safras, condições meteorológicas e preços de mercadoria no mercado de commodities. Assim, oscilações adversas neste setor da economia que afetem negativamente os clientes da Companhia podem impactar de maneira adversa seus negócios e resultados operacionais.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir a rentabilidade da Companhia.

O governo brasileiro implementa regularmente mudanças no regime tributário, representando potencial aumento na carga tributária da Companhia e na de seus clientes e fornecedores. Tais mudanças incluem alterações em alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja arrecadação é vinculada a finalidades governamentais específicas. Caso essas mudanças aumentem, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia, ela pode ter sua margem bruta reduzida, impactando material e adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, mudanças implementadas na legislação fiscal brasileira com propósitos específicos, como por exemplo a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos que vigorou entre 2012 e 2013, podem impactar na depreciação da frota e no valor de mercado dos ativos da Companhia. Aumentos na carga tributária da Companhia ou efeitos de mudanças na legislação tributária podem impactar adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

Ainda, algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Dentre as hipóteses de controvérsia na interpretação da legislação fiscal estão aquelas relativas à forma e ao prazo para a apuração dos créditos relativos ao PIS e à COFINS em relação aos caminhões, máquinas e equipamentos registrados no ativo imobilizado da Companhia, outros créditos fiscais, entre outras. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseia para realizar seus negócios.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não há riscos envolvendo a Companhia com relação a países estrangeiros, tendo em vista que as operações estão concentradas no Brasil.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais, já tendo a Companhia incorrido e continuar a incorrer em dispêndios de capital e operacionais para cumprir essas leis e regulamentos. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

(k) Riscos Relacionados a Questões Macroeconômicas

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- aumento do desemprego;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como poderá afetar também o preço de negociação das nossas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, em outubro de 2018, foram realizadas eleições para os seguintes cargos: deputados federais, deputados estaduais, 2/3 dos senadores, governadores e o Presidente da República, no Brasil, sendo que os novos eleitos assumiram os respectivos cargos no início de 2019. Como resultado de uma disputada eleição presidencial, o congressista Jair Bolsonaro se tornou o presidente do Brasil em 1º de janeiro de 2019. Não está claro se e por quanto tempo as divisões políticas que surgiram antes das

4.1 - Descrição dos fatores de risco

eleições continuarão sob a presidência do Sr. Bolsonaro e os efeitos que tais divisões terão sobre a capacidade do Sr. Bolsonaro de governar o Brasil e implementar reformas.

Qualquer continuação de tais divisões poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e / ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o sucessor da Presidência irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 7,54% em 2018, 0,53% em 2017 e 7,19% em 2016, conforme medida pelo IGP-M. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, conseqüentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez não possamos ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderia aumentar nossos custos e reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque temos empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de nossas aplicações financeiras.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Em 2016, o Real se valorizou frente ao Dólar em 16,3%, fechando o exercício em R\$3,25. Em 29 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R\$3,31 e aumentou para R\$ 3,88 no final de 2018. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de rating começaram a revisar a classificação de rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating.

- Standard & Poor´s inicialmente reduziu o rating de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de janeiro de 2018, Standard & Poor´s rebaixou novamente o rating de crédito brasileiro de BB para BB- com uma perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência.
- Em dezembro de 2015, Moody´s colocou os ratings de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, em fevereiro de 2016, rebaixou os ratings de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileiro, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras.
- Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-positivo em dezembro de 2015 com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado. Já em maio de 2016 a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, citando entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar as reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas.

Diante dos rebaixamentos que ocorreram desde 2015, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de rating e, consequentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na

4.1 - Descrição dos fatores de risco

data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-negativo, Ba2 e BB-negativo, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

Não podemos garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de ratings de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros:

- alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e
- restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2018, a capitalização total de mercado das empresas relacionadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") era cerca de R\$3,5 trilhões, ao passo que as dez maiores empresas relacionadas na B3 representavam cerca de 55% da capitalização total de mercado de todas as empresas relacionadas, que figuravam no rol das empresas na referida data. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação de nossas ações.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos e certos países europeus, e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente os Estados Unidos, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente nossas ações. Ainda, crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo

4.1 - Descrição dos fatores de risco

preço de negociação, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos da Companhia poderá ser afetado pela queda no nível de confiança e na atividade econômica do Brasil.

A demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos poderá ser afetada pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. A redução na atividade econômica implica em redução na empregabilidade, em investimentos, transporte e, conseqüentemente, na redução da demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o que poderá levar a Companhia a reduzir o tamanho de sua frota. Esses fatores poderão acarretar perda de escala com o conseqüente aumento dos seus custos fixos e na diminuição da receita do segmento de terceirização de frotas, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Risco de Liquidez

A Companhia pode sofrer impactos negativos em suas despesas financeiras devido a necessidades emergenciais de contratação de empréstimos e financiamentos.

Caso haja retração do mercado financeiro ocasionada por instabilidade econômica ou fator correlacionado, a Companhia poderá ter dificuldades para realizar captações para fazer expandir seus investimentos nas condições financeiras adequadas. Isto poderá obrigar a Companhia a reduzir seus investimentos e conseqüentemente seu crescimento e/ou, contratar empréstimos com custos maiores que os planejados, aumentando assim suas despesas financeiras, prejudicando seu resultado econômico e financeiro, bem como afetando sua liquidez.

As despesas financeiras da Companhia podem ainda ser negativamente afetadas, pela eventual necessidade de contratação emergencial de empréstimos ou financiamentos necessários para cobrir compromissos não contemplados no planejamento de suas operações, ou por eventuais descasamentos entre as receitas e os custos/investimentos realizados.

Risco de crédito

A existência de taxas de inadimplência e o atraso nos pagamentos pode afetar negativamente os negócios da Companhia.

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente do "contas a receber" de clientes e "equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários". Caso os créditos caracterizados pela Companhia como estimativa de créditos duvidosos não sejam efetivamente pagos, poderão afetar negativamente a situação financeira da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e outros riscos de preço que podem ser de *commodities*, de ações, entre outros. A Companhia está exposta ao seguinte risco de mercado:

Risco de variação de taxa de juros e de câmbio

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações a pagar por aquisição de empresas e às obrigações com empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar sujeitos a taxas de juros.

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional da Companhia. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais da Companhia, principalmente em Reais, mas também em Dólares Americanos.

Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, arrendamentos financeiros a pagar e impactos nas variações de juros e câmbio sobre empréstimos e financiamentos. A dívida foi segregada em partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TLP") e dívidas atreladas à Selic e dívida atrelada ao dólar norte-americano ("dólar"), as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,55%, com base na curva futura de juros desenhada na B3, impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras do Grupo. Sobre a SELIC, o cenário considerado provável pelo Grupo Vamos é de manutenção da taxa de 6,50 % em 31 de dezembro de 2018 (fonte: BACEN). Sobre a TLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2018 é de 6,52% a.a. (fonte: BNDES) e sobre o dólar, o cenário considerado provável em 31 de dezembro é de R\$ 3,80. (Fonte: B3).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

Abaixo está apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Consolidado						
Operação	Exposição em 31/12/2018	Risco	Taxa média provável I	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>						

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

<i>Swap - valor nominal</i>	40.000	Queda do USD	3,80	152.000	190.000	228.000
Crédito internacional (objeto)	(40.000)	Aumento do USD	3,80	(152.000)	(190.000)	(228.000)
Efeito líquido da exposição	-			-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Crédito Internacional)	(155.818)	PRÉ-FIXADO	5,05%	(7.869)	(7.869)	(7.869)
<i>Swap - Valor nominal (ativo)</i>	155.818	PRÉ-FIXADO	5,05%	7.869	7.869	7.869
<i>Swap - Valor nominal (passivo)</i>	(152.013)	Aumento do CDI	8,52%	(12.952)	(16.189)	(19.427)
Efeito líquido das operações de hedge accounting	(152.013)			(12.952)	(16.189)	(19.427)
Demais operações - Pós-fixadas						
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	57.086	Aumento do CDI	6,52%	3.722	4.653	5.583
Títulos e valores mobiliários - LFT	3.304	Aumento da SELIC	6,50%	215	268	322
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(68.044)	Aumento do CDI	6,55%	(4.457)	(5.571)	(6.685)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(71.698)	Aumento do CDI	8,38%	(6.008)	(7.510)	(9.012)
Empréstimos e financiamentos - Finame	(135.580)	Aumento da TLP	10,90%	(14.778)	(18.473)	(22.167)
Empréstimos e financiamentos - Finame	(87.225)	Aumento da SELIC	10,84%	(9.455)	(11.819)	(14.183)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós fixada	(302.157)			(30.761)	(38.452)	(46.142)

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Demais operações - Pré-fixadas

Títulos e valores mobiliários - LTN e outras aplicações	4.743	PRÉ-FIXADO	8,00%	379	379	379
Empréstimos e financiamentos - Finame	(384.613)	PRÉ-FIXADO	6,86%	(26.384)	(26.384)	(26.384)
Empréstimos e financiamentos - CDC	(28.468)	PRÉ-FIXADO	11,77%	(3.351)	(3.351)	(3.351)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(344)	PRÉ-FIXADO	10,00%	(34)	(34)	(34)
Empréstimos e financiamentos - Consórcios	(22.704)	PRÉ-FIXADO	14,95%	(3.394)	(3.394)	(3.394)
Arrendamentos financeiros a pagar (nota 19)	(44.935)	PRÉ-FIXADO	9,85%	(4.426)	(4.426)	(4.426)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré fixada	(476.321)			(37.210)	(37.210)	(37.210)
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	(930.491)			(80.923)	(91.851)	(102.779)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas não eram partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais significativos em 31 de dezembro de 2018.

4.3.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Não há valores provisionados considerando que não há processos descritos.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais significativos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

4.4.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não há valores provisionados considerando que não há processos descritos.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não há valores provisionados considerando que não há processos descritos.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

Para informações sobre os processos criminais e ações civis públicas envolvendo membros da administração da Companhia, vide item 12.13 deste Formulário de Referência.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota a política corporativa de gerenciamentos de riscos formalizada de sua Controladora, a JSL S.A., com o objetivo de identificar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta no desenvolvimento de suas atividades. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Controladora em 24 de maio de 2018 ("Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos").

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos para os quais se busca proteção e que possam afetar o plano estratégico da Companhia, a fim de conduzir o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos abaixo relacionados. Conforme pode-se verificar, a descrição dada para os referidos riscos abrange os fatores descritos no item 4.1, deste formulário de referência:

Riscos estratégicos: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente, tais como: incapacidade de obter financiamento suficiente para custear a totalidade dos investimentos previstos e para financiar sua estratégia de expansão; competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de caminhões, máquinas e equipamentos e carência de mão de obra especializada e qualificada; alta dependência dos negócios da Companhia dos membros de sua alta administração, os quais têm desempenhado papel fundamental para sua construção, caso algum deles venha a não mais integrar o quadro de funcionários, a Companhia poderá ter dificuldades para substituí-lo, o que poderá prejudicar os seus negócios e resultados operacionais. Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está concentrada no setor de agronegócio, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente as operações da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração a função de identificar os riscos estratégicos aos quais a Companhia está exposta.

Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte. Entre os riscos operacionais, incluem-se falhas em sistemas e infraestruturas de tecnologia da informação, fraudes internas e externas nos processos de compra, venda e manutenção dos veículos; falha no processo de gestão de ativos acarretando Inexistência física ou falha nos registros sistêmicos dos ativos operacionais; aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades. Cabe aos Administradores, ou seja, aos Diretores, estatutários ou não, aos Gerentes Gerais, Gerentes e qualquer outra pessoa que ocupe cargo diverso dos anteriormente mencionados, e que tenha função de gestão, identificar os riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta.

Riscos de mercado: (i) são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Entre os riscos de mercado, incluem-se a instabilidade cambial na qual a Companhia não pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia; elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras. Cabe à Diretoria Financeira, bem como o comitê de assessoramento financeiro,

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

e o CFO e CEO da Companhia a função de gestão, identificação aos riscos de mercado que a Companhia está exposta.

Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas significativas nas operações diárias da Companhia em virtude do eventual descumprimento de obrigações assumidas pela Companhia, inclusive perdas decorrentes de vinculações de garantias. Entre os riscos de liquidez incluem-se redução do valor de revenda de veículos, máquinas e equipamentos pesados usados no mercado secundário, que podem reduzir de forma significativa sua liquidez; descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos. Cabe à Diretoria Financeira, bem como o comitê de assessoramento financeiro, e o CFO e CEO da Companhia a função de gestão, identificação aos riscos de liquidez que a Companhia está exposta.

Riscos de crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria da Companhia. Entre os riscos de crédito incluem-se: a Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles; condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado internacional de crédito podem vir a limitar o acesso da Companhia a novos créditos; restrições na concessão de crédito podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário dos ativos de revenda de veículos, máquinas e equipamentos pesados usados. Cabe à Diretoria Financeira, bem como o comitê de assessoramento financeiro, e o CFO e CEO da Companhia a função de gestão, identificação aos riscos de crédito que a Companhia está sujeita.

Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa da Companhia por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros. Em suma, riscos que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia. Entre os riscos de imagem, incluem-se impacto negativo sobre sua imagem ou reputação decorrente de processos judiciais ou administrativos, fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais; incertezas dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras. Cabe ao Conselho de Administração e aos Administradores, ou seja, aos Diretores, estatutários ou não, Gerentes Gerais, Gerentes e qualquer outra pessoa que ocupe cargo diverso dos anteriormente mencionados, e que tenha função de gestão, identificar de imagem aos quais a Companhia está exposta.

Riscos de conformidade (*compliance*): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado. Entre os riscos de imagem, inclui-se a possibilidade da falta de regulamentos, autorizações e licenças relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Cabe ao Conselho de Administração, Administradores, ou seja, aos Diretores, estatutários ou não, Gerentes Gerais, Gerentes e qualquer outra pessoa que ocupe cargo diverso dos anteriormente mencionados, e que tenha função de gestão, identificar os riscos de conformidade aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, cabe à Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade reportar situações que caracterizem risco de conformidade para a Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia para proteção dos riscos são compostos principalmente pelo seguinte, de acordo com a metodologia adotada:

(i) Self Assessment - Identificação de riscos, que consiste na realização de entrevistas conduzidas pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade com os gestores dos processos e demais áreas envolvidas.

(ii) Matriz de Riscos - Avaliação e análise dos riscos por meio de:

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- Percepção dos impactos e probabilidades de ocorrência com os gestores e diretores da Companhia, classificando-os por meio de fatores qualitativos como “baixo”, “médio” ou “alto”. Os dados são posteriormente inseridos na matriz de riscos 3x3, que calcula o risco inerente;
- (iii) Declaração formal de apetite a Risco: As declarações de apetite a riscos são expressas através de parâmetros quantitativos e fatores qualitativos.
- (iv) Tratamento dos riscos por meio de:
- Classificação e alinhamento com a estratégia para a elaboração do plano de trabalho de controles internos nas áreas selecionadas;
 - Seleção de uma ou mais opções para tratar os riscos e a posterior implementação de controles e/ou processo para acompanhamento;
 - Definição de planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e monitoramento destes por meio da ferramenta de Gerenciamento de Riscos da Companhia, que encaminhará alertas de cobranças aos responsáveis;
 - Fórum específico (Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora) para o acompanhamento dos planos de ações e direcionamento dos trabalhos.
- (v) Instrumentos de monitoramento dos riscos que afetam a Companhia por meio de:
- Indicadores que demonstram a probabilidade, impacto, tolerância, risco residual e inerente obtidos através da ferramenta de Gerenciamento de Riscos da Companhia.
 - Teste de eficácia operacional dos controles internos que mitigam os riscos da Companhia, através de amostragens que são selecionadas conforme metodologia AICPA – American Institute Of CPAs (Instituto Americano de Contadores).
 - Ademais, por meio de Fórum específico (Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora) é realizado o monitoramento e controle de qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos, avaliação da efetividade e andamento das ações propostas pelos gestores como forma de mitigação ou eliminação dos riscos.

Como resultado de todo o processo, a Companhia pode adotar uma das seguintes alternativas para tratamento dos riscos:

- Aceitar: aceita que o risco possa acontecer e decidirá como lidar com ele caso ocorra.
- Evitar: modificar as ações planejadas para evitar o risco.
- Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco.
- Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco a terceiros.

O monitoramento deste processo é realizado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora. As ações de melhorias (planos de ação) são objeto de acompanhamento e acompanhamento, além de reporte às estruturas competentes em periodicidade definida.

O processo de gestão de riscos da Companhia foi definido com base na metodologia COSO, versão 2017 (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e buscando a integração com as normas ISO 9001 e ISO 31000, além de buscar a adequar a governança e gestão tecnologia da informação alinhadas ao COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*). Além

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

disso, a Companhia utiliza critérios quantitativos e qualitativos para mensuração de impacto e probabilidade de materialização dos riscos, a fim de determinar o seu nível de exposição.

As etapas do Gerenciamento de Riscos da Companhia, em ordem cronológica de cumprimento, são as seguintes:

- 1) Identificação dos Riscos: definir o conjunto de eventos, externos e/ou internos, que possam impactar nos objetivos da Companhia, inclusive aqueles relacionados aos ativos intangíveis. Esse processo deve ser continuamente aprimorado e revisado para a atualização dos riscos da Companhia. A abordagem de identificação de riscos utilizada pela Companhia é o Self Assessment, partindo de entrevistas com os gerentes e diretores de cada linha de negócio da Companhia, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos que possam ameaçar a realização dos objetivos da linha de negócio e consequentemente da Companhia. Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente, sendo categorizados de acordo com sua natureza e origem
- 2) Análise dos Riscos: Etapa que envolve a verificação das causas e consequências dos riscos, bem como da probabilidade de concretização de referidas consequências. Os Administradores e o Conselho de Administração devem analisar os eventos de riscos por seu impacto e sua probabilidade de ocorrência, utilizando as seguintes mensurações qualitativas:

Impacto	Descrição
Alto	Consequência alta para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Médio	Consequência média para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Baixo	Consequência baixa para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.

Probabilidade	Descrição
Alto	É quase certo que o risco irá acontecer
Médio	É mais provável que o risco ocorra do que não ocorra
Baixo	Chance baixa que o risco ocorra

- 3) Avaliação dos Riscos: Os Administradores devem avaliar os eventos de risco por seu impacto e sua probabilidade de ocorrência, considerando as consequências financeiras ou de outras naturezas, quantificáveis ou não quantificáveis. O resultado da avaliação dos riscos entre probabilidade versus impacto de sua ocorrência é representado na matriz de riscos (Matriz 3x3), onde os dados de percepção dos impactos e probabilidades são inseridos na matriz que irá calcular o risco inerente, conforme demonstrado abaixo:

R= PXI		Probabilidade		
Impacto		Baixo	Médio	Alto
	Alto	Médio	Alto	Alto
	Médio	Baixo	Médio	Alto
	Baixo	Baixo	Baixo	Médio

Após identificação e avaliação de riscos, sua priorização se dará pela maior relação entre impacto e probabilidade, estabelecendo assim o grau de exposição ao risco que orientará a prioridade de acompanhamento periódico. Desta forma, a avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos da Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para minimizar os riscos mais significativos por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos da Companhia.

- 4) Tratamento dos Riscos: Posteriormente à avaliação de riscos, é definido o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Tratar os riscos consiste em decidir entre evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia, que é definido pelo Conselho de

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Administração da Companhia. Os Administradores e o Conselho de Administração devem determinar como responder aos riscos identificados e cabe à Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade apoiá-los na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos. Ademais, a aceitação de riscos residuais classificados como alto deverá ser avaliada pelo Conselho de Administração, em linha com o nível de apetite ao risco da Companhia.

5) Monitoramento dos Riscos: Cabe os Administradores, Conselho de Administração e à Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade assegurar a eficácia e adequação dos controles internos estabelecidos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gerenciamento de riscos, por meio de avaliações contínuas e imparciais. Ademais, as principais atividades de monitoramento incluem relatórios de consolidação de riscos, conciliações, inventários, auditorias, autoavaliações, monitoramento dos status dos planos de ação e verificação contínua.

6) Informação e comunicação: comunicar, de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas, os resultados de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, contribuindo para o entendimento da situação atual e para a eficácia dos planos de ação.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos envolve os responsáveis pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, a área de Auditoria Interna, a Diretoria, o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora e o Conselho de Administração da Companhia, cujas atribuições estão descritas abaixo:

Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade: (i) definir as responsabilidades relacionadas às atividades de gestão de riscos, assim como alçadas de aprovações e escopos de atuação; (ii) preparar relatórios periódicos de consolidação dos riscos e submetê-los ao Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora; (iii) apoiar os Administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos; (iv) reportar, de modo transparente, as informações relacionadas às suas atividades de gerenciamento de riscos ao Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora; (v) monitorar as não conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis; (vi) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia, monitorando os planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares; (vii) reportar ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S/A: a) situações que caracterizem risco de conformidade e de imagem para a Companhia; b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias e status das investigações; c) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e d) doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação; (viii) avaliar as cláusulas de conformidade/*compliance* dos contratos da Companhia; (ix) avaliar e apontar os riscos para validação da diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/*compliance* impostas por clientes e terceiros. A Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Interno e Conformidade se reporta à Diretoria e ao Conselho de Administração da Companhia nas questões atinentes ao gerenciamento de riscos. Além disso, especificamente em relação a questões de *compliance* de integridade, referida função se reporta ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S/A, controladora da Companhia, um dos responsáveis por gerenciar questões de ética de todas as empresas do grupo.

Diretoria: (i) avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como prestar contas ao Conselho de Administração da Companhia sobre essa avaliação; e (ii) garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, do Conselho Fiscal, das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

Administradores: (i) assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos; (ii) auxiliar o responsável pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

aos questionários de auto avaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade; e (iii) planejar planos de ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas em até 15 (quinze) dias úteis após o envio da comunicação formal das ações enviadas pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia.

Auditoria Interna: Investigar denúncias e/ou indícios de fraude ou descumprimento das políticas internas da Companhia, por meio de análise dos resultados obtidos nos testes de investigação e através do gerenciamento do Canal de denúncias da Companhia.

Conselho de Administração: (i) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo o programa de integridade da Companhia, visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas; e (ii) definir o nível de apetite a riscos da Companhia.

Ressalte-se também que, no âmbito da etapa de identificação de riscos, cabe ao Conselho de Administração a função de identificar os riscos estratégicos e de imagem aos quais a Companhia está exposta, ao passo que a identificação de riscos operacionais cabe aos Administradores, ou seja, aos Diretores, estatutários ou não, aos Gerentes Gerais, Gerentes e qualquer outra pessoa que ocupe cargo diverso dos anteriormente mencionados, e que tenha função de gestão. Por sua vez, a Diretoria Financeira, bem como o comitê de assessoramento financeiro, e o CFO e CEO da Companhia são responsáveis pela identificação dos riscos de mercado, de liquidez e de crédito a que a Companhia está exposta. Por fim, a identificação do risco de conformidade cabe a todos os agentes anteriormente mencionados.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, conforme descritas na seção (b) acima. Cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a eficácia dos sistemas de gerenciamentos de riscos, controles internos e do sistema de conformidade, ao Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos e, finalmente, à Diretoria avaliar o ambiente de controle a fim de assegurar a governança de gestão de riscos da Companhia, apoiando os administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos.

Ademais, especificamente com relação a exposição dos riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, a Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro, recomenda ações ao Conselho de Administração para que as atividades que resultem em riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

Além do mais, em complemento ao gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia realiza os seguintes controles: "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais; (I) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de risco; (II) O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado; (III) O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Além disso, as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia são revisadas ao menos uma vez ao ano e sempre que necessário pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, sendo que as revisões deverão ser submetidas a Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Além disso, a Companhia realiza investimentos financeiros contínuos de forma a melhorar a performance de seu sistema de controles internos e a adequar-se às melhores práticas.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Em 12 de fevereiro de 2019, o conselho de administração da JSL S.A., controladora da Companhia, aprovou uma Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado ("Política"), que visa a implementação de um processo formal de gerenciamento de riscos de mercado para todas as sociedades do Grupo JSL. A Companhia ratificou a utilização de referida política, em 25 de fevereiro de 2019, por meio de reunião de seu conselho de administração.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo da Política é a gestão do risco financeiro das sociedades do Grupo JSL, tendo como foco o risco de mercado e contraparte. A Política está em conformidade com as melhores práticas internacionais, além de seguir os padrões definidos por órgãos reguladores do Brasil e do exterior.

Assim, estabelece políticas e limites que norteiam as ações das áreas envolvidas na execução das operações de hedge, obedecendo os critérios aprovados pelo Conselho de Administração da JSL S.A e aplicáveis às sociedades do Grupo JSL.

A Política pode ser resumida da seguinte forma:

- Foco: riscos de mercado e riscos de contraparte.
- Princípios básicos: a gestão de risco é um processo e não um evento isolado, assim deve envolver todas as áreas da Companhia.
- Componentes da Política:
 - Definição das responsabilidades de cada nível hierárquico;
 - Definição dos limites de risco aceitáveis pela Companhia a serem aprovados pelo Conselho de Administração.
- Processo de gestão:
 - Análise das posições do balanço patrimonial;
 - Avaliação e mensuração dos fatores de risco;
 - Avaliação e execução de alternativas de mitigação baseado em fatores estabelecidos pela Política;
 - Comunicação das estratégias executadas;
 - Controle e monitoramento, de acordo com a Política.
- Organização para a gestão de riscos financeiros:
 - A administração da Companhia e o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora, em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, a gestão de riscos financeiros da Companhia.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todos os riscos descritos no item 4.2, mas, principalmente, para o risco de variação de taxa de juros e de câmbio, que se referem, respectivamente, às atividades atreladas à variação da taxa de juros, pré ou pós fixados e índices de inflação e às atividades atreladas à variação de outras moedas.

Nos termos da Política, no que tange a taxa de juros, a Companhia entende que a indexação de taxas pós-fixadas é a que proporciona a melhor aderência ao valor real do dinheiro. Sendo assim, a remuneração dos passivos e ativos financeiros terá como padrão taxas pós-fixadas como o CDI, ou indexadas a índice de inflação. Os instrumentos financeiros afetados pela taxa de juros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar, que estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição às taxas de juros, serão adotadas as seguintes políticas, de acordo com a origem da exposição e nos termos da Política:

- exposições a taxas de juros serão mensuradas mensalmente conforme os métodos descritos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

na Política;

- exposições a taxas de juros e as operações de hedge com instrumentos financeiros deverão permanecer enquadradas nos limites descritos na Política;
- operações de hedge com instrumentos derivativos deverão cumprir todos os requisitos para *hedge accounting* conforme definidos nas normas de elaboração das Demonstrações Financeiras;
- para fins de mitigação dos riscos de juros, a Companhia poderá adotar o hedge natural entre ativos e passivos com a mesma indexação, ou seja, operações de hedge com instrumentos derivativos poderão ser contratadas sobre o saldo líquido da exposição de juros.

Adicionalmente, no que tange a variação cambial, a Companhia entende que não possui geração de caixa em moeda estrangeira, sendo sua exposição cambial proveniente de ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira e reconhecidos no balanço patrimonial e dos derivativos cambiais utilizados para hedge.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição às taxas de câmbio, serão adotadas as seguintes políticas, de acordo com a origem da exposição e nos termos da Política:

- exposições cambiais serão mensuradas pelo Agente de Cálculo externo;
- exposições cambiais e as operações de hedge com instrumentos financeiros deverão permanecer enquadradas nos limites descritos na Política;
- operações de hedge com instrumentos derivativos deverão cumprir todos os requisitos para *hedge accounting* conforme definidos nas normas de elaboração das Demonstrações Financeiras.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia pode utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial, a qual se dá em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira. No caso da utilização destas operações, elas são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e nos termos da Política, a qual estabelece que a exposição de balanço deverá ser 100% neutralizada, admitindo-se tolerância para questões operacionais de até 1,5% do passivo da Companhia em moeda estrangeira. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia possui os seguintes instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de hedge:

- Contratos de *Swap* (Moedas, e Juros);
Contratos Futuros (padronizados e balcão – Moedas e Juros), tais como *NDF (OTC)*, (B3), entre outros; e
- Contratos de compra de opções de compra (call) e venda (put) (Moedas e Juros).

Não é permitida a venda líquida de Opções, definida conforme os padrões de elaboração de Demonstrações Financeiras. É permitida a venda de opções que, em conjunto com outras operações, não constitua uma venda líquida de opções.

Qualquer instrumento, operação ou estratégia que, isoladamente ou combinados, crie qualquer tipo de alavancagem adicional ou contenham dispositivos contratuais que a tornem alavancadas adicionalmente, estão terminantemente vetadas.

As operações não listadas como instrumentos elegíveis somente poderão ser executadas mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Os parâmetros utilizados foram citados neste item 5.2 (b).

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia opera com instrumentos financeiros com o único propósito de proteção patrimonial e previsibilidade do Fluxo de Caixa.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração destes riscos é efetuada por meio das estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia, sendo aplicável ao gerenciamento de tais riscos a Política, no que couber, incluindo a estrutura responsável pelo controle, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia e o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora, em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Conselho de Administração, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos.

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta com as áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis que visam a mitigação dos riscos que podem afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, o conjunto de processos que regem os procedimentos de controles internos da Companhia são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

Nesse contexto, as principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia são:

- Mensalmente, são realizadas reconciliações das contas contábeis formalizando-as no sistema PZM com workflow de revisão segregada, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras.
- Validação periódica dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos.
- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia.
- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios.

Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

As áreas da Companhia responsáveis pelos controles internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia são a Controladoria, o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias, a Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, a área de Auditoria Interna e o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora

A Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias são as áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis. A Controladoria também realiza mensalmente as reconciliações das contas contábeis, formalizando-as no sistema PZM com workflow de revisão segregada, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer exceções identificadas são direcionadas para as áreas envolvidas para as devidas correções.

5.3 - Descrição dos controles internos

A Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade avalia periodicamente os controles internos aplicáveis que visam a mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos em conjunto com os gestores dos processos os planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos. Tais áreas se reportam diretamente à Diretoria e ao Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora.

Por sua vez, o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Controladora supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade através de reuniões periódicas para apresentação dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade realiza um trabalho de identificação de riscos e controles. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, o qual apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s).

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Durante este trabalho, os auditores independentes identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Recomendação dos auditores
Deficiências no processo de elaboração das demonstrações financeiras	Implementação de controle de monitoramento geral (tais como supervisão da administração), controle sobre a seleção e a aplicação das principais práticas contábeis, controle sobre transações significativas com partes relacionadas, controle sobre lançamentos não recorrentes ou não usuais e ferramentas automatizadas para elaboração das Demonstrações Financeiras
Ausência de evidência de revisão e aprovação de controles manuais o nível de processos	Implementação de controles que evidenciem a revisão e a aprovação das atividades manuais de forma tempestiva.
Ausência de evidência de revisão e aprovação de processos de lançamentos contábeis manuais	Implementação de controles que evidenciem a revisão e a aprovação, contemplando todos os lançamentos contábeis manuais, bem como efetue uma análise detalhada para restrição de lançamentos contábeis manuais efetuados por pessoas e Departamentos, que não o Departamento de Contabilidade.

5.3 - Descrição dos controles internos

Análise de conflitos de segregação de funções	Elaboração de matriz de segregação de funções, definindo as transações conflitantes, definição dos perfis de acesso no sistema conforme a matriz de segregação e implementação de procedimento de avaliação periódica de perfis de acesso ao sistema corporativo, a fim de identificar problemas de segregação de funções. Essa avaliação deve ser formalizada com a aprovação dos responsáveis por cada processo
Revisão dos acessos lógicos das aplicações em escopo	Criação de uma rotina periódica de revisão de acessos por área 02 vezes ao ano
Presença de usuários desligados com registro de <i>login</i> após a data de demissão	Registro, pela área de Recursos Humanos, de baixa dos funcionários demitidos de todos os relatórios utilizados pela Companhia de maneira tempestiva, evitando assim, riscos da utilização desses acessos por outros funcionários o que poderia ensejar em transações errôneas e fraudulentas de difícil rastreabilidade

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Assunto	Comentários dos diretores
Deficiências no processo de elaboração das demonstrações financeiras	A Administração está num processo de reestruturação da sua equipe responsável pela preparação e revisão das DFs e também entende que as etapas de preparação das DFs e suas respectivas notas explicativas, ainda estão com muitas etapas manuais, o que causa lentidão, e várias fases de validação do número final. Diante deste quadro, a Administração informa que em 2019, efetuará a implantação do sistema SAP/BPC que automatizará a construção das DFs e suas notas explicativas, mitigando assim, os efetivos negativos mencionados pela auditoria.
Ausência de evidência de revisão e aprovação de controles manuais o nível de processos	A Administração informa que os assuntos estão sendo analisados e endereçados de forma pertinente. a) Configuração sistêmica para a taxa de depreciação do ativo: - Em andamento, a implantação do controle do ativo imobilizado das empresas Borgato no sistema SAP/AA (Vamos e Transrio já utilizam este sistema), com término previsto para Junho/19. - Foi desenvolvido (mar/19) no sistema SAP/AA, módulo do ativo imobilizado, relatório analítico com a demonstração da taxa de depreciação aplicada para cada classe do imobilizado, critérios de classificações, centro de custos e itens individuais, com a demonstração da data de validade destas taxas. Referido relatório possibilitará, o acesso a esta informação de forma rápida e objetiva, corroborando assim, com a validação dos estudos de taxas de depreciações realizados anualmente. b) Análise da desvalorização dos ativos mantidos para venda: - Em andamento, a implantação do controle do ativo imobilizado das empresas Borgato no sistema SAP/AA (Vamos e Transrio já utilizam este sistema), com término previsto para Junho/19.

5.3 - Descrição dos controles internos

	- Está em fase de avaliação para posterior implantação em 2019 no SAP/AA, a disponibilização de campo específico no cadastro do item do imobilizado <u>disponível para venda</u>, para que a área comercial de venda de ativos seminovos, possa registrar o preço provável de venda, levando em consideração as condições conhecidas destes ativos disponíveis para venda. Isto permitirá que eventuais ativos, com utilização diferentes daquelas previstas na formação da taxa de depreciação, possam ser alvos de uma "provisão para desvalorização".
Ausência de evidência de revisão e aprovação de processos de lançamentos contábeis manuais	A Administração informa que criou um plano de ação que consiste no mapeamento dos lançamentos manuais efetuados em todos os seus ERPs (SAP, Solution, Sinc e Dealer Net), com a identificação das origens e causas, para sistematizar a parte que for possível, e para o que se manter de forma manual, será implantado ao longo de 2019, um processo para formalização, revisão e aprovação destes lançamentos manuais, antes que os mesmos sejam processados nos referidos ERPs.
	A Administração entende que vários pontos levantados se referem a "drafts" das DFs em andamento, portanto, ainda estavam sujeitos a conferências e alterações. A Administração também entende que as etapas de preparação das DFs e suas respectivas notas explicativas, ainda estão com muitas etapas manuais, o que causa lentidão, e várias fases de validação do número final. Diante deste quadro, a Administração informa que em 2019, efetuará a implantação do sistema SAP/BPC que automatizará a construção das DFs e suas notas explicativas, mitigando assim, os efetivos negativos mencionados pela auditoria.
Análise de conflitos de segregação de funções	A Administração adquiriu no final do segundo semestre de 2018, a ferramenta IG IBM, para realização dos seguintes controles: - Inventário de sistemas e perfis de acesso; - Inventário das identidades; - Definição dos processos e regras de automação; - Definição de fluxos, papéis e responsabilidades e workflow de aprovação; - Perfis de auditoria automatizada / SOD SAP e Legado - Organização das identidades, acessos e categorização de funcionários, prestadores de serviço, representantes e, até mesmo, clientes; - Definição dos processos de solicitação, aprovação, revogação e revisão de direitos de acesso; Também serão cobertos os processos de: - Autenticação centralizada; - Provisionamento automático Criação, alteração, remoção de conta de usuário; - Cadastro e atualização de dados dos colaboradores nos catálogos por sistema; - Bloqueio, desbloqueio de contas, troca de senhas, associação, desassociação de uma conta a um direito de

5.3 - Descrição dos controles internos

	acesso; - Consultas a contas, perfis e direitos associados a contas. O projeto para implantação da ferramenta IG da IBM, foi iniciado em 13 de fevereiro de 2019, com previsão de término para Junho/2019, abrangendo os principais sistemas da empresa.
Revisão dos acessos lógicos das aplicações em escopo	A Administração entende que esse processo será parcialmente automatizado com a implementação da ferramenta de gestão de identidade IG da IBM, conforme mencionado no item anterior, e que a revisão anual será suficiente para mitigar eventuais conflitos.
Presença de usuários desligados com registro de <i>logon</i> após a data de demissão	A Administração está implantando em 2019, um novo processo de desligamento de funcionários, com objetivo de realizar a integração imediata nos diversos módulos do sistema (on-line ou uma vez ao dia) de todos os desligamentos realizados. Regra esta que deve ser igual às exigências do e-social.

5.4 - Programa de Integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota o Programa de Conformidade de sua controladora JSL S.A., que se aplica a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, e tem o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público, bem como fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência.

Em relação à interação da Companhia com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU.

Nesse sentido, o Programa de Conformidade da JSL S.A. e de suas controladas inclui as seguintes políticas, todas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e implementadas diariamente no dia-a-dia de suas atividades: (i) Código de Conduta; e (ii) Política Anticorrupção, composta pelas seguintes políticas: Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia descreve a seguir as principais políticas e procedimentos de integridade adotados no âmbito do Programa de Conformidade da JSL S.A. e suas controladas, que inclui a Companhia:

- Código de Conduta: Ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 25 de fevereiro de 2019, o Código de Conduta da JSL S.A. se aplica a todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários, trainees, prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral de todas as suas empresas controladas, coligadas e consorciadas, incluindo da Companhia. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) cumprimento de leis e regulamentos; (ii) direitos humanos; (iii) relações de trabalho; (iv) conduta do colaborador; (v) combate à corrupção; (vi) conflito de interesses; (vii) doações e patrocínios; (viii) presentes, brindes, entretenimento e hospitalidade; (ix) relações com o ambiente externo; (x) descumprimento e medidas disciplinares; e (xi) canal de denúncia.
- Política de Doações e Patrocínios: A Companhia possui uma Política de Doações e Patrocínios, a qual se aplica a todos os colaboradores, independente do cargo ou função, da JSL S.A. e de todas suas controladas, coligadas e consorciadas, bem como a qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em receber doação ou patrocínio da Companhia ou do Instituto Julio Simões. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo e a observância da legislação vigente e das premissas estabelecidas pela Companhia para a realização de doações e patrocínios.
- Política de Participação em Licitação Pública: A Companhia possui uma a Política de Participação em Licitação Pública se aplica a todos os colaboradores da JSL S.A. e suas controladas, coligadas e consorciadas, e define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas.

Além das políticas elencadas no item acima, a Companhia adota outros procedimentos e mecanismos para referida finalidade, quais sejam: (i) Treinamento aos colaboradores sobre o Código de Conduta,

5.4 - Programa de Integridade

o novo canal de Denúncia, a Lei Anticorrupção e as Políticas Anticorrupção da Companhia; (ii) criação da "Linha Transparente", canal gratuito criado para dirimir dúvidas sobre o Programa de Conformidade, acessível ao público interno e externo, (iii) instalação de linha telefônica monitorada utilizada pelos funcionários do departamento de licitação, (iv) treinamentos específicos sobre interação com a Administração Pública e licitações públicas a departamentos que são envolvidos nestes temas, (v) comunicações quinzenais sobre pontos do Código de Conduta e as Políticas Anticorrupção, (vi) avaliação, pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, de doações e patrocínios feitos para órgãos públicos, (vii) início da aplicação do processo de homologação de terceiros que são contratados pela Companhia para prestarem serviços que compreendem interação com órgãos públicos.

Ressalte-se que a Companhia realiza treinamentos periódicos sobre o tema de integridade, presenciais e online, a todos os seus administradores, funcionários e estagiários. Um novo ciclo de treinamento foi lançado em dezembro de 2018, o qual deve ser oferecido a todos os colaboradores até dezembro de 2019.

Todos esses processos relacionados ao Programa de Integridade são revisados com periodicidade não superior a 2 anos, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes dos processos e dos normativos internos da Companhia.

Além dos procedimentos acima, a Companhia realiza anualmente a avaliação dos riscos junto as gestores e Diretores avaliando a probabilidade de efetivação das referidas consequências e seu impacto em caso de eventual ocorrência. Após a identificação dos riscos, os mesmos são gerenciados de acordo com sua criticidade e avaliadas as melhores alternativas para mitigação, definição de controles ou aceitação do risco cujo impacto seja menor que o custo benefício de seu gerenciamento. O monitoramento deste processo é realizado pela Diretoria.

A administração da Companhia entende que as políticas e procedimentos de integridade existentes estão adequados ao perfil de riscos da Companhia, que apresenta nível moderado de interação com entidades da administração pública.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são a Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia e o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A., conforme detalhes descritos abaixo:

- Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade: Especificamente em relação a questões de compliance de integridade, referida estrutura se reporta à Diretoria da Companhia e ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A., e tem por finalidade liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade com o objetivo de mitiga-los e preveni-los, bem como orientar os funcionários da Companhia e terceiros sobre as normas internas da Companhia. Isso inclui as seguintes atribuições: (i) monitorar as não conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis; (ii) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia, monitorando os planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares; (iii) reportar ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S/A: a) situações que caracterizem risco de conformidade e de imagem para a Companhia; b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias e status das investigações; c) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e d) doações e patrocínios à órgãos

5.4 - Programa de Integridade

da Administração Pública para validação; (iv) avaliar as cláusulas de conformidade/compliance dos contratos da Companhia; e (v) avaliar e apontar os riscos para validação da Diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e terceiros.

- Comitê de Ética e Conformidade: Sua criação foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração da JSL S.A., órgão ao qual se reporta. O Comitê de Ética e Conformidade foi instituído pela JSL S.A. mas atua de forma compartilhada para todas as controladas da JSL S.A., incluindo a Companhia, e tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva: (i) no cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia, (ii) na análise, aplicação de medidas disciplinares, recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida e (iii) avaliar a eficiência e eficácia do Programa de Conformidade, e a sua aderência aos requisitos exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas que tratam sobre o tema, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos, (iv) analisar e validar sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; (v) analisar e validar pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública; (vi) avaliar e julgar, quando o caso, ações e omissões: a) dos colaboradores da Companhia e b) que envolvam terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia.

Sobre os mecanismos de garantia de independência à Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, estes ficam evidenciados no dever de reporte à Diretoria da Companhia e ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. sobre todas as ações que envolvem o Programa de Conformidade, aplicáveis à Companhia. A Diretoria, por sua vez, reporta-se ao Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. possui um membro externo, garantindo a imparcialidade do Comitê e suas deliberações são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia no que tange às ações do Programa de Integridade aplicáveis à Companhia].

Ademais, as denúncias envolvendo membros de Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. são encaminhadas ao Conselho de Administração da JSL S.A., e as denúncias que envolvem a Presidência ou a Diretoria da Companhia são encaminhadas ao Conselho de Administração da Companhia. Por sua vez, as denúncias envolvendo a Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade são encaminhadas para o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. e à Presidência da Companhia.

A administração da Companhia entende que os mecanismos mencionados são adequados para garantir a independência da Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia e do Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Desde 2010, a Companhia adota o Código de Conduta da JSL S.A., o qual se aplica a todas as suas controladas, coligadas e consorciadas, incluindo a Companhia. Dessa forma, desde 2010, a Companhia adota o Código de Conduta de sua controladora, o qual foi revisado pela última vez em 14 de fevereiro de 2019.

O Código de Conduta foi formalmente ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2019.

5.4 - Programa de Integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os colaboradores recebem o primeiro treinamento no momento da contratação/integração e um treinamento anual.

Anualmente, os principais executivos da Companhia se reúnem com o objetivo de alinhar os atingimentos e metas da Companhia, onde neste momento, é reservada uma pauta específica para a apresentação dos itens do programa de Conformidade.

No evento anual de vendas, onde também são reunidas as principais lideranças da Companhia, a Companhia tem uma pauta reservada para a aplicação de treinamento dos itens relacionados ao Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

De acordo com o Código de Conduta, o descumprimento de qualquer das diretrizes dispostas no presente Código de Conduta e outras normas internas está sujeito à aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes: (i) advertência, oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa. Terceiros, por sua vez, poderão ter sua relação comercial com a Companhia encerrada.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 25 de fevereiro de 2019 e pode ser encontrado no seguinte link: https://grupovamos.com.br/wp-content/uploads/2019/01/Codigo-de-Conduta_Vamos-Web-Final-min.pdf

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui Canal de Denúncia conforme descrito abaixo.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncia da Companhia é terceirizado, com o objetivo de conferir maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia.

A Companhia garante a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado.

5.4 - Programa de Integridade

O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias.

O canal funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferida ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia por telefone, site e e-mail, canais administrados exclusivamente pela empresa terceirizada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal está disponível para o público interno e externo.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal e transmitidas para a Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia, que dará andamento nas tratativas. Cumpre ressaltar que as denúncias envolvendo membros da Presidência e a Diretoria são encaminhadas ao Conselho de Administração da Companhia, as denúncias envolvendo a Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade são encaminhadas para o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. e à Presidência. Por sua vez, denúncias envolvendo membros do Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. são encaminhadas para o Conselho de Administração da JSL S.A.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Na ocorrência dos casos citados, a Companhia efetua a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas) para os processos de "Due Diligence" de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos nas operações.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

Item não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas em relação ao último exercício social.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	21/09/2015
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	30/04/2019

6.3 - Breve histórico

A controladora da Companhia, a JSL S.A., opera desde 1956, com início de seu negócio com o transporte de cargas gerais e, atualmente, opera em todo o território nacional e mais três países do Mercosul (Argentina, Chile e Uruguai), prestando serviços de alto valor agregado, que vão desde o transporte de cargas até a terceirização total das cadeias logísticas, sempre de forma integrada, flexível, customizada e ágil.

Na década de 1980, com base na demanda dos clientes, passou também a atuar nos serviços de transporte de seus colaboradores e na terceirização de suas frotas. Na década de 1990, observando a necessidade de redução de custos por parte dos seus clientes, passou a focar na otimização de suas cadeias de suprimentos, incluindo a conexão da empresa com seus fornecedores e clientes, por meio da prestação de serviços dedicados e customizados. Assim, a partir do ano de 2000, consolidou a prestação de serviços integrados de logística com a implementação de operações inovadoras e customizadas junto aos seus clientes, o que vem contribuindo para a redução dos custos logísticos bem como com o aumento da eficiência das operações dos seus respectivos clientes. Adicionalmente, realizou aquisições de empresas com o principal objetivo de ampliar a carteira de clientes em setores estratégicos.

Nesse contexto, em setembro de 2015, a Companhia foi constituída, como sociedade limitada e sob a denominação JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda., tendo como objetivo a locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor, e a prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota, tanto preventiva, quanto corretiva. A Companhia foi idealizada com vistas a suprir a demanda de clientes da JSL S.A. nos setores de atuação que se tornaram da Companhia.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia incorporou a J.P. Tecnolimp S.A. ("Tecnolimp")- Com a incorporação, a Tecnolimp foi extinta e a Companhia tornou-se a titular de seus ativos – inclusive os operacionais – que passaram a ser utilizados em suas atividades.

Em 31 de agosto de 2016, a Companhia incorporou os ativos e passivos oriundos da cisão parcial da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. avaliados nos termos de laudo de avaliação pelo valor total de R\$15.330.882,02.

Em 31 de outubro de 2017, a Companhia aprovou (i) a transformação do tipo societário, tornando-se uma sociedade por ações; (ii) alteração da denominação social, por meio da qual passou a ser a Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.; (iii) uma reorganização societária, pela qual a Companhia incorporou a JSL Holding Financeira Ltda. e a Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., a qual representa parcela cindida da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A., ambas sociedades controladas pela controlador comum, a JSL S.A.

Em 22 de dezembro de 2017, concluímos a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. (coletivamente "Empresas Borgato"), empresas com forte atuação no setor agrícola e que, após tal operação, tornaram-se subsidiárias integrais da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia aprovou a sua cisão de forma a excluir os serviços financeiros prestados por sua então controlada JSL Arrendamento Mercantil S.A., de sua linha de negócio. Essa última operação se deu principalmente em razão dos administradores da Companhia e de sua controladora entenderem que, para o melhor aproveitamento da sinergia de cada um dos negócios desenvolvidos dentro do conglomerado do qual fazem parte e que é, em sua totalidade, controlado pela JSL S.A., a Companhia deve deter apenas participação em negócios relacionados à sua atividade principal, qual seja, locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 6.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

As informações financeiras informadas ao longo do item 7 deste Formulário de Referência, estão baseadas nas demonstrações financeiras combinadas carve-out que foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle, desde 1º de janeiro de 2016, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. (empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A.).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out não consolida o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A.

Ressalta-se que as demonstrações financeiras combinadas carve-out refletem uma melhor compreensão dos resultados da Companhia, visto que são comparáveis entre si e foram elaboradas com o propósito específico de fazer parte do processo de oferta pública, favorecendo a compreensibilidade dos investidores.

Visão Geral

Somos a empresa líder no setor de locação de caminhões¹, máquinas e equipamentos do Brasil², operando nesse segmento há mais de 20 anos através da nossa controladora JSL S.A. ("JSL") e contávamos com uma frota de 10.862 ativos locados em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 19% com relação a 2017, que contava com 9.117 ativos, e 67% em relação a frota de 2016, que contava com 6.504 ativos. Em setembro de 2015, por meio de uma reorganização do Grupo JSL, grupo com amplo portfólio de serviços logísticos do país, a Vamos foi constituída com o objetivo de consolidar todas as atividades de locação de longo prazo de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem manutenção, além da rede de concessionárias de caminhões e ônibus da Volkswagen/MAN ("VW/MAN") e da rede de lojas de seminovos.

Nosso principal negócio é a locação de longo prazo com serviços que asseguram a disponibilidade da frota para nossos clientes, viabilizando assim, uma maior produtividade com menor número de ativos.

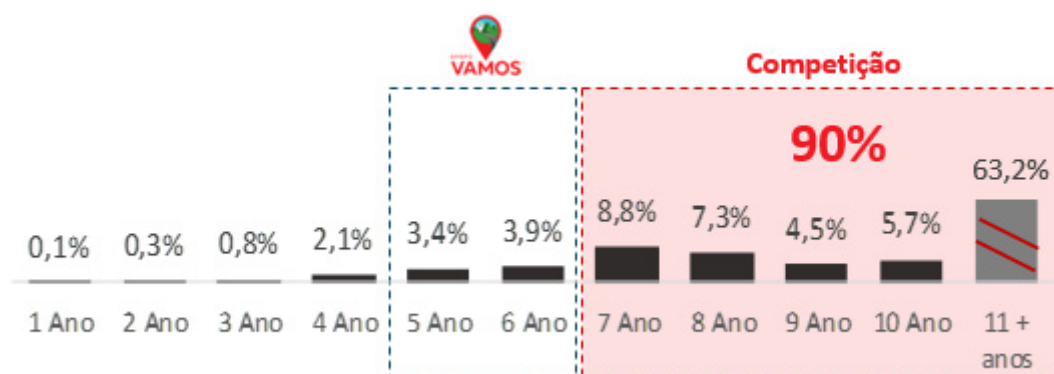
Atuamos de forma integrada e sinérgica com todos os nossos negócios. Compramos, vendemos, locamos e fazemos a manutenção de nossos ativos. Possuímos uma estrutura operacional com oficinas próprias e uma rede de oficinas credenciadas em todo o Brasil para atendermos com eficiência, assegurando a disponibilidade dos ativos locados pelos nossos clientes. Nosso modelo de negócio permite alcançar a maximização no valor da venda dos ativos em nossa rede de lojas de seminovos e da rede de concessionárias. Entregamos para nossos clientes disponibilidade da frota alugada com redução de custo e com alta rentabilidade para o nosso negócio, gerando um ciclo virtuoso de negócios. A Companhia ocupa um nicho de alto valor e liquidez no mercado de seminovos, conforme a representatividade nas vendas por idade do ativo indicada abaixo:

¹ De acordo com o Anuário Brasileiro do Setor de Locação de Veículos, divulgado em 2018 pela Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis ("ABLA"), a frota de caminhões em locação no Brasil totalizou 13.155 veículos em 2017, sendo que, no mesmo período, nossa frota correspondia a mais da metade deste total.

² "JSL compra Borgato e cria maior locadora de máquinas e caminhões do país" –

Fonte: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/jsl-compra-borgato-e-cria-maior-locadora-de-maquinas-e-caminhoes-do-pais.ghml>

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas



Fonte: Relatório Fenabreve³

Temos uma rede nacional superior a 1.600 oficinas credenciadas para fazer a manutenção dos ativos alugados com serviço, sendo o controle e gestão inteiramente sob nossa responsabilidade. Dessa forma, temos capacidade instalada para atender em todo o território nacional.

Nossa rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/MAN e as de máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA atuam de forma independente e vivem de sua própria atividade, além disso, servem também para fomentar os negócios de locação e de compra e venda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, cujo mercado ainda é muito incipiente no Brasil, mas de grande oportunidade de crescimento.

Hoje é parte da nossa estratégia desenvolver e prestar serviços que atendam a necessidade dos nossos clientes, com foco em entender, atender e encantar, gerando um ciclo virtuoso do nosso negócio. Com isso, construímos relacionamentos de longo prazo e expandimos nossos negócios, sendo gente e equipe nosso grande diferencial.

Em 31 de dezembro de 2017, concluímos a aquisição da totalidade do capital social da Borgato, com atuação nos segmentos de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA, e focada no agronegócio. A aquisição da Borgato foi estratégica para a Companhia, possibilitando crescimento nos segmentos de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, com ganhos de escala e sinergia, sendo complementar ao nosso portfólio.

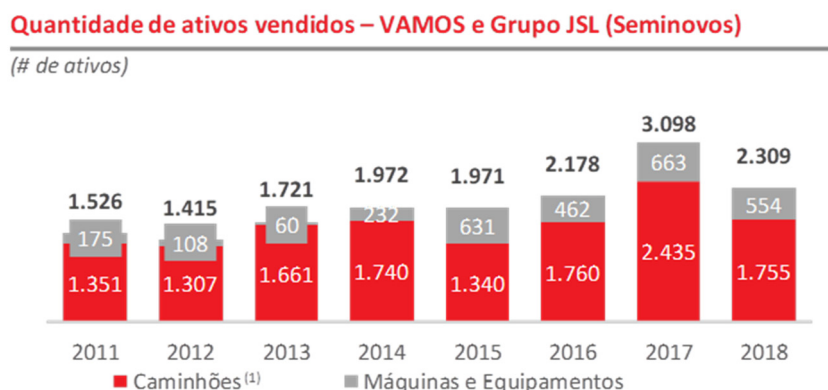
Nosso modelo de negócios está baseado em contratos de locação de longo prazo, de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, assegurando a disponibilidade da frota locada para nossos clientes. Atuamos em diversos setores da economia, principalmente agronegócio, energia, transporte e alimentos, com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados. Além disso, possuímos uma rede de 40 lojas com ampla cobertura nacional, em 10 estados, contando com a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/Man, com 14 lojas, 15 lojas de máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA e 11 lojas de seminovos.

A nossa sólida experiência na gestão, manutenção e escala na aquisição de ativos, bem como nosso relacionamento de longo prazo com todas as montadoras presentes no país, alavancam nosso poder de negociação junto às montadoras e nos permite a aquisição dos ativos com condições diferenciadas de nossos clientes e concorrentes, tendo adquirido nos últimos 3 anos 5.555 caminhões, máquinas e equipamentos. Nossos contratos de locação de longo prazo (5 anos em média) com ativos que são fundamentais para o negócio dos nossos clientes, nos garante alto grau de previsibilidade do fluxo de caixa. Somado a isso, a nossa rede de concessionárias e de lojas de seminovos, com 40 lojas com capilaridade nacional, nos permite ter o domínio de todo o ciclo do nosso negócio, com baixo risco

³ Disponível em: <http://www3.fenabreve.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=6&layout=indices-e-numeros>

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

de execução e nos garante uma alta capacidade de venda dos ativos locados ao final dos contratos, conforme indicado abaixo:



Fonte: Companhia

Essa estratégia empresarial, com controle de todo o ciclo do negócio, nos tem permitido alcançar expressivo crescimento com rentabilidade altamente atrativa. A nossa receita líquida no exercício social de 2018 foi de R\$983.290 mil, representando um crescimento de 46% em relação a 2017 (R\$674.756 mil) e 56% em relação a 2016 (R\$628.980 mil). Nosso lucro líquido totalizou R\$116.274 mil, no exercício social de 2018, representando um crescimento de 26% em 2017 (R\$92.584 mil) e 49% em relação a 2016 (R\$77.875 mil), gerando um retorno sobre o patrimônio líquido em 2018 de 17,2%, em 2017 de 17,9% e de 17,8% em 2016. Adicionalmente, o EBITDA de nossas atividades no exercício social de 2018 foi de R\$452.175 mil, que representou um crescimento de 48% em 2017 (R\$304.993 mil) e 66% em relação a 2016 (R\$272.475 mil), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Informações Financeiras Combinadas Carve-out ⁽¹⁾	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018	% 2018 2017	x	2017	% 2017 x 2016	2016
Receita Líquida ⁽²⁾	R\$983,3 milhões	46%		R\$674,8 milhões	7%	R\$629,0 milhões
Lucro Líquido ⁽³⁾	R\$116,3 milhões	26%		R\$92,6 milhões	19%	R\$77,9 milhões
EBITDA ⁽⁴⁾	R\$452,2 milhões	48%		R\$305,1 milhões	12%	R\$272,5 milhões
Margem EBITDA ⁽⁵⁾	46,0%	0,8 p.p.		45,2%	1,9 p.p.	43,3%
Dívida Líquida ⁽⁶⁾	R\$863,3 milhões	32%		R\$656,1 milhões	19%	R\$550,4 milhões
Alavancagem Líquida (x) ⁽⁷⁾	1,9	-		2,2	-	2,0
ROE ⁽⁸⁾	17,2%	-0,7 p.p.		17,9%	0,1 p.p.	17,8%
ROIC ⁽⁹⁾	11,3%	0,3 p.p.		11,0%	0,8 p.p.	10,2%

(1) Tais informações combinadas carve-out são apresentadas com o objetivo de proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as nossas operações, gestão e posição patrimonial e de nossas controladas sejam compreendidas dentro de nossa estrutura societária final.

(2) Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços:

(3) Lucro Líquido do exercício

(4) EBITDA: Consiste no lucro líquido do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização.

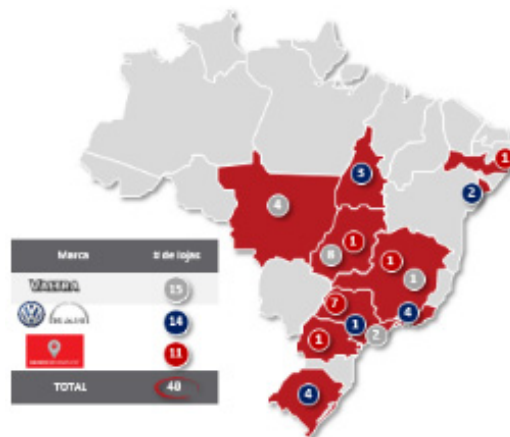
(5) Margem EBITDA: consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

- (6) Dívida Líquida: é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes
- (7) Alavancagem Líquida: O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.
- (8) ROE: O ROE Return On Equity (em português: Retorno sobre o Patrimônio) reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio.
- (9) ROIC: O ROIC - Return On Invested Capital é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional ("EBIT"), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos uma frota total de 10.862, sendo 8.755 caminhões ou similares⁴, e 2.107 máquinas e equipamentos. Adicionalmente, contávamos com mais de 132 clientes nos setores agrícola, energia, mineração, industrial, varejo, transporte, entre outros. Nossa rede de lojas contava, na mesma data, com 40 lojas, sendo 14 concessionárias de caminhões e ônibus da marca VW/MAN, 15 concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA e 11 lojas de seminovos distribuídas em 10 estados do Brasil. Nossa rede de lojas também é um diferencial importante na prospecção de novos clientes, pois conseguimos oferecer uma solução completa para clientes que possuem frota própria, com a compra e venda da frota do cliente através da nossa rede de lojas.

O mapa abaixo mostra a distribuição geográfica das nossas 40 lojas, com base em 31 de dezembro de 2018:



⁴ Tais como carretas, cavalos mecânicos, ônibus e utilitários.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

As tabelas abaixo destacam algumas das nossas informações financeiras e operacionais combinadas para os períodos indicados:

Informações Operacionais Combinadas ⁽¹⁾	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	% 2018 x 2017	2017	% 2017 x 2016	2016
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos					
Frota no final do período	10.862	19,14	9.117	63,68	6.504
Número de clientes	132	27,52	106	20,45	88
Número de contratos	331	23,97	267	50,00	178
Valor a receber de contratos de locação (<i>backlog</i>)	R\$1.787 milhões	24,97	R\$1.430 milhões	8,66	R\$1.316 milhões
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos					
Número de lojas e concessionárias	40	0	40	42,85	28
Número de ativos vendidos nas lojas de seminovos	2.309	-25,47	3.098	42,24	2.178
Número de caminhões novos vendidos nas lojas VW/Man	2.882	75,52	1.642	12,93	1.454
Número de máquinas e equipamentos novos vendidos nas lojas Valtra	513	-	-	-	-

Linhas de Negócios

Atuamos nos segmentos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, com contratos de longo prazo e concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos. Nosso modelo de negócio é único, pois permite gerar valor em todas as etapas do ciclo de nosso investimento através da sinergia dos negócios. Nosso principal segmento de negócio é o de locação, que contribui, em 2018, com um lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos de R\$219.439 mil e com 95% de nosso EBITDA. Contamos também com uma rede de concessionárias de caminhões e ônibus da marca VW/MAN e de máquinas agrícolas da marca Valtra, além de uma rede de lojas de seminovos. Sendo assim, uma plataforma única de negócios que conta com uma base instalada de lojas para comprar e vender caminhões seminovos, pronta para sustentar o crescimento da Companhia e capturar o alto potencial de desenvolvimento desse segmento.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

Somos a empresa líder no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos do Brasil. Em 31 de dezembro de 2018, contávamos com uma frota de 8.755 caminhões e similares⁵, e uma frota de 2.107 máquinas e equipamentos, totalizando 10.862 ativos locados. Nossos contratos de locação são de longo prazo, com duração de 5 anos em média. Oferecemos contratos de locação com ou sem serviços de manutenção, sempre sem operador, e asseguramos a disponibilidade da frota para nossos clientes.

Possuímos uma frota com modelos diversificados, com representatividade em todas as principais marcas atuantes no Brasil. Nossa escala viabiliza a aquisição dos ativos com preços e condições diferenciadas, sendo uma forte vantagem competitiva frente aos nossos concorrentes e clientes.

Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos R\$1.787 milhões de receita futura contratada decorrente de 331 contratos existentes de longo prazo com nossos clientes (*backlog*), representando um crescimento relativo de 25%, frente a R\$1.430 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Por meio do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, oferecemos aos nossos clientes diversos benefícios, incluindo: (i) melhorar a alocação de capital; (ii) focar em suas atividades principais; (iii) eliminar o processo de compra e venda dos ativos e risco do valor residual; (iv) melhorar o controle de gestão, manutenção e administração da frota; (v) garantia de disponibilidade, possibilitando redução da frota; (vi) conhecer o real custo para o seu negócio; e (vii) economia em custos operacionais.

Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos

Atuamos com a maior rede de concessionárias das marcas VW/MAN de caminhões e ônibus e Valtra de máquinas e equipamentos agrícolas⁶.

A marca VW/MAN é líder no mercado nacional de caminhões, com um total de 28,1% de *market share* em 2017, de acordo com dados da Fenabrave. Temos a maior rede de concessionárias da VW/MAN do Brasil, com 14 lojas distribuídas em 5 estados do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins e Sergipe). Em 2018, vendemos 2.882 caminhões/ônibus nas nossas lojas VW/Man, representando 14% da venda da VW/MAN no Brasil. Nossas lojas vendem caminhões novos e seminovos, além de peças, acessórios e serviços de manutenção, sendo que o mercado de seminovos tem grande potencial de crescimento.

Atuamos no mercado de máquinas e equipamentos agrícolas com concessionárias da marca Valtra. Possuímos 15 lojas distribuídas entre os estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, tendo a maior cobertura nacional em área geográfica em termos de potencial de faturamento. Em 2018, vendemos 513 máquinas agrícolas nas nossas lojas Valtra, dentre os quais 326 foram tratores e que representaram 12% do total de vendas da marca Valtra na região de atuação, e acreditamos ter grande potencial de crescimento com nossas bases instaladas só com a implantação da nossa gestão. A marca Valtra, a qual faz parte do grupo AGCO, foi a primeira fábrica de tratores no Brasil tendo registrado participação de mercado de 17% no segmento de tratores em 2017, o qual é um mercado bastante fragmentado.

Com intuito de permitir o constante e eficiente fechamento do ciclo do nosso negócio, desenvolvemos o negócio de Seminovos de maneira complementar, o qual está atualmente presente em 5 estados do Brasil, abrangendo todas as regiões do país junto com as concessionárias, reduzindo o custo com transporte e maximizando o valor de venda. Em 31 de dezembro de 2018, nosso negócio de Seminovos contava com uma estrutura de 11 lojas denominadas "VAMOS Seminovos", que proporciona otimização do giro da frota, volume e valor depreciável mais baixo para rentabilizar ainda mais nossos resultados. Nos beneficiamos de um mercado de seminovos resiliente e de grande proporção. Segundo dados da ANFAVEA, a venda média de caminhões novos (0km) nos últimos 8 anos foi de 107 mil caminhões e a venda de caminhões seminovos (mercado secundário) representou mais de 3 vezes o volume da venda de novos, com uma média anual de 340 mil caminhões vendidos.

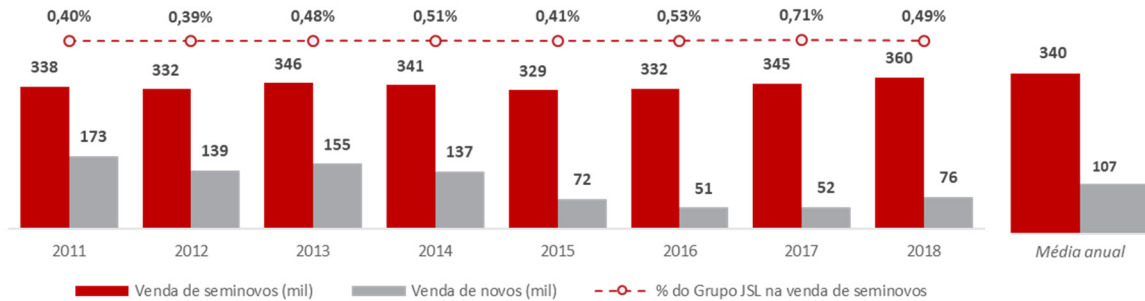
⁵ Tais como carretas, cavalos mecânicos, ônibus e utilitários.

⁶ Fonte: <https://www.acav.com.br/concessionarias/>

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Em 2018, vendemos 1.755 caminhões seminovos que representou 0,49% do mercado, o que demonstra a alta capacidade de absorção do nosso produto nesse mercado.

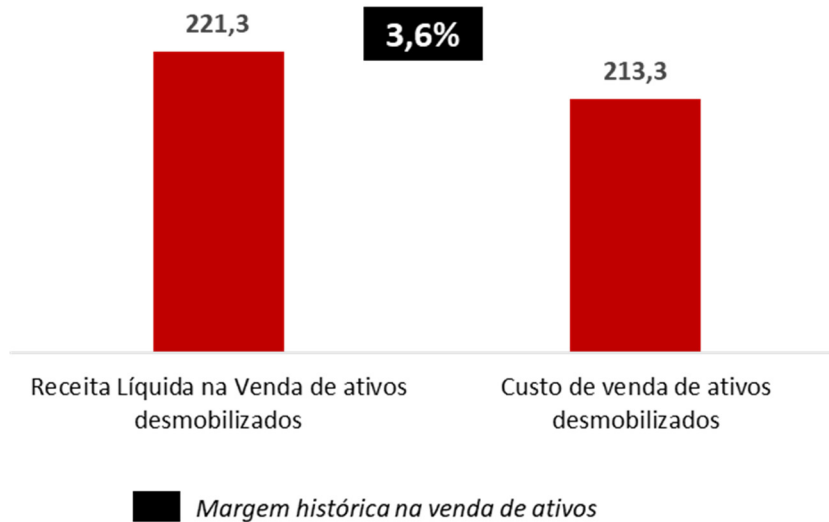
VENDA ANUAL DE CAMINHÕES



Fonte: Fenabreve

Nos últimos três anos, nossa venda de ativos desmobilizados totalizou R\$221,3 milhões, com uma margem de 3,6%, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Isso demonstra a nossa capacidade de venda e assertividade no valor depreciável, levando em conta que possuímos uma plataforma com uma base instalada de lojas para comprar e vender caminhões seminovos, pronta para sustentar o nosso crescimento.

Performance na Venda de Ativos: Acumulado Jan/16 - Dez/18 (R\$mm e %)



7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Nossa Estratégia

Acreditamos que a implementação das nossas principais estratégias comerciais e financeiras nos proporcionará melhorias no desenvolvimento das nossas atividades, de forma a maximizar a lucratividade dos nossos acionistas e propiciando vantagens sobre os nossos concorrentes. Nossa estratégia contempla os temas descritos a seguir:

Manutenção da expansão orgânica com foco em rentabilidade e excelência no atendimento aos clientes

Vamos dar continuidade ao nosso modelo de negócios baseado em eficiência e qualidade no atendimento ao cliente, além de manter nosso crescimento, consolidando e aumentando nossa participação de mercado por meio das seguintes iniciativas:

- ampliar o portfólio de clientes, continuando a expandir a atuação em setores e segmentos de mercado e oferecendo nossos serviços a clientes, tendo em vista que o mercado de locação de caminhões e máquinas ainda é incipiente no Brasil e é caracterizado pela baixa concorrência de empresas relevantes, bem como possui carência de oferta de serviços personalizados e com foco no cliente;
- aproveitar a tendência crescente de clientes buscando a redução de imobilização de ativos, para se beneficiar, dentre outros, de um serviço que lhes permita conferir maior foco às suas atividades principais e obter redução de custos e na alocação de capital; e
- aproveitar eventuais oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas.

Potencialização de sinergias (cross selling) entre nossos segmentos de negócios

Nossa plataforma é composta por negócios sinérgicos que se complementam e potencializam as oportunidades de oferta (*cross selling*), otimizando nossa estrutura corporativa em razão da utilização da mesma base administrativa para os nossos segmentos de negócios fortalecendo a nossa marca, que é utilizada de forma única e integrada. Nossa equipe comercial atua na captação e relacionamento de clientes de locação tanto de caminhões como de máquinas e equipamentos, potencializando o resultado de cada abordagem comercial. Pretendemos potencializar a exploração comercial dessas oportunidades de *cross selling* por meio de uma equipe capaz de oferecer a nossos clientes soluções integradas, com maior valor agregado em um mercado em expansão. Além disso, pretendemos utilizar a base de informações de cada um dos nossos segmentos de negócios de forma a identificar as necessidades de nossos clientes e lhes propor diversas soluções de locação e de serviços, aumentando, assim, nossas vendas e rentabilidade.

Eficiência operacional e disciplina financeira

Desenvolvemos o nosso modelo de negócio baseado no nosso pilar de rentabilidade. Pretendemos expandir nossas operações com eficiência operacional através de ganhos de escala e aumento da geração de caixa com disciplina financeira, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas.

Estamos estruturados operacionalmente para continuar gerando rentabilidade e melhorando nossa eficiência operacional e financeira, com a implementação de equipes 100% dedicadas ao monitoramento do mercado e à análise de capacidades operacionais internas. Com isso, podemos embasar tomadas de decisões estratégicas e executar adequações rapidamente, bem como reagir com agilidade a oportunidades atrativas de negócios que eventualmente surjam nos mercados nos quais atuamos ou nos quais temos interesses em atuar. Temos a intenção de continuar adotando nossa rígida disciplina de capital, reforçando e introduzindo práticas que busquem melhorar a nossa eficiência operacional, de forma que possamos continuar crescendo com rentabilidade e eficiência, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas e sem prejudicar a nossa solidez financeira. Pretendemos preservar e ampliar a nossa consistente geração de caixa operacional.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**(a) interesse público que justificou sua criação**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia junto com suas controladas exerce suas atividades por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

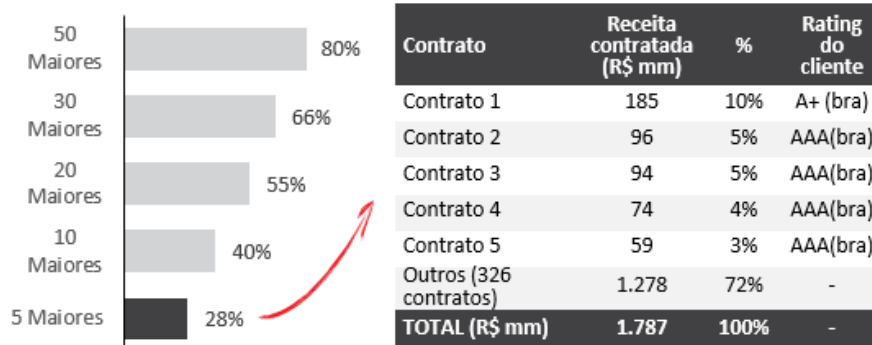
i. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos compreende a terceirização de frota por meio da locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas. O modelo de negócios da Companhia está baseado em contratos de locação de longo prazo customizados, com ou sem serviços de manutenção, assegurando a disponibilidade da frota locada para seus clientes. A Companhia atua em diversos setores da economia, principalmente agronegócio, energia, logística e alimentos, com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados.

Em dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$1.787 milhões de receita futura contratada (*backlog*), decorrente de 331 contratos de longo prazo existentes com seus clientes, frente a R\$1.430 milhão (*backlog*) em dezembro de 2017, representando um aumento relativo de 25%, os quais estão distribuídos em diversos setores da economia. Em 31 de dezembro de 2018, a receita contratada de locação da Companhia possuía baixa concentração por cliente, conforme indicado abaixo:

Concentração de contratos

(% da receita contratada)



ii. Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos

O segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos compreende a comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, novos e seminovos, bem como peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura. A Companhia atua com uma rede de concessionárias da marca VW/MAN, para caminhões e ônibus, e da marca Valtra para máquinas agrícolas.

As lojas da Companhia vendem caminhões novos e seminovos, além de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção. A Companhia possui 40 lojas, sendo 11 lojas próprias de seminovos e 29 concessionárias com abrangência em todo território nacional. As lojas da Companhia, sob a marca Valtra, vendem máquinas agrícolas. A Companhia acredita ser a terceira maior rede de concessionárias de máquinas agrícolas Valtra do país, em termos de número de lojas. Adicionalmente, a Companhia comercializa caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos seminovos, com o melhor preço do mercado e alto padrão de qualidade.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A receita proveniente dos diferentes segmentos operacionais da Companhia encontra-se evidenciada na tabela abaixo:

Receita por segmento								
	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	624.020	63,5%	444.525	65,9%	417.913	66,4%	40,4%	6,4%
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	391.327	39,8%	231.211	34,3%	211.067	33,6%	69,3%	9,5%
Eliminações	(32.057)	-3,3%	(980)	-0,1%	-	0,0%	3171,1%	-
Receita Líquida	983.290	100,0%	674.756	100,0%	628.980	100,0%	45,7%	7,3%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

31 de dezembro de 2018				
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Combinado Carve-out
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	14.274	219.439	-	233.713
31 de dezembro de 2017				
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Combinado Carve-out
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	(2.902)	183.852		180.950

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

31 de dezembro de 2016				
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Combinado Carve-out
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	(15.294)	171.330		156.036

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de Produção

Locação de Veículos Pesados

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos está estruturado de forma a permitir o controle da Companhia durante todo o ciclo do negócio, sendo segmentado nas seguintes fases:



1) *Prospecção de clientes:* a Companhia conta com uma equipe comercial treinada para mapear oportunidades de negócio em todos os segmentos da economia, de forma a identificar potenciais novos clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Em dezembro de 2018, 47% da receita da Companhia contratada estava vinculada ao setor do agronegócio, 26% ao setor de energia, 8% ao setor de transporte, 5% ao setor alimentício e o restante, 14%, a outros setores. Ou seja, nossa carteira de clientes é pulverizada, sem dependência, e com um enorme, ainda não explorado, mercado a ser conquistado. A prospecção de clientes engloba tanto os clientes que já possuem frota locada, quanto clientes com frota própria. Além do serviço de locação, a Companhia oferece o serviço de manutenção (preventiva e corretiva) dos caminhões locados e garante a disponibilidade da frota aos clientes que contratam o serviço de manutenção. Isso apresenta um grande diferencial na proposta de valor oferecida ao cliente dado que ele não possui tal expertise. E, para tanto, a Companhia aproveita da experiência adquirida com o Grupo JSL, seu acionista controlador, que, nos mais de 60 anos de história no setor de logística no Brasil, estabeleceu fortes relacionamentos que garantem melhores termos junto aos fornecedores, tanto em relação ao preço quanto à agilidade de serviço. Como resultado disso, nossos cinco principais clientes são todos "investment grade" em escala nacional.

2) *Assinatura do contrato de locação:* A partir do contato inicial, a equipe comercial da Companhia encaminha os dados do potencial cliente para a área de crédito, a qual elabora uma análise da situação econômica financeira do mesmo para a aprovação de seu crédito. Além disso, a equipe de engenharia de projeto desenvolve um estudo detalhado que considera as necessidades de cada cliente. Por fim, uma proposta comercial é elaborada e, após aprovada internamente, é apresentada ao cliente. A Companhia utiliza uma minuta padrão de contrato para a formalização dos serviços, principalmente no

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

que se refere às cláusulas de reajustes de preços conforme os índices inflacionários e de previsão de multa de 50% do valor remanescente do contrato no caso de rescisão pelo cliente. Geralmente, os contratos da Companhia preveem pagamento mensal e possuem prazo médio de 5 anos. Em dezembro de 2018, a Companhia contava com um total de 331 contratos firmados com os seus clientes.

3) *Caminhões, máquinas e equipamentos são encomendados às montadoras:* A Companhia adquire os caminhões, máquinas e equipamentos somente após a assinatura dos contratos de locação, de forma a mitigar o risco na relação investimento/retorno. A Companhia possui um time especializado na aquisição de tais ativos que atua com todos os principais fornecedores do mercado, conforme gráficos abaixo, e com os quais possui relacionamento há mais de 30 anos, possuindo participação representativa nas vendas de cada um deles. Por isso, a Companhia acredita ter acesso a condições diferenciadas na negociação com esses fornecedores tanto em termos de preço, bem como prazo de entrega. Em 31 de dezembro de 2018, a frota de ativos pesados da Companhia era composta por 10.862 ativos, conforme indicado abaixo:



Fonte: Fenabreve (caminhões), Anfavea (máquinas e equipamentos)

Composição da Frota (#)	2016	2017	2018
Caminhões e outros ⁽¹⁾	5.623	6.970	8.755
Máquinas e equipamentos agrícolas	881	2.147	2.107
Total	6.504	9.117	10.862
(1) Inclui cavalo/carreta/ônibus/utilitários			

Fonte: Companhia

4) *Caminhões, máquinas e equipamentos são entregues ao cliente:* Além do longo relacionamento que a Companhia tem com as principais montadoras, a sinergia com o Grupo JSL, (o maior comprador de caminhões no Brasil), traz agilidade e flexibilidade na compra desses ativos. Isto permite à Companhia reduzir sensivelmente o prazo de entrega e sua exposição ao risco de fornecimento em períodos de alta demanda. No caso dos contratos com clientes que também contratam o serviço de manutenção dos veículos, a Companhia desenvolve um plano que contempla: o tipo de ativo, a intensidade no uso do ativo, a localização geográfica prevista no contrato, entre outros. Assim, a Companhia opta entre o modelo que oferece o suporte de oficinas locais próximas às operações de seus clientes e/ou por manter um centro de manutenção próprio localizado no cliente.

5) *Veículos retornam para a Vamos e são disponibilizados à venda:* Ao final dos contratos de locação, ou mediante renovação, efetuamos a venda dos caminhões, máquinas e equipamentos. Para tal, a Companhia conta com 40 lojas, sendo 11 lojas próprias de seminovos e 29 concessionárias (15 concessionárias Valtra, de máquinas agrícola e 14 concessionárias Volkswagen/MAN, de caminhões e

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

ônibus). Essa revenda é a última etapa ciclo do negócio, sendo fundamental para garantir o retorno financeiro esperado pela Companhia nesse segmento. Para garantir a qualidade do ativo na revenda, a Companhia realiza uma vistoria nos ativos que retornam de clientes e, em especial para os contratos sem a contratação do serviço de manutenção corretiva e preventiva. Para isso, a Companhia exige através de cláusulas contratuais que os ativos estejam em boas condições ao retornarem à Companhia no final do contrato. A Companhia vende 100% de sua frota em sua rede de lojas, espalhadas por 10 estados brasileiros, que impulsionam o giro de seus ativos. Além disso, a Companhia conta com a sinergia com o Grupo JSL para identificar contatos dos potenciais compradores dos seus ativos seminovos.

Concessionárias de Veículos e Lojas de Seminovos

O segmento de concessionárias e lojas de seminovos consolida os 40 pontos de vendas, sendo 11 lojas próprias de seminovos e 29 concessionárias. Dentre as 29 concessionárias, a Companhia possui 15 lojas concessionárias da marca Valtra, de máquinas agrícolas, e 14 lojas da marca Volkswagen/MAN, de caminhões e ônibus. A Companhia acredita ter atualmente uma das maiores redes de concessionárias de caminhões e ônibus Volkswagen/MAN do país, em termos de quantidade de pontos de venda, de acordo com dados públicos disponibilizados pela montadora. A Volkswagen/MAN, do Grupo MAN, é uma das maiores montadoras de veículos pesados da América do Sul, com capacidade de produção de 80 mil veículos por ano a partir de sua fábrica em Resende (RJ). Segundo dados da ANFAVEA, em 2018, a Volkswagen/MAN registrou o licenciamento de 20.242 caminhões.

Adicionalmente, a Companhia acredita ser a terceira maior rede de concessionárias de máquinas agrícolas Valtra do país. A Valtra, empresa do grupo AGCO, é hoje uma das maiores fabricantes e também exportadoras de máquinas agrícolas do Brasil, com uma de suas duas plantas de produção localizada em Mogi das Cruzes (SP), e uma rede de distribuição de aproximadamente 150 pontos de venda.

As concessionárias vendem caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos, além de peças e acessórios. Desempenham, portanto, um papel fundamental para o negócio de locação da Companhia, com a venda do veículo no mercado secundário ao término do contrato. Além disso, elas são fundamentais no fortalecimento do relacionamento da Companhia com as montadoras.

(b) Características do processo de distribuição

Locação de Veículos Pesados

A Companhia possui um time comercial alocado por diversas regiões do Brasil com o objetivo de prospectar clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos em todo o território nacional. As 11 lojas próprias da Companhia, destinadas à venda de veículos seminovos que retornam no final e renovação dos contratos de locação, estão distribuídas conforme abaixo. Considerando as maiores empresas de locação de caminhões e/ou máquinas e equipamentos do Brasil, a Companhia acredita ser a única empresa que possui uma rede de lojas de seminovos com alcance aos principais mercados nacionais, posicionada de forma estratégica e complementar ao seu negócio de locação.

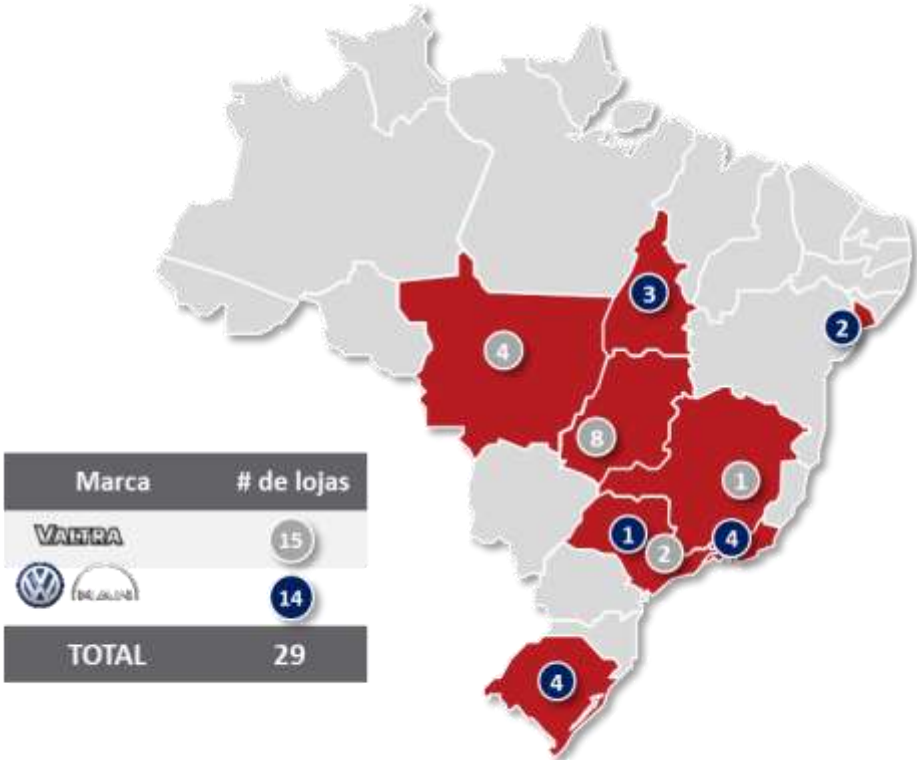
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Companhia

Concessionárias de Veículos

As 29 lojas de caminhões e equipamentos agrícolas estão presentes em 10 estados brasileiros. As 14 concessionárias Volkswagen/MAN, focadas na venda de caminhões e ônibus, estão distribuídas entre os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e Sergipe. Já as 15 concessionárias da Valtra, focadas na venda de equipamentos agrícolas, estão distribuídas entre os estados Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.



Fonte: Companhia

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

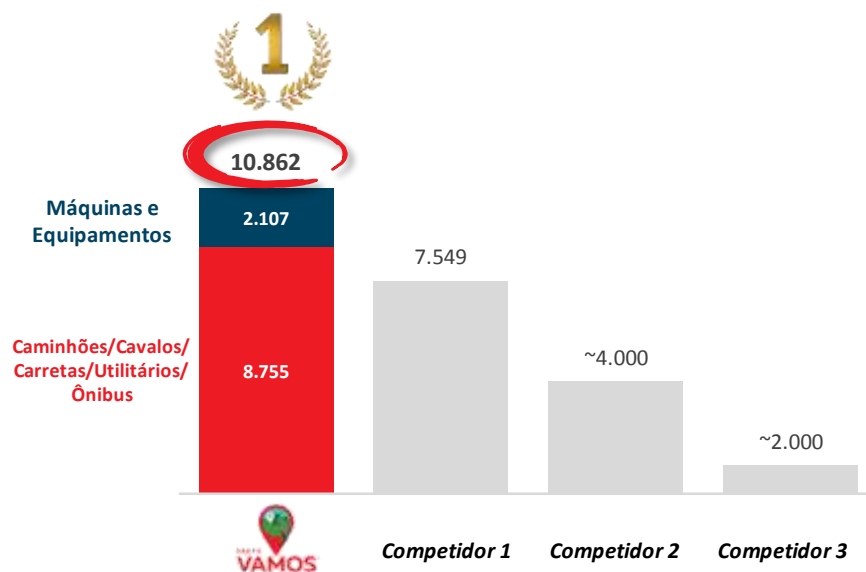
Locação de Veículos Pesados

O Brasil é dependente do transporte de cargas de caminhões, já que representa mais da metade de tudo que circula no país, especialmente todos os itens indispensáveis para o consumidor, como alimentos e combustível. O sistema ferroviário não é desenvolvido o suficiente para atingir todos as regiões do Brasil e não supre a demanda pelo transporte via rodovias. De acordo com os dados públicos do Relatório Anual da Fenabrave (Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores), em 2018, a frota total brasileira de caminhões e ônibus era composta por 3,9 milhões de caminhões e ônibus, sendo 3,2 milhões de caminhões e 0,6 milhão de ônibus. A idade média dos caminhões era de 18,9 anos em 2017. A elevada idade média, comparada a idade média dos veículos pesados em países desenvolvidos, como França, Holanda, Alemanha e Áustria com média de 8,0 anos, sinaliza a necessidade de renovação da frota brasileira no curto prazo. Esse fato é positivo para o mercado de locação uma vez que as empresas deverão optar entre renovar sua frota via aquisição de caminhões/equipamentos novos ou alugá-la em uma conjuntura econômica brasileira pouco favorável ao investimento, principalmente em se tratando de ativos *non-core* para a empresa.

O mercado nacional de locação de caminhões, máquinas e equipamentos pesados encontra-se em um estágio incipiente. Somos uma das maiores empresas nesse mercado e, junto com os três principais players, representamos menos de 0,6% da frota total em circulação do Brasil e, portanto, enxergamos um grande potencial de crescimento nesse mercado.

Segundo a ABLA (Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis), em 2017 existia aproximadamente 13,2 mil caminhões vinculados ao setor privado alugados no país, representando uma penetração de 0,8% em relação aos aproximadamente 1,6 milhão de veículos vinculados a empresas.

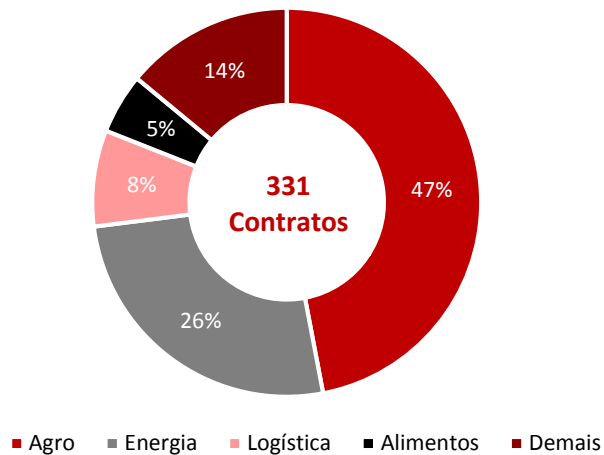
Nesse mercado extremamente fragmentado, dos quais apenas 0,6% da frota de caminhões do Brasil pertencem aos quatro maiores players de mercado, somos a maior empresa em número de ativos com significativa vantagem em relação aos competidores:



Fonte: Companhia e relatórios públicos das empresas

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia atua ainda em diversos setores da economia com uma carteira de contratos bem diversificada (em % da receita contratada):

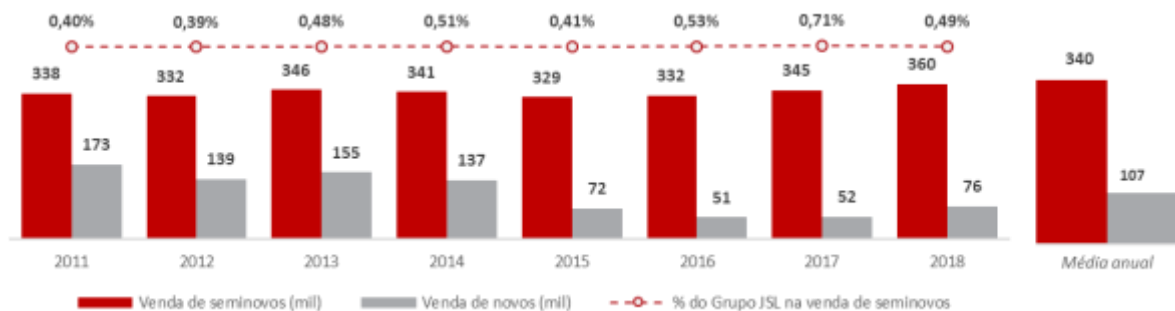


Fonte: Companhia

Concessionárias de Veículos

De acordo com dados da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores), a venda média anual de caminhões novos nos últimos 8 anos foi de 107 mil caminhões. A venda média de caminhões seminovos, por outro lado, apresenta maior resiliência e representa mais de 3 vezes o volume da venda de novos, com uma média anual de 340 mil caminhões nos últimos 8 anos. A Companhia representa, em 2018, apenas 0,5% das vendas totais de seminovos no país, o que demonstra a alta capacidade de absorção da sua frota no mercado secundário, que ainda é impulsionada pela rede de lojas próprias, atualmente com 11 unidades, distribuídas nacionalmente.

VENDA MÉDIA ANUAL DE CAMINHÕES



Fonte: Fenabrave

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

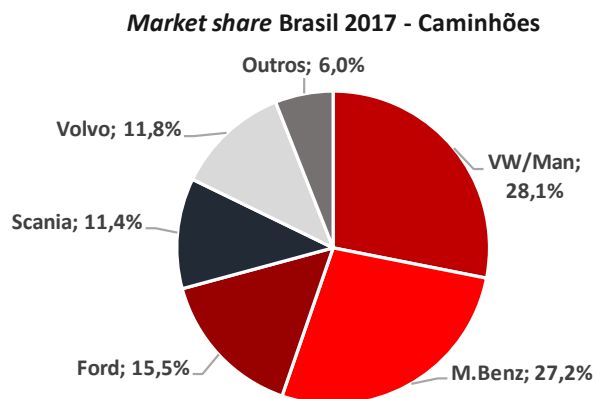
Condições de competição nos mercados

Locação de veículos pesados

O mercado brasileiro de locação de caminhões, máquinas e equipamentos encontra-se em um estágio embrionário, com poucas empresas participantes e uma baixa penetração no mercado de veículos pesados, o que gera espaço de crescimento para todos os competidores. Além disso, há diferenças significativas entre as atuais empresas do mercado no que se refere ao tipo de ativo oferecido, nível/qualidade de serviço oferecido, marca dos ativos oferecidos, entre outros. As principais empresas de locação de veículos pesados em 2018, além da Vamos, são: a Ouro Verde, Rodobens e a LM.

Concessionárias de Veículos

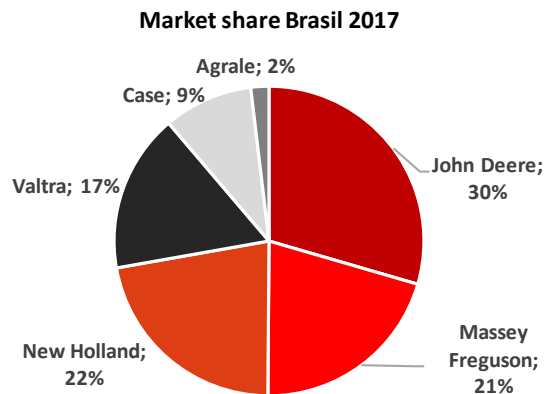
O mercado de caminhões e ônibus está entre os mais competitivos no cenário mundial, com *players* globais com alta capacidade comercial. A marca Volkswagen/MAN é a líder do mercado nacional de caminhões, com um total de 28% de *market share* em 2017, conforme gráfico abaixo. Nós nos destacamos por termos a maior rede de concessionárias da marca Volkswagen/MAN no Brasil, atuando em 5 estados, sendo 14 unidades com estrutura focada no atendimento de vendas e pós-vendas.



Fonte: Fenabrave

Já o mercado de máquinas agrícolas no Brasil ainda está em expansão. A marca Valtra foi a primeira fábrica de tratores a se instalar na América do Sul em 1960. A marca possui uma linha completa de tratores, colheitadeiras, pulverizadores e plantadeiras; com atuação concentrada nos mercados sucoalcooleiro, grãos, cafeicultura e citricultura. Em 2017, a Valtra registrou um *market share* de 17,0% no segmento de equipamentos agrícolas, que é um segmento fragmentado entre os principais *players*: John Deere, Massey Ferguson, New Holland e Case. As 15 concessionárias da Companhia da marca Valtra representaram, em 2018, 12% do total das vendas de tratores da marca na região em que atua (Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Anfavea

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

Não é prática no mercado em que a Companhia atua a concessão de benefícios fiscais e subsídios, de modo que não usufrui de nenhum benefício fiscal.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Nos contratos de locação da Companhia em que ela oferece o serviço de manutenção da frota, preventiva e corretiva, utilizamos insumos adicionais, tais como, peças de reposição, lubrificantes, pneus, entre outros. Embora esses insumos não costumem apresentar variações bruscas em seus preços, a Companhia procura mitigar o risco relativo à volatilidade dos preços dos seus insumos por meio da inclusão de cláusulas de reajuste anual, com base na inflação do período, nos contratos celebrados com seus clientes.

Dependência de tecnologia

O modelo de negócios da Companhia não é dependente de tecnologia.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Os segmentos de atuação da Companhia não apresentam sazonalidade significativa.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia possui uma base pulverizada de fornecedores não havendo concentração em um único fornecedor. Além de ser reflexo da diversificação geográfica, é parte da estratégia da Companhia possuir uma base diversificada de fornecedores.

Os fornecedores principais da Companhia são os fabricantes de caminhões, máquinas e equipamentos, tais como a Volkswagen/Man, Mercedes, Scania, John Deere, Valtra, entre outros, das quais são adquiridos os ativos para a prestação do serviço de locação aos clientes da Companhia. Cada compra é negociada individualmente, e fatores como preço, condições de pagamento, características do ativo e perfil do caminhão ou máquina no momento da venda são considerados, além do significativo volume de compra, que favorecem a negociação com as montadoras. Os fornecedores da Companhia estão sujeitos à legislação aplicável, bem como à fiscalização de órgãos reguladores.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores e volatilidade em seus preços

A Companhia não depende de forma relevante de nenhum de seus fornecedores para a realização de suas atividades, uma vez que possui uma base pulverizada, mas entende que está relativamente suscetível a variações significativas nos preços, assim como todo o mercado. A quantidade relevante de ativos adquiridos pela Companhia comparada com a capacidade instalada de seus fornecedores, mitiga essa possível suscetibilidade a volatilidade dos preços dos veículos.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**(a) Montante total de receitas provenientes do cliente**

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga ("RNTR-C")

A regulamentação infralegal referente ao RNTR-C está contida na Resolução da ANTT nº 4.799 de 27 de julho de 2015, que pormenoriza os procedimentos e a documentação correlata necessária para a obtenção do RTNR-C, bem como prevê as penalidades aplicáveis ao transportador em relação ao RNTR-C. As multas atualmente previstas possuem valores baixos – até R\$10.500,00 – podendo a ANTT, contudo, aumentar o valor das referidas multas por meio de nova Resolução. A aplicação das penalidades estabelecidas nesta Resolução não exclui outras previstas no Código de Trânsito Brasileiro, nem exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

A Companhia está devidamente registrada no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) na categoria de Empresa de Transporte de Cargas ("ETC"). Este certificado tem prazo previsto de 5 anos, de forma que seu vencimento se dará em 04 de agosto de 2021. Similarmente, a empresa Borgato Máquinas S.A. está devidamente registrada no RNTR-C na categoria de ETC, sendo este certificado válido até 02 de fevereiro de 2021.

A Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas – ETC é a pessoa jurídica constituída que tenha no transporte de cargas a sua atividade principal, de acordo com definição da Lei Federal nº 11.442 de 5 de janeiro de 2007 ("Lei nº 11.442/2007"). A Lei nº 11.442/2007 categoriza o transportador de cargas conforme a sua natureza jurídica, diferenciando a figura da ETC da categoria do Transportador Autônomo de Cargas ("TAC"), que é a pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas sua atividade profissional. A ETC deve ter sede no Brasil, comprovar ser proprietária ou arrendatária de pelo menos um veículo automotor de carga registrado no País, indicar um responsável técnico, o qual deverá possuir ao menos três anos de atividade ou ter sido aprovado em curso específico, e demonstrar capacidade financeira para o exercício da atividade e idoneidade de seus sócios e de seu responsável técnico (art. 2º, §2º).

Polícia Rodoviária Federal

Com suas atribuições definidas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 ("Lei nº 9.503/1997") e no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, conforme a previsão constitucional que lhe incumbe zelar pela segurança pública, a Polícia Rodoviária Federal exerce a função ostensiva e repressiva com o objetivo de assegurar o cumprimento da legislação de trânsito (e demais normas pertinentes) no que é concernente ao trânsito nas rodovias federais. A aplicação de multas por infrações no trânsito e o poder de autoridade de polícia de trânsito estão entre as principais atribuições da Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

Os artigos 162 e seguintes da Lei nº 9.503/1997 preveem uma série de condutas sujeitas a imposição de penalidades e medidas administrativas, sendo enquadradas como infrações de trânsito quaisquer inobservâncias desta Lei, da legislação complementar ou das resoluções do CONTRAN.

Lei Ferrari

A distribuição de veículos no Brasil é regulamentada pela Lei n. 6.729/79 ("Lei Ferrari"), que prevê os campos de atuação, direitos e obrigações da montadora/concedente e concessionária, assim como os requisitos mínimos do contrato de concessão.

Constitui objeto de concessão **(i)** a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelo produtor; **(ii)** a prestação de assistência técnica a esses produtos, inclusive quanto ao seu atendimento ou revisão; e **(iii)** o uso gratuito de marca da montadora/concedente, como identificação.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Lei Ferrari prevê que o contrato de concessão deve obedecer à forma escrita padronizada para cada marca e especificar produtos, área demarcada, bem como as condições relativas a requisitos financeiros, organização administrativa e contábil, capacidade técnica, instalações, equipamentos e mão-de-obra especializada da Concessionária. O prazo de vigência do contrato de concessão deve ser por prazo indeterminado, sendo permitido ajustá-lo inicialmente pelo prazo de 5 anos (artigos 20 e 21 da Lei Ferrari).

Por ser contratação específica, o contrato de concessão deve obrigatoriamente prever **(i)** delimitação da área geográfica para comercialização de veículos de uma marca específica por cada concessionária; **(ii)** que, além da venda de veículos novos, também cabe à concessionária a prestação de serviços de assistência técnica, garantia, revisão e venda de peças de reposição; **(iii)** o uso gratuito de marca da montadora/concedente pela concessionária, como identificação; **(iv)** a fidelidade e exclusividade recíprocas concernentes aos produtos e à marca; **(v)** quota anual de veículos e peças que deverão ser revendidos pela concessionária; e **(vi)** a liberdade para fixação de preço pela concessionária para a revenda de bens e serviços ao mercado, competindo à montadora/concedente apenas sugerir o mesmo preço para toda a rede, em tratamento isonômico (artigos 3º, 5º, 7º e 13 da Lei Ferrari).

A Lei Ferrari exige que determinados assuntos sejam previstos por meio de convenção parcial de marca a ser celebrada com as categorias econômicas de produtores e distribuidores de veículos automotores.

A concessionária tem como obrigação legal o resguardo da integridade da marca e dos interesses coletivos da montadora/concedente e da rede de distribuição, atendo-se ao cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, sendo vedado que a montadora/concedente vincule a concessionária a condições de subordinação econômica, jurídica ou administrativa e interfira na gestão de seus negócios (artigo 16 da Lei Ferrari).

Por fim, caso o contrato de concessão não seja renovado e/ou se a montadora der causa à sua rescisão, a Lei Ferrari estipula a indenização mínima a ser paga à concessionária, nos termos dos artigos 23 e 24.

No caso de o concessionário descumprir, no curso do negócio, o contrato de concessão, a rescisão do contato não pode ocorrer de forma abrupta, devendo ser precedida de aplicação de penalidades gradativas e tentativas de saneamento. A Lei Ferrari não prevê quais seriam as penalidades gradativas, mas a convenção das categorias econômicas prevê a possibilidade de aplicação de advertências e multas nessa hipótese.

A prova de justo motivo na rescisão do contrato de concessão é essencial para afastar alegações de abusividade da montadora e evitar pleitos indenizatórios milionários, haja vista que esse tipo de negócio costuma envolver grandes investimentos.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

As operações da Companhia estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, as quais incluem, entre outros aspectos, normas relacionadas ao licenciamento ambiental para transporte de produtos perigosos, às emissões atmosféricas provenientes dos veículos e demais equipamentos, à captação de recursos hídricos, ao lançamento de efluentes, ao gerenciamento de resíduos sólidos, entre outras.

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância das regras nela estabelecidas. Tais sanções podem incluir, entre outras, o pagamento de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Além disso, a legislação ambiental também contempla a imposição de sanções penais contra pessoas físicas e jurídicas que incorrerem na prática de crimes contra o meio ambiente, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público.

Na esfera civil, a legislação ambiental adota o regime da responsabilidade objetiva, ou seja, o poluidor será responsável pela reparação ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente da existência de culpa. Além disso, a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente poderá alcançar tanto o poluidor direto como o poluidor indireto, de modo que os danos ambientais causados por terceiros que a Companhia venha a contratar poderão dar ensejo à sua obrigação de repará-los. Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente ao controlador, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais.

No entanto, a fim de identificar os principais impactos diretos e indiretos, as iniciativas da Companhia englobam o controle do uso de materiais, como água, energia, e quilometragem rodada, e o envolvimento dos colaboradores nas ações de conscientização sobre o uso eficiente dos materiais. Em 31 de dezembro de 2018, os custos incorridos pela Companhia para o cumprimento das práticas ambientais foram de R\$ 124.523,67.

(i) Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) civil; (ii) administrativa; e, (iii) criminal. São esferas de responsabilidade diversas e independentes porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, bem como a obrigação de reparar o dano causado. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de uma companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

O poluidor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço nas unidades da Companhia, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos, não isentam a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções a serem impostas contra eventual infração administrativa podem incluir advertência, multas de até R\$ 50,0 milhões que podem ser duplicadas ou triplicadas em caso de reincidência, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

(ii) Licenciamento Ambiental

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. Se a renovação for requerida até 120 dias antes do vencimento da licença, considera-se prorrogada a sua validade até a manifestação do órgão ambiental sobre o requerimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças: licença prévia (LP), licença de instalação (LI) e licença de operação (LO).

Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental competente. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$ 10,0 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos.

Para os empreendimentos de impacto ambiental regional e/ou enquadrados nos termos da Lei Complementar 140/2011, a competência para licenciar é atribuída ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Com exceção dos casos em que o licenciamento ambiental está sujeito à competência federal, o órgão estadual é, geralmente, o responsável pelas análises das atividades e emissão de licenças ambientais, bem como pela imposição de condições, restrições e medidas de controle pertinentes. Quando o impacto da atividade for local, ou quando houver delegação expressa do órgão ambiental estadual nesse sentido, a competência para o licenciamento ambiental será do Município.

O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. É importante, ainda, ressaltar a necessidade de pagamento de compensação ambiental. O montante de recursos a ser destinado para essa finalidade é fixado pelo órgão ambiental competente para licenciar, conforme o grau de impacto ambiental identificado no EIA/RIMA, sendo, na maioria dos casos, aplicado no proporcional de 0,5% (meio por cento) do custo total de implantação do empreendimento.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(iii) Outras Autorizações Ambientais

Além do licenciamento ambiental, a legislação brasileira exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) autorização para uso de produtos perigosos; e (iii) estudo de impacto de vizinhança para avaliar o uso da área, qualidade do ar e outros aspectos. A não obtenção de tais autorizações e ausência de elaboração de tais estudos podem sujeitar a Companhia às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

(iv) Transporte de Produtos Florestais

A legislação vigente exige para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, como, por exemplo, madeira em toras ou carvão vegetal nativo, o Documento de Origem Florestal (DOF), o qual contém informações sobre a procedência e regularidade do material transportado.

Em regra, o DOF possui um prazo de validade de cinco dias, podendo ser emitido com prazo de dez dias para o transporte interestadual. O DOF somente é emitido após o devido preenchimento de informações junto ao website do IBAMA. O transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa sem a observância das normas ambientais aplicáveis caracterizam a prática de crime ambiental e infração administrativa.

(v) Resíduos Sólidos

Outro controle importante é o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados pela Companhia. O responsável pela geração de resíduos sólidos é também responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar os danos ambientais decorrentes da má gestão dos resíduos.

Portanto, a disposição inadequada de resíduos pode causar danos ao meio ambiente, à vida e saúde da população e consequentemente, ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa (advertência, multa e embargo, por exemplo) e penal, além da responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível.

Nesse sentido, a contratação de terceiros para consecução de qualquer das fases do gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo da destinação final ambientalmente adequada, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

(vi) Recursos Hídricos

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/97), a outorga para o uso de recursos hídricos é obrigatória para todas as atividades que utilizam corpos d'água, seja para captação de água, seja para lançamento de efluentes. A outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá ser emitida pelo órgão ambiental competente. No Estado de São Paulo, por exemplo, o órgão competente é o Departamento de Águas e Energia Elétrica ("DAEE"), vinculado à Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Saneamento.

Exceto por derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, ou pelo uso para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural, todo uso relevante da água que não envolva utilização de rede pública, incluindo derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final e extração de água de aquífero subterrâneo, está sujeito à outorga do direito de uso de recursos hídricos. A falta da outorga caracteriza infração administrativa e pode acarretar a aplicação de multa, no valor de até R\$10.000,00, embargo da atividade, dentre outras.

(vii) Áreas Contaminadas

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação *propter rem* (ônus que acompanha o imóvel).

Ainda, cabe destacar que a Controladora da Companhia declarou apoio ao PACTO Global relacionados a Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção – em todas as suas formas.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente, a Companhia não é titular de nenhuma marca ou patente perante o INPI. No entanto, a Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. e a Borgato Máquinas S.A., subsidiárias da Companhia, são titulares de diversas de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio ou de suas subsidiárias e filiais, tais como "VAMOS LOCAÇÃO", "VAMOSSEMINOVOS", "VAMOSCONFIA", "CARTÃO AMIGO CAMINHONEIRO" e "GRUPO VAMOS", bastante relevantes para as atividades da Companhia e das quais a Companhia depende. Além disso, a Companhia, a Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. e a Borgato Máquinas S.A. também são titulares de nomes de domínio relevantes, associados a tais marcas.

Para mais informações sobre os direitos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, registrados ou licenciados em nome da Companhia, de suas subsidiárias ou filiais, vide item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia não possui um Relatório Anual de Sustentabilidade ou documento similar para divulgação de suas políticas e práticas socioambientais. Entretanto, a JSL S.A., a controladora da Companhia ("Controladora"), apresenta em seu Relatório Anual as informações consolidadas de todas as empresas do grupo. Tal documento apresenta o modelo de negócio, as políticas e estratégias do grupo econômico, assim como o desempenho social e ambiental, e as práticas de gestão, destacando a influência de cada um dos negócios cobertos no desempenho da Controladora.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Na elaboração de seu relatório anual, a Controladora segue as premissas da versão mais atual (G4) de diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) na opção essencial.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

O relatório anual da Controladora é desenvolvido com o apoio de uma consultoria externa e em linha com os protocolos da GRI, sem, no entanto, ser submetido à avaliação externa.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

O relatório anual da Controladora pode ser acessado em: http://ri.jsl.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=57729.

7.9 - Outras informações relevantes

I. Políticas Anticorrupção

A JSL S.A., a controladora da Companhia ("Controladora"), possui uma Política Anticorrupção, a qual abrange um conjunto de Políticas entendidas como essenciais para o efetivo combate à corrupção. Tais políticas, conforme descritas abaixo, são aplicáveis às controladas, coligadas e consorciadas da Controladora, sendo, portanto, aplicáveis à Companhia. São elas:

- Políticas de Interação com o Poder Público;
- Política de Participação em Licitação Pública;
- Política de Doações e Patrocínios; e
- Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade.

Política de Interação com o Poder Público

O objetivo da Política de Interação com o Poder Público, criada pela Controladora em 02 de setembro de 2016, é definir diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados nos exercícios das atividades e sempre que haja interação com membros da Administração Pública em todas as suas esferas (legislativo, judiciário e executivo), a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos.

Ainda, a política visa disseminar a obrigação de observância das diretrizes, proibições e regramentos na atividade dos terceiros, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros e consultores de negócios contratados pela Companhia.

A Política de Interação com o Poder Público pauta-se por:

- Ética corporativa e profissional;
- Comprometimento com as diretrizes dispostas no Código de Conduta da Controladora;
- Conhecimento e irrestrito cumprimento das políticas e normas internas;
- Conhecimento e irrestrito cumprimento da legislação nacional e estrangeira aplicável aos negócios;
- Questionar a área aplicável no caso de qualquer dúvida sobre a interação com a administração pública e o agente público; e
- Denunciar qualquer ação contrária à Política e à legislação vigente que envolva colaboradores, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios, da qual tenha tido conhecimento, ainda que se trate de mero indício.

Política de Participação em Licitação Pública

O objetivo da Política de Participação em Licitação Pública, criada pela Controladora em 02 de setembro de 2016, é definir diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando houver atuação em processos de licitação pública, desde a busca por editais até a última etapa de participação da empresa.

A Política de Participação em Licitação Pública apresenta diretrizes relacionadas à (i) forma de obtenção dos editais; (ii) contrato com o pregoeiro e/ou agentes públicos; (iii) contrato com os concorrentes no processo de licitação; (iv) ofícios, intimações e notificações; (v) impugnações e pedidos de esclarecimentos ao edital; (vi) documentos de habilitação; (vii) arquivamento de documentos; (viii) aprovações durante o processo de licitação; (ix) apresentação de cotações de preços praticados e de portfólio de produtos comercializados; (x) procedimento de manifestação de interesse e apresentação de projetos; (xi) denúncias; e (xii) participação por meio de consórcio.

Política de Doações e Patrocínios

O objetivo da Política de Doações e Patrocínios, criada pela Controladora em 02 de setembro de 2016, é definir diretrizes que devem ser observadas pelos colaboradores e por qualquer interessado em

7.9 - Outras informações relevantes

receber doação ou patrocínio das empresas do grupo da Controladora, a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo e a observância da legislação vigente e das premissas estabelecidas pela Controladora.

A Política de Doações e Patrocínios apresenta diretrizes relacionadas à (i) solicitação de doação e patrocínio; (ii) documentos a serem apresentados; (iii) limites para doações e patrocínios; (iv) avaliação e aprovação da doação ou patrocínio; (v) proibições para realizar doações ou patrocínios; (vi) contratos de doação e patrocínio; e (vii) recursos financeiros para o pagamento e doações e patrocínios.

Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade

O objetivo da Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade, criada pela Controladora em 02 de setembro de 2016, é estabelecer diretrizes, orientar e auxiliar os colaboradores em relação ao oferecimento e recebimento de brinde, presente, hospitalidade e entretenimento.

A Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade estabelece que, além de sempre observar as regras determinadas pela Política, antes de oferecer ou aceitar qualquer brinde, refeição, entretenimento e/ou hospitalidade, o colaborador deve fazer a auto avaliação disposta na Política.

II. Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

O Grupo Vamos possui uma política de responsabilidade social formalizada, com o objetivo de estabelecer e manter relacionamentos atenciosos, sensíveis e efetivos com a sociedade, fazendo contribuições positivas para os objetivos locais de desenvolvimento sustentável.

Entre os principais projetos culturais, a Companhia destaca os que se enquadram no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) da Lei Rouanet, Lei nº 8.313/1991, de fomento à atividade audiovisual, da Lei nº 8.685/1993, de incentivo ao desporto, da Lei nº 11.438/2006, investido em prevenção e o combate ao câncer no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), da Lei nº 12.715/2012, e nos Fundos Nacional do Idoso e do Fundo para Infância e Adolescência (FIA), respectivamente das Leis nº 12.213/2010 e nº 8.069/1990, todos no âmbito federal.

No Estado do Rio de Janeiro, o Grupo Vamos se enquadra na lei municipal do Rio de Janeiro incentivo à cultura Lei nº 5.553/13 que garante o abatimento de 100% do valor incentivado, que é estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura até o limite de 20% do Imposto Sobre Serviços (ISS) pago mensalmente pela empresa.

III. Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

Posição de liderança no mercado de atuação

Somos líder no mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos¹, com uma frota de 10 ativos locados, sendo 8.755 caminhões e 2.107 máquinas e equipamentos em 31 de dezembro de 2018. Somos, em conjunto com a nossa controladora, o maior comprador e vendedor de caminhões no Brasil² e isso nos coloca em posição privilegiada para capturar o aumento da demanda por locação desses ativos, uma vez que a crescente idade média da frota no Brasil cria a necessidade por uma renovação, representando um alto potencial para terceirização das frotas pelas empresas. Nossa Companhia foi organizada a partir de uma reorganização de negócios da JSL S.A., nosso acionista

¹ "JSL compra Borgato e cria maior locadora de máquinas e caminhões do país" –

Fonte: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/jsl-compra-borgato-e-cria-maior-locadora-de-maquinas-e-caminhoes-do-pais.ghtml>

² "Deixa que eu monto, embalo, entrego..." Fonte: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT292902-16642,00.html>

7.9 - Outras informações relevantes

controlador, companhia líder no setor de logística de transportes no Brasil, operando há mais de 60 anos neste setor, com equipe diferenciada, *expertise* em gestão e manutenção de ativos, diversos canais de captação de clientes, o que nos colocou em posição privilegiada em termos de acesso a fornecedores, clientes e prestadores de serviço, bem como em termos de experiência e conhecimento dos mercados em que atuamos.

Escala de Negócios

Nossa grande recorrência de compras e a grande escala de nossas operações e do grupo do qual fazemos parte nos conferem forte poder de negociação e relacionamento estreito com nossos fornecedores. Por essas razões, somos, em conjunto com a nossa controladora, o maior comprador de caminhões de montadoras brasileiras, tendo adquirido 2.802 veículos em 2018, 1.729 em 2017 e 1.024 em 2016. A escala na aquisição de veículos é uma grande vantagem competitiva uma vez que nos confere melhores condições comerciais na negociação com essas montadoras, favorecendo nossas operações em razão (i) do menor investimento para expansão da frota; e (ii) do menor valor residual dos veículos locados. Nossas aquisições de caminhões representaram cerca de 2,8% das vendas em unidades de caminhões no Brasil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, considerando o total divulgado pela ANFAVEA, o que ilustra nossa relevância na negociação junto ao mercado para renovação de nossa frota operacional. Somos o maior comprador das três principais montadoras do Brasil.

Modelo de negócio com baixo risco de execução no segmento de locação

Nosso modelo de negócios é baseado em contratos de locação de longo prazo para caminhões, máquinas e equipamentos, em que os ativos são fundamentais para o negócio dos clientes. Esse modelo nos permite previsibilidade do fluxo de caixa e da geração de valor dos nossos investimentos. Nossos contratos são padronizados, com média de 5 anos de duração, com correção por índices de inflação anual (IGP-M ou IPCA) e cláusula de rescisão com multa de 50% do valor remanescente do contrato, protegendo a Companhia e assegurando o baixo risco de execução ao nosso modelo de negócios. A nossa ampla rede de lojas para venda dos ativos nos garante um modelo de negócio ainda de menor risco, pela alta capacidade de venda dos ativos ao final dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2018, devido a esse modelo, possuíamos R\$1,787 bilhão de receita futura contratada (*backlog*), representando um aumento de 25% frente a R\$1,430 bilhão em 31 de dezembro de 2017. Ainda em 31 de dezembro de 2018, possuíamos 83,3% da receita mensal de aluguel vinculada a contratos com duração de 5 anos ou mais.

Além disso, atuamos em diversos setores da economia e temos amplo portfólio de 132 clientes, distribuídos em setores de importância no país. Em 31 de dezembro de 2018, 47% da nossa receita contratada estava vinculada ao setor do agronegócio, 26% ao setor de energia, 8% ao setor de transporte, 5% ao setor alimentício e o restante 14% a outros setores.

Nossos ativos possuem uma vida útil maior que 5 anos, o que muitas vezes viabiliza negociar com os clientes a extensão dos contratos de locação por pelo menos mais 2 anos, com o mesmo ativo, reduzindo os custos do cliente e aumentando nossa rentabilidade.

Controle de todo o ciclo do negócio com apoio da nossa rede de lojas

Temos a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/MAN do Brasil³ e a concessionária de máquinas e equipamentos agrícolas, com a maior cobertura de território nacional. Além disso, contamos com uma rede de lojas próprias de seminovos. Nossas lojas nos permitem controlar todo o ciclo do negócio, com a venda dos ativos locados nas nossas concessionárias e lojas

³ Fonte: <https://www.acav.com.br/concessionarias/>

7.9 - Outras informações relevantes

de seminovos no término dos contratos de locação.

A nossa rede conta com 40 lojas, sendo 29 concessionárias (15 lojas da Valtra e 14 da VW/MAN) e 11 lojas da Vamos Seminovos, estrategicamente posicionadas, com capilaridade nacional.

O controle da venda dos ativos através da nossa rede de lojas, aliado à nossa experiência nesse mercado, nos permite aumentar a velocidade de vendas dos ativos com o melhor preço, contribuindo para a rentabilidade do nosso investimento. Mesmo com contratos de longo prazo, temos uma plataforma instalada para vender com tranquilidade nossos ativos.

Nossa rede de lojas e concessionárias também é um diferencial importante na prospecção de novos clientes, pois conseguimos oferecer uma solução completa para clientes que possuem frota própria, com a venda da frota do cliente através da nossa rede de lojas.

Excelência no atendimento e qualidade dos serviços

Somos reconhecidos pela excelência e qualidade de nossos serviços, conforme nossos segmentos de negócios, pois oferecemos um atendimento específico de qualidade, ágil e eficiente, customizado por cliente e por tipo de negócio.

Temos um importante *track record* na prestação de serviços em contratos de locação com manutenção e garantia de disponibilidade da frota, sendo este um diferencial reconhecido pelos clientes que contratam o aluguel de caminhões. Buscamos a excelência no atendimento, com profissionais preparados e capacitados para oferecer um atendimento de qualidade e soluções adequadas para nossos clientes. Contamos com uma rede de oficinas com capilaridade nacional e com uma cobertura de assistência 24 horas oferecida aos clientes de veículos locados, estando preparada para o nosso crescimento.

Valorizamos o trabalho de nossos profissionais e acreditamos na importância de investir em seu desenvolvimento e de estimular sua participação ativa na elaboração e apresentação de soluções diferenciadas, que contribuam para a dinâmica da prestação de serviço. Compartilhamos com nossa equipe a cultura de estar a serviço do cliente e sabemos que quanto mais capacitados nossos profissionais, melhor será o atendimento ao cliente. Assim, oferecemos treinamentos de formação específicos para a atividade desempenhada, tais como, atendimento ao cliente, técnicas de vendas e negociações, trabalho em equipe, liderança, motivacional, entre outros, além da integração institucional realizada com nossos colaboradores recém contratados.

Atualmente temos uma infraestrutura sólida, uma vez que contamos com uma rede de concessionárias, bases instaladas dentro de nossos próprios clientes, nossas próprias oficinas e além disso nossa rede credenciada. Nosso eventual acesso ao CAPEX será para auxílio na aquisição de novos ativos, uma vez que já nos consideramos prontos para crescer em escala em termos de infraestrutura.

Crescimento forte, consistente e sustentável, aliado a solidez financeira e rentabilidade

Desde a nossa constituição por nossa controladora, JSL S.A., em setembro de 2015, nossos negócios têm alcançado uma Taxa de Crescimento Anual (*CAGR*) de 25% na receita líquida e de 29% em nosso EBITDA. A receita líquida no exercício social encerrado em 2018 foi de R\$983,3 milhões, representando um crescimento de 46% em relação a 2017 (R\$674,8 milhões) e 56% em relação a 2016 (R\$629,0 milhões). O nosso lucro líquido do exercício totalizou R\$116,3 milhões, no exercício social de 2018, representando um crescimento de 26% em relação a 2017 (R\$92,6 milhões) e 49% em relação a 2016 (R\$77,9 milhões), gerando um retorno sobre o patrimônio líquido em 2018 de 17,2%, em 2017 de 17,9% e de 17,8% em 2016. O EBITDA de nossas atividades no exercício social de 2018 foi de R\$452,2 milhões, que representou um crescimento de 48% em 2017 (R\$305,1 milhões) e 66% em relação a 2016 (R\$272,5 milhões).

7.9 - Outras informações relevantes

Nossas atividades de locação permitem oportunidades de crescimento mesmo em momento de retração econômica, tendo em vista que a locação é uma alternativa atrativa aos elevados investimentos em frota própria. Acreditamos que nosso modelo de negócios privilegia um crescimento sólido de nossas receitas em razão de nosso pioneirismo em aproveitar oportunidades de mercado não atendidas, como por exemplo a oferta de locação com serviços de manutenção e garantia de disponibilidade da frota. Adotamos uma rígida disciplina financeira, mantendo o indicador de alavancagem através do índice de dívida líquida /EBITDA, o qual se manteve em média 2,0x ao longo dos últimos três anos, sendo 1,9x em 2018, 2,2x em 2017 e 2,0x em 2016.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 8.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Máquinas e Veículos	Brasil			Própria
ASR SE 95, Alameda 03, Ql. M, Lotes 01 e 02 A (Concessionária VW MAN)	Brasil	TO	Palmas	Própria
Terreno em loteamento	Brasil	TO	Araguaína	Própria
Concessionária Valtra	Brasil	GO	Rio Verde	Própria
Concessionária Valtra	Brasil	MT	Água Boa	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	www.grupovamos.com.br	Duração indeterminada	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio
Nome de domínio na internet	www.transrio.com.br	Duração Indeterminada	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio
Nome de domínio na internet	www.borgato.com.br	Duração indeterminada	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Grupo Vamos	10 anos, podendo ser renovado	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, por exemplo, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Ou, ainda, caso o registro tenha sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou ainda, por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. A possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bem como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Transrio	10 anos, podendo ser renovado	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, por exemplo, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Ou, ainda, caso o registro tenha sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou ainda, por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. A possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bem como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.
Marcas	Borgato	10 anos, podendo ser renovado	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, por exemplo, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Ou, ainda, caso o registro tenha sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou ainda, por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. A possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Em decorrência disto, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda nesse sentido, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bem como trará impactos negativos na imagem da Companhia. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Borgato Caminhões S.A.	18.163.414/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Comércio por atacado de caminhões novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; existem outras atividades.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	307,700000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	21.724.000,00		
31/12/2017	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Borgato Caminhões S.A. foi adquirida em Dez/17 para a concessão da concessionária DAF.								
Borgato Máquinas S.A.	57.213.191/0001-97	-	Controlada	Brasil	SP	Morro Agudo	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças; comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios PA.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	101,300000	0,000000	10.049,00	Valor contábil	31/12/2018	169.078.000,00		
31/12/2017	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Borgato Máquinas S.A. foi adquirida em Dez/17 para a concessão das concessionárias Valtra e Liebherr.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Borgato Serviços Agrícolas S.A.	13.280.519/0001-12	-	Controlada	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Comércio por atacado de caminhões novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	106,100000	0,000000	6.111,00	Valor contábil	31/12/2018	34.338.000,00		
31/12/2017	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Borgato Serviços Agrícolas S.A. foi adquirida para locação de máquinas e veículos pesados.								
Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda.	11.726.521/0001-47	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comércio por atacado de caminhões novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; locação de automóveis sem condutor; administração de consórcios para aquisição de bens e direitos; comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-13,700000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	131.910.000,00		
31/12/2017	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. foi adquirida em Mai/2017 para a concessão da concessionária de caminhões MAN.								

9.2 - Outras informações relevantes

Em complemento ao item "9.1.a – Ativos Imobilizados", cabe destacar que, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 3.113 máquinas e 7.749 veículos próprios.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos" ou "Companhia") junto com suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo") vendem e operam locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados e gestão de frota nos segmentos de comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, prestação de serviços de mecânica e funilaria, operações de arrendamento mercantil para aquisição de veículos e equipamentos. A Companhia é controlada pela JSL S.A., maior operador logístico do Brasil.

Abaixo são apresentadas as principais métricas financeira e de liquidez para avaliação do negócio da Companhia, as quais são revisadas regularmente pela administração:

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Patrimônio Líquido	581.483	694.165	172.610
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	938.946	413.739	207.508
Lucro Líquido do exercício proveniente de operações continuadas	105.892	79.624	42.738
EBITDA ajustado (i)	425.407	269.749	132.965
Margem EBITDA Ajustada (ii)	45,3%	65,2%	64,1%
Dívida bruta (iii)	931.385	815.347	564.729
Dívida líquida (iv)	859.853	589.842	515.471
Caixa e equivalente de caixa	58.605	117.048	18.059
Títulos e valores mobiliários	8.047	108.457	31.199
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	-	-
Alavancagem líquida (v)	1,99	2,18	3,88
Liquidez imediata (vi)	0,13	0,39	0,24
Liquidez corrente (vii)	0,86	1,04	0,48
Liquidez seca (viii)	0,42	0,76	0,43

(i) EBITDA Ajustado é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ajustado pelo Total do Imposto de Renda e contribuição social, Resultado Financeiro Líquido e Depreciação e Amortização (EBITDA), excluindo o Resultado das Operações Descontinuadas. Por meio da utilização do EBITDA Ajustado, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia, sem o efeito das operações que foram descontinuadas em 2018.

(ii) A "Margem EBITDA Ajustada" consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela "Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços" consolidada da Companhia.

(iii) "Dívida bruta" é igual ao total de empréstimos e financiamento, arrendamentos financeiros, risco sacado e instrumentos financeiros, que é a soma dos saldos de curto e longo prazos de empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado.

(iv) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o total de empréstimos e financiamento, arrendamentos financeiros, risco sacado e instrumentos financeiros, que é a soma dos saldos de curto

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e longo prazos de empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

- (v) A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do nosso endividamento, em determinado período, em relação ao nosso resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período. A "Liquidez imediata" é um indicador elaborada pela Companhia e definida como a soma do Caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários circulante, dividida pelo passivo circulante.
- (vi) A "Liquidez corrente" é um indicador elaborado pela Companhia e definida como a divisão do Ativo circulante pelo passivo circulante.
- (vii) A "Liquidez seca" é um indicador elaborado pela Companhia e definida como soma do Caixa e equivalente de caixa mais títulos e valores mobiliários circulante e mais contas a receber (circulante), dividida pelo passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2018, a Dívida Bruta da Companhia registrou R\$931.385 mil, comparado a R\$815.347 mil em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$116.038 mil na comparação anual. Esse aumento é principalmente explicado pelo aumento da linha de Empréstimos e financiamentos do não circulante, que aumentou R\$139.426 mil no período, totalizando R\$698.229 mil em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$558.803 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento está em linha com a estratégia de crescimento da Companhia, pois a Companhia utiliza-se de endividamento como uma fonte de financiamento na aquisição de seus caminhões, máquinas e equipamentos destinados ao seu segmento de locação. Vale ressaltar que, no mesmo período, a Receita Líquida do segmento de Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos apresentou aumento de 55,2%

Em 31 de dezembro de 2018, a Dívida Líquida da Companhia registrou R\$859.853 mil em comparação a R\$589.842 mil em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$270.011 mil na comparação anual. Esse aumento é decorrente do aumento da Dívida Bruta no período, conforme explicado anteriormente, e também devido à redução de R\$100.410 mil na linha de Títulos e Valores mobiliários do circulante e não circulante, totalizando R\$8.047 mil em 31 de dezembro de 2018 comparado a R\$108.457 mil em 31 de dezembro de 2017. Tal redução se deve ao fato de que no final de 2017 houve um aumento nessa linha para pagamento da aquisição das Sociedades Borgato, e tal desembolso ocorreu apenas no início de 2018.

A Alavancagem Líquida da Companhia registrou 1,99x em 31 de dezembro de 2018 comparado a 2,18x em 31 de dezembro de 2017. Tal redução deve-se ao aumento do EBITDA da Companhia, que apresentou aumento de 59,7% no mesmo período em linha com o crescimento da Companhia, e que mais do que superou o aumento da Dívida Líquida explicado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Dívida Bruta da Companhia registrou R\$815.347 mil, comparado a R\$564.729 mil em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$250.618 mil na comparação anual. Esse aumento é principalmente explicado pelo aumento da linha de Empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante, que juntas aumentaram R\$236.710 mil no período, totalizando R\$783.932 mil em 31 de dezembro de 2017 comparado a R\$547.222 mil em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento está em linha com a estratégia de crescimento da Companhia, pois a Companhia utiliza-se de endividamento como uma fonte de financiamento na aquisição de seus caminhões, máquinas e equipamentos destinados ao seu segmento de locação. Vale ressaltar que, no mesmo período, a Receita Líquida do segmento de Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos apresentou aumento de 80,8%

Em 31 de Dezembro de 2017, a Dívida Líquida da Companhia registrou R\$589.842 mil em comparação a R\$515.471 mil em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$74.371 mil na comparação anual. Esse aumento é decorrente do aumento da Dívida Bruta no período, conforme explicado anteriormente, mas que foi parcialmente compensado pelo aumento de R\$98.989 mil na linha de Caixa e Equivalentes de caixa e de R\$72.880 na linha Títulos e Valores Mobiliários do ativo circulante, linha que apresentou aumento para pagamento da aquisição das Sociedades Borgato, conforme mencionado anteriormente.

A Alavancagem Líquida da Companhia registrou 2,18x em 31 de dezembro de 2017 comparado a 3,88x em 31 de dezembro de 2016. Tal redução deve-se ao aumento do EBITDA da Companhia, que apresentou aumento de 103,7% no mesmo período em linha com a expansão da Companhia,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e que mais do que superou o aumento de 14,4% na Dívida Líquida para o mesmo período, conforme explicado anteriormente.

O modelo de negócios da locação de caminhões máquinas e equipamentos consiste na compra desses ativos, imobilização e locação para terceiros. Por isso, a Companhia tem um alto investimento nas contas de imobilizado e intangível que geram fluxos de caixas mensais que suportam suas atividades operacionais e administrativas. Nesse sentido os índices de liquidez são influenciados por essas características, pois não contemplam os ativos não registrados dos diretos de recebíveis das locações dos meses futuros dos contratos já firmados.

Com relação às variações dos índices de liquidez imediata, corrente e seca, estes estão influenciados pelo investimento em novos bens para o ativo imobilizado disponibilizados para novos contratos de locação, isto é, a Companhia apresenta uma redução em seus níveis de caixa e disponíveis para esses investimentos.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou R\$57.314 mil a pagar no circulante relacionado a recompra de ações das Sociedades Borgato, e R\$18.446 mil de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, os quais impactaram na queda dos índices de liquidez quando comparados a 31 de dezembro de 2016.

Com relação a 31 de dezembro de 2018, além da redução dos níveis de caixa pelo investimento em imobilizado, a Companhia registrou aumento de R\$42.929 mil de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, relativos a esse exercício, impactando na queda dos indicadores de liquidez em relação a 31 de dezembro de 2017.

A Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A Vamos reconheceu um lucro líquido proveniente de operações continuadas de R\$105.892 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e nesta data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 73.998 mil devido a decisão da administração e sócios de investir em suas operações com locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados, principalmente na ampliação e renovação de frota operacional. A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. Portanto, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

(b) Estrutura de Capital

A Companhia acredita que sua atual estrutura de capital apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, na visão da administração da Companhia, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	1.441.949	1.316.602	678.625
Patrimônio líquido (capital próprio)	581.483	694.165	172.610
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	2.023.432	2.010.767	851.235

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Parcela de capital de terceiros	71,3%	65,5%	79,7%
Parcela de capital próprio	28,7%	34,5%	20,3%

O capital de terceiros da Companhia é representado por empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e risco sacado, conforme demonstrado abaixo:

(Em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Dívida bruta de curto prazo	203.422	241.677	123.971
Dívida bruta de longo prazo	727.963	573.670	440.758
Dívida Bruta (i)	931.385	815.347	564.729

(i) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes.

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos conforme divulgado no item 10.1 (a) deste Formulário de Referências. Em 31 de dezembro de 2018, 58,6% das receitas consolidadas da Companhia são provenientes do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, cujo fluxo de caixa é gerado substancialmente pelo giro do ativo imobilizado, não havendo investimento em capital de giro, impactando em menores níveis de índices de liquidez.

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2018 eram de 0,35 e 0,86, respectivamente. O índice de liquidez geral consiste no resultado da divisão do "Ativo circulante" mais "Ativo Realizável a longo prazo" pelo "Total do passivo", e o índice de liquidez corrente consiste no resultado da divisão do "Ativo circulante" pelo "Passivo circulante". Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui R\$ 937,4 milhões em veículos e R\$ 363,8 milhões em máquinas e equipamentos, que são ativos considerados de alta liquidez. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui R\$ 931,4 milhões de empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado a pagar – montadoras. Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Análise do caixa gerado ou utilizado pelas atividades operacionais e atividades de investimento

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia gerou caixa pelas atividades operacionais menos caixa líquido utilizado em atividades de investimento de R\$250,3 milhões em 2018, gerou caixa pelas atividades operacionais e atividades de investimento de R\$161,9 milhões em 2017, e caixa pelas atividades operacionais e atividades de investimento de gerou e R\$27,5 milhões em 2016. A variação notada nos fluxos de caixa gerados se deve a somatória dos negócios adquiridos no exercício de 2017. O fluxo de caixa gerado por essas atividades foi suficiente para cobrir as despesas financeiras dos exercícios.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta em 31 de dezembro de 2018:

(Em milhares de R\$)		
Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante até dez/19	203.422	21,8
Total passivo não circulante	727.963	78,2
2020	185.603	19,9
2021	325.922	35,0
2022	133.714	14,4
2023	67.157	7,2
2024	11.632	1,2
2025 em diante	3.935	0,4
Total	931.385	100,0

(d) Fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

A Companhia acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O saldo referente a arrendamentos financeiros a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 44.935 mil a uma taxa de juros média de 9,34% a.a., em 31 de dezembro de 2017 o saldo de arrendamentos financeiros a pagar foi de R\$ 28.555 mil e R\$ 17.507 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 tem como último vencimento de parcela até novembro de 2022.

A Companhia contratou operações de risco sacado (*confirming*) junto a algumas instituições financeiras e apresentou essas operações em suas demonstrações financeiras na rubrica de risco sacado montadoras. Essa operação visa alongar o prazo de pagamentos aos fornecedores por meio de uma instituição financeira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia liquidou o remanescente desta dívida, apresentando saldo de R\$2.860 mil em 31 de dezembro de 2017.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor em 31 de dezembro de 2018:

- 1) FINAME (Banco Itaú Unibanco S.A.) assinado pela Borgato Comércio de Máquinas Ltda. em 16 de setembro de 2014 no valor de R\$5.580 mil e vencimento em 15 de agosto de 2019. A remuneração é de 6% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$828 mil.
- 2) FINAME (Banco Itaú Unibanco S.A.) assinado pela Comercial Borgato Máquinas e Implementos S.A. em 20 de abril de 2015 no valor de R\$19.278 mil e vencimento em 15 de janeiro de 2020. A remuneração é de 6% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$4.407 mil
- 3) Contrato de Financiamento de Capital de Giro com o Banco Volkswagen S.A., assinada pela Transrio, Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. em 27 de julho de 2015 no valor de R\$ 33.739 mil e vencimento em 27 de julho de 2025. A remuneração é de 14,167% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$14.560 mil.
- 4) Contrato de Financiamento de Capital de Giro com o Banco Volkswagen S.A., assinada pela Transrio, Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. em 24 de setembro de 2015 no valor de R\$11.970 mil e vencimento em 24 de agosto de 2025. A remuneração é de 14,297% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$5.078 mil.
- 5) Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio com o Banco Santander (Brasil) S.A., assinado pela Borgato Máquinas S.A. em 30 de outubro de 2017 no valor de R\$60.000 mil e vencimento em 10 de abril de 2023. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,37% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto era de R\$52.247 mil.
- 6) Crédito Internacional refere-se à operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. O contrato é remunerado (i) por taxas pré-fixadas de 5,05%; ou (ii) pela variação do dólar, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

hedge (proteção) contra a exposição ao dólar. O vencimento de tal contrato será até maio de 2021. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$155.818 mil.

Adicionalmente, em 25 de fevereiro de 2019, em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada da Companhia, no valor de R\$ 300 milhões e vencimento em 14 de fevereiro de 2024. A remuneração é de 100% DI + 0,90% a.a. No entanto, cabe destacar que o valor total das debêntures está limitado a R\$ 250 milhões, uma vez que referida emissão dá lastro à 21ª Emissão de Certificados de Recebíveis da VERT Companhia Securitizadora.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Companhia não tem outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas acima.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(ii) Grau de subordinação de dívida

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 2018 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iii) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

A Companhia cumpre também todas as demais obrigações previstas nos respectivos contratos de financiamentos. Essas obrigações referem-se a determinadas restrições – alienação de ativos, alienação de controle societário – dentre outras cláusulas usuais de mercado.

1. “1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.” – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA consolidado ⁽²⁾	Igual ou menor que 4

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

EBITDA consolidado ⁽²⁾ / despesa financeira líquida ⁽³⁾	Igual ou maior que 2
---	----------------------

⁽¹⁾ Dívida financeira líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Vamos, inclusive as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras e os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados, e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras.

⁽²⁾ EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais e da participação de acionistas não controladores, da Vamos apurado ao longo dos últimos 12 meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Vamos.

⁽³⁾ Despesa financeira líquida para fins de *covenants*: significa os encargos de dívida da Vamos, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses.

Os *covenants* previstos na emissão de debêntures da Companhia terão sua primeira verificação efetuada após a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

2. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio com o Banco Santander (Brasil) S.A., assinado pela Borgato Máquinas S.A. – *covenant* financeiro a ser observado pela Borgato Máquinas S.A.:

Restrição	Limites	12 meses findo em 31/12/2018
Dívida líquida ⁽¹⁾ / EBITDA adicionado ⁽²⁾	Menor ou igual a 3,5	0,71
EBITDA adicionado / juros líquidos ⁽³⁾	Maior ou igual a 2	8,10
Dívida líquida ⁽¹⁾ / EBITDA	Menor ou igual a 4,75	1,08

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa a soma de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Borgato Máquinas S.A., incluídas debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos da dívida subtraídos os valores em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como aplicações financeiras que possuam liquidez diárias de até 360 dias e os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoques de veículos novos e usados, nacionais e importados, e peças automotivas, em concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras.

⁽²⁾ EBITDA adicionado para fins de *covenants*: significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda de ativos desmobilizados, da Borgato Máquinas S.A. apurados ao longo dos últimos 12 meses.

⁽³⁾ Juros líquidos para fins de *covenants*: significa os encargos da dívida acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras da Borgato Máquinas S.A., todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Líquida acima, calculados pelo regime de competência de 12 meses.

Contrato de crédito internacional com o JP Morgan Chase Bank, N.A., assinado pela Companhia – *covenant* financeiro a ser observado pela JSL, como garantidora:

Restrição	Limites	12 meses findo em 31/12/2018
Dívida líquida ⁽¹⁾ / EBITDA adicionado ⁽²⁾	Menor que 3,5	2,10

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais geraisEBITDA adicionado / despesas financeiras líquidas⁽³⁾

Maior que 2

5,45

⁽¹⁾ Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da JSL e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos da dívida subtraídos dos valores em caixa e aplicações financeiras de curto prazo da JSL, entendidas como aplicações financeiras que possuam liquidez diária de até 360 dias.

⁽²⁾ EBITDA adicionado para fins de *covenants*: significa lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda de ativos desmobilizados, da JSL apurados ao longo dos últimos 12 meses.

⁽³⁾ Despesas financeiras líquidas para fins de *covenants*: significa encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, da JSL, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses.

Os *covenants* descritos no contrato de crédito internacional são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas anualizadas da controladora da Companhia, a JSL S.A. – garantidora – e estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2018.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Até a data da publicação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui limites de utilização de financiamentos contratados ou não utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras apresentadas neste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Demonstração do Resultado

	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	938.946	100,0%	413.739	100,0%	207.508	100,0%	525.207	206.231
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(543.231)	-57,9%	(172.734)	-41,7%	(98.595)	-47,5%	(370.497)	(74.139)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(81.419)	-8,7%	(30.907)	-7,5%	(16.652)	-8,0%	(50.512)	(14.255)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(624.650)	-66,5%	(203.641)	-49,2%	(115.247)	-55,5%	(421.009)	(88.394)
(=) Lucro bruto	314.296	33,5%	210.098	50,8%	92.261	44,5%	104.198	117.837
(=) Despesas Gerais e Administrativas	(114.200)	-12,2%	(48.654)	-11,8%	(4.968)	-2,4%	(65.546)	(43.686)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas comerciais	(22.533)	-2,4%	(5.487)	-1,3%	(1.086)	-0,5%	(17.046)	(4.401)
Despesas administrativas	(81.916)	-8,7%	(18.691)	-4,5%	(1.104)	-0,5%	(63.225)	(17.587)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(9.751)	-1,0%	(24.476)	-5,9%	(2.778)	1,3%	14.725	(21.698)
Outras receitas operacionais, líquidas	18.548	2,0%	1.910	0,5%	131	0,1%	16.638	1.779
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	218.644	23,3%	163.354	39,5%	87.424	42,1%	55.290	75.930
Receitas financeiras	15.632	1,7%	7.382	1,8%	1.609	0,8%	8.250	5.773
Despesas financeiras	(82.652)	-8,8%	(55.707)	-13,5%	(24.276)	-11,7%	(26.945)	(31.431)
(=) Resultado financeiro líquido	(67.020)	-7,1%	(48.325)	-11,7%	(22.667)	-10,9%	(18.695)	(25.658)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	151.624	16,1%	115.029	27,8%	64.757	31,2%	36.595	50.272
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(10.133)	-1,1%	(5.215)	-1,3%	-	0,0%	(4.918)	(5.215)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(35.599)	-3,8%	(30.190)	-7,3%	(22.019)	-10,6%	(5.409)	(8.171)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	(45.732)	-4,9%	(35.405)	-8,6%	(22.019)	-10,6%	(10.327)	(13.386)
(=) Lucro Líquido do exercício proveniente de operações continuadas	105.892	11,3%	79.624	19,2%	42.738	20,6%	26.268	36.886
Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	7.045	0,8%	1.068	0,3%	-	0,0%	5.977	1.068
(=) Lucro líquido do exercício	112.937	12,0%	80.692	19,5%	42.738	20,6%	32.245	37.954
(=) LL básico e diluído por ação no final do exercício (Em R\$) Das operações continuadas	0,33554		0,50485		0,85038			
LL básico e diluído por ação no final do exercício (Em R\$)	0,31461		0,49817		0,00000			

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$938.946 mil comparativamente a R\$413.739 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$525.207 mil ou 126,9%. Essa receita de 31 de dezembro de 2018 foi composta por R\$582.311 mil do negócio de Locação, R\$388.692 mil do negócio de Concessionárias e eliminações de transações entre segmentos ("eliminações") de R\$32.057 mil. O crescimento expressivo na Receita Líquida é resultado (i) da expansão do negócio de locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, que apresentou aumento de 55,2% (antes das eliminações) na comparação anual, este impactado tanto pelo crescimento orgânico quanto pela incorporação dos contratos de locação da Borgato, totalizando 331 contratos em 2018; (ii) expansão do negócio de concessionárias devido a incorporação da Transrio (concessionárias Volkswagen/Man) nos resultados da Companhia ao final de 2017, mas que em 2018 completou um ano de contribuição para os resultados da Vamos, contribuindo com R\$243.611 mil para a Receita Líquida consolidada no ano de 2018, comparado a R\$39.548 mil em 2017; (iii) da expansão inorgânica, através da aquisição das Sociedades Borgato.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$624.650 mil comparativamente a R\$203.641 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$421.009 mil ou 206,7% devido:

(i) aumento de R\$31.148 mil em 2017 para R\$305.839 mil, ou R\$274.691 mil dos custos das vendas, locação e prestação de serviços, antes das eliminações, para o segmento de Concessionárias devido à incorporação das concessionárias de caminhões, da Volkswagen/Man, e concessionárias de máquinas, da Valtra.

(ii) aumento de R\$142.668 mil em 2017 para R\$263.575 mil, ou R\$120.907 mil dos custos das vendas, locação e prestação de serviços, antes das eliminações, para o segmento de Locação atribuído, principalmente, ao aumento da depreciação de veículos e máquinas e equipamentos de R\$106.196 em 2017 para R\$198.816 em 2018 e um crescimento dos gastos com peças, pneus e manutenções de R\$10.090 mil em 2017 para R\$19.669 mil em 2018.

Também houve um crescimento de R\$30.907 mil em 2017 para R\$81.419 mil em 2018 dos custos de venda de ativos desmobilizados devido ao maior volume de desmobilizações, principalmente, no segmento de locação.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$314.296 mil comparativamente a R\$ 210.098 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 104.198 mil ou 49,6%. A margem bruta foi de 33,5% e 50,8% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, devido principalmente ao crescimento da participação do segmento de Concessionárias de 9,5% em 2017 para 40,0% em 2018 das receitas líquidas antes das eliminações com uma margem com uma margem constante de 21,1% em 2017 e 21,0% em 2018.

O segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos é estrategicamente importantes para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitirem maior eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação

Despesas gerais e administrativas

Despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (impairment) de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 114.200 mil comparativamente a R\$48.654 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 65.546 mil ou 134,7%. Esse

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

crescimento é atribuído ao aumento nas linhas de despesas comerciais e despesas administrativas, no valor de R\$80.271 mil, devido (i) à consolidação das concessionárias de caminhões e ônibus, da marca VW/Man e (ii) à aquisição das concessionárias de máquinas e equipamentos da marca Valtra, que aumentou em R\$66.727 mil as despesas comerciais mais despesas administrativas do segmento de Concessionárias; e (iii) ao aumento de R\$13.544 mil das despesas comerciais e administrativas do segmento de locação, em linha com a expansão da empresa nesse segmento com o fechamento de novos contratos e adição dos contratos que vieram pela aquisição das Sociedades Borgato. O aumento das despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas de contas a receber foi parcialmente compensado pela redução de R\$14.725 mil de despesas de perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, referente ao segmento de locação, a qual foi impactada em 2017 por um contrato específico com um cliente que entrou em recuperação judicial. Em relação à Receita Líquida, as despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas (impairment) de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de 12,2% e de 11,8% no mesmo período de 2017.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$18.548 mil comparativamente a R\$1.910 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 16.638 mil ou 871,1%. Os principais componentes dessa linha em 2018 foram: (i) aumento dos créditos extemporâneos de PIS/ COFINS, de R\$502 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$5.406 mil em 31 de dezembro de 2018; (ii) pelo resultado na venda de ativo não operacional, no valor de R\$2.175mil; entre outros. Vale ressaltar que a linha de outras receitas operacionais líquidas representou 2,0% e 0,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, não gerando impacto significativo para os resultados da Companhia.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$67.020 mil comparativamente a R\$48.325 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$ 18.695 milhões ou 38,7%. Resultado financeiro, líquido representou 7,1% e 11,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente pelo crescimento da despesa total do serviço de dívida que aumentou de R\$54.822 em 2017 para R\$70.960 em 2018 resultado dos juros de empréstimos e financiamentos e arrendamentos mercantis. Além disso, em dezembro de 2017 somou-se o valor de R\$292.949 mil de empréstimos e financiamentos referente a combinação de negócios entre a Companhia e a Borgato. Essa variação foi parcialmente compensada pelo aumento de R\$4.528 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$8.309 mil em 31 de dezembro de 2018 de receitas provenientes das aplicações financeiras da Companhia.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$151.624 mil comparativamente a R\$115.029 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$36.595 mil ou 31,8%. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 16,1% e 27,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente. Esta queda é atribuída principalmente aos fatores mencionados na redução da margem bruta.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$45.732 mil comparativamente a R\$35.405 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$10.327 mil ou 29,2% e a alíquota efetiva de 30,2% em 2018 e 30,8% em 2017 permaneceu praticamente constante. Portanto, o aumento da despesa do imposto de renda e contribuição social deve-se, principalmente, ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$115.029 mil para R\$151.624 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro líquido do exercício das operações continuadas

Lucro do exercício das operações continuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$105.892 mil comparativamente a R\$79.624 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$26.268 mil ou 33,0%. Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento do segmento de locação, mas também pela consolidação das concessionárias VW/Man e Valtra. A margem líquida, considerando o Lucro líquido do exercício das operações continuadas, foi de 11,3% e 19,2% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta queda é atribuída principalmente aos fatores mencionados na redução da margem bruta.

Lucro das Operações Descontinuadas, líquido de impostos.

O Lucro das Operações Descontinuadas refere-se ao Lucro Líquido da JSL Holding Financeira, dado que, em dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão da Holding Financeira do capital social da Vamos, de forma que a JSL Holding passasse a ser controlada diretamente pela JSL S.A., controladora da Companhia. O objetivo dessa reestruturação foi o de permitir maior foco da gestão às atividades principais da Vamos, ou seja, a locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos.

Lucro das operações descontinuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$7.045 mil comparativamente a R\$1.068 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$5.977 mil ou 559,6%. Esse aumento é explicado pelo fato de que a JSL Holding foi incorporada à Companhia em outubro de 2017, tendo apenas poucos meses de contribuição para os resultados da Companhia, ao passo que em 2018 contribuiu para o resultado da Companhia no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

Lucro líquido do exercício

Lucro do exercício compreende o Lucro Líquido das Operações Continuadas, e Lucro Líquido das Operações Descontinuadas, conforme explicado anteriormente.

Com isso, o Lucro Líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$112.937 mil comparativamente a R\$80.692 mil no mesmo período de 2017, com uma variação de R\$32.245 mil ou 40,0%.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$413.739 mil comparativamente a R\$207.508 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$206.231 mil ou 99,4%. A receita, antes das eliminações, de 31 de dezembro de 2017 foi composta por R\$375.273 mil do negócio de Locação e R\$39.548 mil do negócio de Concessionárias de caminhões e ônibus, da marca Volkswagen/Man, o qual foi incorporado à Companhia em outubro de 2017. Sendo assim, o crescimento anual da Receita Líquida, antes das eliminações, é composto pela incorporação do segmento de Concessionárias e um crescimento expressivo de 80,8% no negócio de Locação devido a novos contratos de locação concluídos ao longo do ano de 2017.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$203.641 mil comparativamente a R\$115.247 mil no mesmo período de 2016, o que representou um aumento de R\$88.394 mil ou 76,7%. Do total dos custos, (i) o aumento de R\$31.203 mil estão relacionados com a incorporação das concessionárias de caminhões, da Volkswagen/Man, e concessionárias de máquinas, da Valtra no segmento de concessionárias; e (ii)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$44.073 mil atribuídos ao custo das vendas, locações, e prestação de serviços antes das eliminações do segmento de locação devido ao crescimento da depreciação de veículos e máquinas e equipamentos para uso nas operações de locações de caminhões máquinas e equipamentos de R\$45.541 em 2016 para R\$106.196 em 2017 e um aumento de R\$14.200 mil atribuído ao maior volume de desmobilização no exercício.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$210.098 mil comparativamente a R\$92.261 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$117.837 mil ou 127,7%. Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, cujo Lucro Bruto apresentou variação de R\$109.492 mil, ou 118,7%, e também pela consolidação do lucro bruto das Concessionárias incorporadas (Concessionárias da marca VW/Man) e adquiridas (Concessionárias da marca Valtra), no total de R\$8.345 mil. A margem bruta representou 50,8% e 44,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$48.654 mil comparativamente a R\$4.968 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$43.686 milhões ou 879,3%. Esse aumento foi principalmente devido à maiores despesas com perdas de esperadas (*impairment*) de contas a receber que representou R\$2.778 em 2016 e R\$24.476 mil em 2017, devido a um contrato específico com um cliente que entrou em recuperação judicial. A linha de Despesas gerais e administrativas linha representou 11,8% e 2,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$1.910 mil comparativamente a R\$131 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$1.779 milhões. Outras receitas operacionais líquidas representaram 0,5% e 0,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, não sendo significativo para o resultado da empresa no período.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi uma despesa líquida de R\$48.325 mil comparativamente a uma despesa líquida de R\$22.667 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$25.658 mil ou 113,2%. Resultado financeiro, líquido representou 11,7% e 10,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Este aumento deve-se ao crescimento da despesa total do serviço de dívida que aumentou de R\$23.947 em 2016 para R\$54.822 em 2017 resultado dos juros de empréstimos e financiamentos e arrendamentos mercantis. Essa variação foi parcialmente compensada pelo aumento de R\$6.220 mil de receitas financeiras devido ao crescimento das receitas com aplicações financeiras e juros recebidos pela Companhia.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$115.029 mil comparativamente a R\$64.757 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$50.272 milhões ou 77,6%. Este aumento é atribuído substancialmente por conta do crescimento do negócio de locação, conforme mencionado anteriormente, bem como em razão da incorporação da Transrio nos resultados da Companhia ao final de 2017. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 27,8% e 31,2% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$35.405 mil comparativamente a R\$22.019 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$13.386 mil ou 60,8%. A variação é atribuída principalmente ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$64.757 mil em 2016 para R\$115.029 mil em 2017, mais o benefício gerado pelos Juros sobre capital próprio ("JCP") em 2017, que foi de R\$4.333 mil, o que contribuiu para a redução da alíquota efetiva de 34,0% em 2016 para 30,8% em 2017.

Lucro do exercício das operações continuadas

Lucro do exercício das operações continuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$79.624 mil comparativamente a R\$42.738 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$36.886 milhões ou 86,3%. O aumento do Lucro Líquido é atribuído principalmente ao crescimento do negócio de locação. E a margem líquida das operações continuadas representou 19,2% e 20,6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Lucro do exercício das operações descontinuadas

O Lucro Líquido das Operações Descontinuadas refere-se ao Lucro Líquido da JSL Holding Financeira, dado que, em dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão da Holding Financeira do capital social da Vamos, de forma que a JSL Holding passasse a ser controlada diretamente pela JSL S.A., controladora da Companhia. O objetivo dessa reestruturação foi o de permitir maior foco da gestão às atividades principais da Vamos, ou seja, a locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos.

O Lucro Líquido das Operações descontinuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1.068 mil. Não havia operação descontinuada em 2016. A variação é explicada pelo fato de que Companhia ainda não havia incorporado a JSL Holding no exercício encerrado em 2016.

Lucro do exercício

Lucro do exercício consolida o Lucro Líquido das Operações Continuadas, conforme explicado anteriormente, e Lucro Líquido das Operações Descontinuadas.

Com isso, o Lucro Líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$80.692 mil comparativamente a R\$42.738 mil no mesmo período de 2016, com uma variação de R\$37.954 milhões ou 88,8%.

Balanços Patrimoniais

Balanço Patrimonial								
(Em milhares de R\$)	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018x	2017x
							2017	2016
ATIVO	2.023.432	100,0%	2.010.767	100,0%	851.235	100,0%	0,6%	136,2%
Circulante	450.198	22,2%	581.975	28,9%	98.447	11,6%	-22,6%	491,2%
Caixa e equivalentes de caixa	58.605	2,9%	117.048	5,8%	18.059	2,1%	-49,9%	548,1%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Títulos e valores mobiliários	7.253	0,4%	104.079	5,2%	31.199	3,7%	-93,0%	233,6%
Contas a receber	155.157	7,7%	205.277	10,2%	39.561	4,6%	-24,4%	418,9%
Estoques	101.930	5,0%	85.130	4,2%	-	0,0%	19,7%	-
Tributos a recuperar	11.406	0,6%	8.457	0,4%	442	0,1%	34,9%	1813,3%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	17.875	0,9%	14.428	0,7%	635	0,1%	23,9%	2172,1%
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	57.855	2,9%	29.061	1,4%	8.377	1,0%	99,1%	246,9%
Despesas antecipadas	7.505	0,4%	3.863	0,2%	57	0,0%	94,3%	6677,2%
Adiantamentos a terceiros	16.884	0,8%	8.977	0,4%	117	0,0%	88,1%	7572,6%
Outros créditos	15.728	0,8%	5.655	0,3%	-	0,0%	178,1%	-
Não circulante	1.573.234	77,8%	1.428.792	71,1%	752.788	88,4%	10,1%	89,8%
Realizável a Longo Prazo	58.656	2,9%	65.058	3,2%	4.504	0,5%	-9,8%	1344,4%
Títulos e valores mobiliários	794	0,0%	4.378	0,2%	-	0,0%	-81,9%	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Contas a receber	14.189	0,7%	22.272	1,1%	4.357	0,5%	-36,3%	411,2%
Fundo para capitalização de concessionárias	23.477	1,2%	19.935	1,0%	-	0,0%	17,8%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.765	0,4%	13.062	0,6%	-	0,0%	-32,9%	-
Depósitos judiciais	4.648	0,2%	3.163	0,2%	147	0,0%	46,9%	2051,7%
Outros créditos	1.903	0,1%	2.248	0,1%	-	0,0%	-15,3%	-
Imobilizado	1.349.441	66,7%	1.191.483	59,3%	748.284	87,9%	13,3%	59,2%
Intangível	165.137	8,2%	172.251	8,6%	-	0,0%	-4,1%	-
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.023.432	100,0%	2.010.767	100,0%	851.235	100,0%	0,6%	136,2%
Circulante	524.196	25,9%	561.412	27,9%	207.168	24,3%	-6,6%	171,0%
Fornecedores	82.962	4,1%	98.930	4,9%	66.740	7,8%	-16,1%	48,2%
Floor Plan	53.413	2,6%	38.333	1,9%	-	0,0%	39,3%	-
Risco sacado a pagar - montadoras	-	0,0%	2.860	0,1%	-	0,0%	-100,0%	-
Empréstimos e financiamentos	188.221	9,3%	225.129	11,2%	117.129	13,8%	-16,4%	92,2%
Arrendamentos financeiros a pagar	15.201	0,8%	13.688	0,7%	6.842	0,8%	11,1%	100,1%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Partes relacionadas	26.067	1,3%	43	0,0%	3	0,0%	60520,9%	1333,3%
Cessão de direitos creditórios	7.410	0,4%	6.043	0,3%	-	0,0%	22,6%	-
Obrigações trabalhistas	11.696	0,6%	9.880	0,5%	591	0,1%	18,4%	1571,9%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	446	0,0%	2.761	0,1%	-	0,0%	-83,8%	-
Tributos a recolher	6.062	0,3%	6.088	0,3%	976	0,1%	-0,4%	523,8%
Adiantamentos de clientes	24.480	1,2%	15.512	0,8%	12.894	1,5%	57,8%	20,3%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	61.375	3,0%	18.446	0,9%	-	0,0%	232,7%	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	34.769	1,7%	57.314	2,9%	-	0,0%	-39,3%	-
Outras contas a pagar	12.094	0,6%	66.385	3,3%	1.993	0,2%	-81,8%	3230,9%
Não circulante	917.753	45,4%	755.190	37,6%	471.457	55,4%	21,5%	60,2%
Fornecedores	-	0,0%	4.325	0,2%	-	0,0%	-100,0%	-
Empréstimos e financiamentos	698.229	34,5%	558.803	27,8%	430.093	50,5%	25,0%	29,9%
Arrendamentos financeiros a pagar	29.734	1,5%	14.867	0,7%	10.665	1,3%	100,0%	39,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	136.459	6,7%	104.337	5,2%	30.676	3,6%	30,8%	240,1%
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.280	0,2%	2.854	0,1%	23	0,0%	14,9%	12308,7%
Cessão de direitos creditórios	16.761	0,8%	24.171	1,2%	-	0,0%	-30,7%	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	33.275	1,6%	45.833	2,3%	-	0,0%	-27,4%	-
Outras contas a pagar	15	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Patrimônio Líquido	581.483	28,7%	694.165	34,5%	172.610	20,3%	-16,2%	302,2%

Índices

Liquidez geral (Ativo circulante+ realizável a longo prazo/passivo circulante e não circulante)

0,35 0,49 0,15

Liquidez corrente (ativo circulante/ passivo circulante)

0,86 1,04 0,48

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2018 o ativo circulante era de R\$ 450.198 mil em comparação com R\$ 581.975 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 22,2% em 31

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de dezembro de 2018 e 28,9% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R\$ 58.605 mil e R\$ 7.253 mil, respectivamente, para o mesmo período de 2017 os saldos foram de R\$ 117.048 mil e de R\$ 104.079 mil, esta redução de R\$ 155.269 mil ou 70,2% decorreu principalmente de: (i) cisão da JSL Holding Financeira em 31 de dezembro de 2018 retirando do disponível e aplicações, o montante de R\$ 99.065 mil, (ii) a queda reflete também os investimentos realizados, como utilização de recursos para aquisição de veículos e máquinas e equipamentos para expandir e renovar o parque de ativos, com a finalidade de locação operacional.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R\$ 155.157 mil e R\$ 205.277 mil para o mesmo período de 2017, esta redução de R\$ 50.120 mil ou 24,4% decorreu principalmente de: (i) cisão da JSL Holding Financeira em 31 de dezembro de 2018 retirando o montante de R\$ 101.071 mil, (ii) acompanhado por um crescimento operacional, principalmente decorrente do aumento de vendas e integração dos negócios oriundos das sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R\$ 101.930 mil e R\$ 85.130 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R\$ 16.800 mil ou 19,7% decorreu principalmente de: (i), aumento do estoque de veículos novos para revenda no montante de 8.129 mil, (ii) aumento do estoque de peças para revenda no montante de R\$ 7.997 mil.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou R\$ 28.794 mil ou 99,1%, apresentando um saldo de R\$ 57.855 mil em 31 dezembro de 2018 e R\$ 29.061 mil em 31 de dezembro de 2017, o principal motivo deste aumento é a frota total renovada, gerando maior quantidade de ativos para desmobilização.

Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "outros créditos" apresentou saldo de R\$ 15.728 mil e R\$ 5.655 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R\$ 10.073 mil ou 178,1% decorreu principalmente de partes relacionadas com a família Borgato pela aquisição de uma aeronave.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o ativo não circulante é de R\$1.573.234 mil em comparação com R\$1.428.792 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 77,8% em 31 de dezembro de 2018 e 71,1% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "imobilizado" apresentou saldo de R\$ 1.349.441 mil e R\$ 1.191.483 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R\$157.958 mil ou 13,3% decorreu principalmente de: (i) adições ao ativo imobilizado de R\$ 481.008 mil, sendo que deste montante R\$ 322.094 mil se refere a compra de Veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) para uso nas operações e na locação de caminhões, máquinas e equipamentos, despesa de depreciação apropriada no exercício de R\$ 202.090 mil, (ii) desmobilização e transferência de veículos, máquinas e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

equipamentos para "Ativo imobilizado disponível para a venda" no montante de R\$ 183.744 mil de custo e R\$ 73.294 mil de depreciação acumulada, (iii) baixas líquidas de outros itens do ativo imobilizado no montante de R\$9.118 mil. Os ativos relevantes que compõem os saldos dessa rubrica se referem à Veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) no valor de R\$ 937.444 mil e máquinas e equipamentos de R\$ 363.830 mil, ambos líquidos de depreciação acumulada.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "intangível" apresentou saldo de R\$ 165.137 mil e R\$ 172.251 mil para o mesmo período de 2017. Esta redução de R\$7.114 mil ou 4,1% decorreu principalmente de: (i) redução pela amortização apropriada no exercício referente ao contrato de acordo de não competição registrado em 2017 pela aquisição das Sociedades Borgato, (ii) e cisão da JSL Holding Financeira, retirando no ativo intangível o montante de R\$ 3.746 mil. Os ativos relevantes que compõem os saldos dessa rubrica referem-se a ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de R\$82.959 mil decorrente da aquisição das sociedades Borgato, ágio de R\$ 3.918 mil pela aquisição da Transrio, fundo de comércio e de exploração da marca MAN pela Transrio na aquisição das filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe no valor total de R\$ 30.814 mil, aos direitos de concessão de uso de imagem, que são direitos de comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra no valor total de R\$ 10.800 mil, e à acordos de não competição e carteira de clientes, decorrente da aquisição das Sociedades Borgato, no valor de R\$ 28.200 mil e R\$ 7.204 mil refere-se à acordos de não competição da controlada Transrio.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante é de R\$ 524.196 mil em comparação com R\$ 561.412 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 25,9% em 31 de dezembro de 2018 e 27,9% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R\$ 188.221 mil em comparação com R\$ 225.129 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução R\$ 36.908 mil ou 16,4% se deve principalmente a liquidação antecipada de empréstimos das Sociedades Borgato.

Floor plan

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Floor Plan" apresentou saldo de R\$ 53.413 mil em comparação com R\$ 38.333 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 15.080 mil se deve ao aumento da compra de caminhões da marca MAM na virada do ano de 2018 proveniente de oferta das montadoras.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "partes relacionadas" apresentou saldo de R\$ 26.067 mil em comparação com R\$ 43 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento R\$ 26.024 mil se deve a compra de ações da Movida Participações S.A. no valor de R\$ 26.067 mil que foram entregues aos antigos sócios das Sociedades Borgato como parte da combinação de negócios.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" apresentou saldo de R\$ 61.375 mil, em comparação com R\$ 18.446 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 42.929 mil ou 232,7% se deve a: (i) dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos no exercício no montante de R\$ 27.122 mil (ii) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 20.000 mil bruto e IRRF de R\$ 3.000 mil e (iii) pagamento de dividendos relativos a exercício anterior no montante de R\$ 1.193 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R\$ 34.769 mil, em comparação com R\$ 57.314 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$ 22.545 mil ou 39,3% se deve a: recompra de ações das Sociedades Borgato quando então foi liquidado o saldo que havia em aberto, que em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 57.314 mil, proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017, e o reconhecido saldo a pagar proveniente da recompra de ações que no período de 31 dezembro de 2018 era de R\$ 34.769 mil, no curto prazo.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "outras contas a pagar" apresentou saldo de R\$ 12.094 mil, em comparação com R\$ 66.385 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$54.291 mil ou 81,8% se deve principalmente a: (i) valores a pagar pela utilização de cartões de crédito pré-pagos referente aos caminhoneiros subcontratados da JSL S.A pela JSL Leasing, que foi cindida em 31 de dezembro de 2018, (ii) letras de arrendamento mercantil pela cisão da JSL Holding Financeira.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o passivo não circulante era de R\$ 917.753 mil em comparação com R\$ 755.190 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 45,4% em 31 de dezembro de 2018 e 37,6% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R\$ 698.229 mil em comparação com R\$ 558.803 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 139.426 mil ou 25,0% se deve principalmente a: (i) Captações de novos empréstimos, em linhas gerais para os produtos atrelados a modalidade "Finame" (ii) Captação de crédito internacional no exercício no montante de R\$ 150.800 mil (iii) transferências de valores para curto prazo conforme prazo de doze meses.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R\$ 136.459 mil em comparação com R\$ 104.337 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 32.122 mil ou 30,8% se deve principalmente a: (i) diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, (ii) diferenças temporárias das operações de leasing financeiro, parcialmente compensado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R\$ 33.275 mil em comparação com R\$ 45.833 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$ 12.558 mil ou 27,4% se deve a: recompra de ações das Sociedades Borgato quando então foi liquidado o saldo que havia em aberto, que em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 45.833 mil no longo prazo, proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017, e reconhecido saldo a pagar proveniente da recompra de ações que no período de 31 dezembro de 2018 era de R\$ 33.275 mil, no longo prazo.

Cessão de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "cessão de direitos creditórios" apresentou saldo de R\$ 16.761 mil, em comparação com R\$ 24.171 mil em 31 de dezembro de 2017 esta redução de R\$ 7.410 mil ou 30,7% se deve a: a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos, o valor futuro da carteira cedida foi de R\$ 40.077 mil, o

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

valor recebido pela Vamos foi de R\$ 30.214 mil e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato, que tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio líquido era de R\$ 581.483 mil em comparação com R\$ 694.165 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$ 112.682 mil ou 16,2%, decorreu por conta principalmente de: (i) cisão da JSL Holding Financeira reduzindo o capital social em R\$82.879 mil (ii) recompra de ações no valor de R\$ 94.193 mil e (iii) distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 47.122 mil, (iv) parcialmente compensado pelo lucro líquido do exercício no montante de R\$ 112.937 mil

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante e Patrimônio líquido

O aumento nos saldos de ativos e passivos decorreu por conta principalmente: (i) aquisição das Sociedades Borgato, e (ii) transferência de investimentos da controladora JSL S.A. em outubro de 2017, quando foi transferido para a Companhia 99,99% das quotas nas empresas JSL Holding Financeira e Transrio.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

Fluxo de Caixa									
(Valores em milhares de R\$)	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	2018 x 2017	2017 x 2016	
Caixa gerado pelas atividades operacionais	488.541	-835,9%	316.278	319,5%	135.982	753,5%	54,5%	132,6%	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(26.723)	45,7%	99.186	100,2%	1.773	9,8%	-126,9%	5494,2%	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(308.719)	528,2%	(62.918)	-63,6%	(9.500)	-52,6%	390,7%	562,3%	
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(58.443)	100,0%	98.989	100,0%	18.047	100,0%	-159,0%	448,5%	
Caixa e equivalentes de caixa							-	-	
No início do exercício	117.048	-200,3%	18.059	18,2%	12	0,1%	548,1%	150391,7%	
No final do exercício	58.605	-100,3%	117.048	118,2%	18.059	100,1%	-49,9%	548,1%	
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(58.443)	100,0%	98.989	100,0%	18.047	100,0%	-159,0%	448,5%	

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 276.999 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 62.721 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$ 214.278 mil. Esse aumento decorreu principalmente: (i) aumentos nos ajustes ao lucro operacional do exercício no montante de R\$ 204.489 mil, (ii) acompanhado das variações das atividades no capital circulante líquido que resultou no aumento na utilização de R\$ 32.226 mil entre as principais linhas: (a) houve aumento no pagamento a fornecedores de insumos no montante de R\$27.154 mil, em razão de liquidação das obrigações, parcialmente compensadas pelas novas contratações, (b) melhores condições de pagamento para fornecedores *floor plan*, que gerou um caixa de R\$ 10.722 mil, (c) compra de peças para estoque, que gerou um aumento na saída de caixa de R\$ 25.582 mil; (d) Recebimento de clientes, que gerou caixa de R\$ 5.456 mil, relacionado ao crescimento da venda de veículos e serviços, (e) Resgates líquidos de títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 83.677 mil (f) aumento da compra de ativo imobilizado para utilização nas operações de locação no montante de R\$ 41.338 mil.

Caixa líquido consumido e gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 26.723 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma geração de caixa de R\$ 99.186 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R\$ 125.909 mil, ou 126,9%, é justificada pelos eventos de: (i) caixa recebido na combinação de negócios das Sociedades Borgato, no montante de R\$34.953 mil em 2017, (ii) caixa líquido incorporado a Vamos de transferência de investimento das empresas JSL Holding Financeira e Transrio no montante de R\$ 64.298 mil em 2017, (iii) caixa transferido na cisão da JSL Holding Financeira no montante de R\$ 21.921 mil em 2018, (iv) aumento nas compras de imobilizado e intangível para investimento no montante de R\$ 4.737 mil em 2018.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$ 308.719 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 62.918 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de caixa de R\$ 245.801 mil, ou 390,7%, é justificada por: (i) pagamentos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 380.479 mil, em 2018 e R\$ 218.246 mil em 2017, (ii) pagamento de aquisições de empresa no montante de R\$ 103.622 mil em 2018 contra R\$ 10.056 mil em 2017, (iii) pagamento de cessão de direito creditório no montante de R\$ 6.649 mil em 2018 contra captação de R\$ 30.214 mil em 2017, (iv) captação de R\$ 183.224 mil de empréstimos e financiamentos em 2018 contra R\$ 21.968 mil em 2017, (v) aumento de capital social no montante de R\$ 113.202 mil em 2017.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO de 2016

Fluxo de caixa das atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento

As variações, positivas e negativas sobre os linhas de atividades operacionais, investimento e financiamento no fluxo de caixa no exercício de 2017 teve como principais motivos: (i) aquisição das Sociedades Borgato, e (ii) transferência de investimentos da controladora JSL S.A. em outubro de 2017, quando foi transferido para a Companhia 99,99% das quotas nas empresas JSL Holding Financeira e Transrio.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das nossas operações, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento.

Os negócios do Grupo foram divididos em três segmentos operacionais: (i) concessionárias de veículos; (ii), serviços financeiros (cindido em 31 de dezembro de 2018) e (iii) locação de veículos pesados. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas consiste em:

1. Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;
2. Serviços financeiros (operação descontinuada): operações de arrendamento financeiro e/ou operacional para a aquisição de veículos e equipamentos definidas na Lei 6.099/74, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; e
3. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.

As informações da receita por segmento de negócios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 são as seguintes:

Receita por segmento								
	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Locação de Veículos Pesados	582.311	62,0%	375.273	90,7%	207.508	100,0%	55,2%	80,8%
Concessionária de veículos	388.692	41,4%	39.548	9,6%	-	0,0%	882,8%	-
Eliminações	(32.057)	-3,4%	(1.082)	-0,3%	-	0,0%	2862,8%	-
Receita Líquida	938.946	100,0%	413.739	100,0%	207.508	100,0%	126,9%	99,4%

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

De acordo com os diretores da Companhia o principal fator que afetou os resultados operacionais da Companhia, de forma material, foi a reestruturação do Grupo, efetuada com o propósito de simplificar a estrutura societária, no que tange a operação de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. A reestruturação consistiu na transferência, em 31 de outubro de 2017 pela JSL S.A. de 99,99% das quotas das empresas JSL Holding Financeira e Transrio, para a Vamos que passou a ser a controladora dessas empresas. Assim como, no que se refere a variação de 2015 para 2016, o principal fator foi a incorporação da empresa JP Tecnolimp S.A ("JP Tecnolimp") em agosto de 2016, anteriormente controlada pela JSL S.A, assim como a cisão parcial da Movida GTF, por meio do qual a controladora JSL S.A efetuou aumento de capital na Vamos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores da Companhia entendem que as variações positivas na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 estão principalmente relacionadas ao crescimento das atividades da Companhia através do aumento da base de clientes e aumento do número de contratos com os mesmos clientes.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foi constatado variações em nossas receitas diretamente decorrentes a modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Administração supervisiona a gestão dos riscos financeiros com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos referidos riscos financeiros.

Em decorrência dos financiamentos obtidos no último exercício social, um dos indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das dívidas da Companhia. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação negativa do CDI no último exercício social impactou positivamente a Companhia, bem como a redução do custo de dívida.

A Companhia possui ainda contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TJLP.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social e no exercício social corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação tanto pouco da variação de preços dos insumos e do câmbio.

Inflação: Enquanto pequenas variações no índice de inflação podem ser repassadas aos clientes da Companhia sem representar um impacto relevante sobre a demanda dos produtos que a Companhia vende, os Diretores da Companhia acreditam que um aumento significativo no índice de inflação possa afetar adversamente a demanda pelos produtos e serviços da Companhia, o que pode (i) prejudicar a confiança dos consumidores e (ii) afetar adversamente o poder de compra dos consumidores.

Risco de variações de taxas de câmbio: O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional do Grupo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais do Grupo, principalmente em Reais, mas também em Dólares Americanos. Esse empréstimo foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por um instrumento de swap, que troca a indexação cambial por CDI, limitando a exposição à eventuais perdas por variações cambiais.

Risco de taxas de juros: É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, do Grupo, sujeitas a taxas de juros.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2018, o Brasil viveu um ano de incertezas políticas geradas pela eleição presidencial em conjunto com uma conjuntura econômica desafiadora, a qual foi ainda mais impactada pela greve dos caminhoneiros que ocorreu no primeiro semestre do ano. Mesmo assim, a Companhia apresentou crescimento em todos os seus negócios, totalizando Receita Líquida equivalente a R\$938,9 milhões, o que representou crescimento de 126,9% em relação a 2017. A Companhia também apresentou crescimento nos resultados, registrando um Lucro Líquido de R\$ 112,9 milhões, um EBITDA de R\$432,5 milhões e margem EBITDA de 46,1% em 2018. Isso foi resultado da estratégia de expansão orgânica e consolidação da empresa adquirida (Borgato), tendo como destaque o crescimento do seu principal negócio: a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Em dezembro de 2018, o saldo da Receita futura contratada de locação ("Backlog") já totalizava R\$1,8 bilhão (+25,0% em relação a dezembro de 2017) e a frota total locada contava com 10.862 ativos.

Em 2019, a Companhia seguirá com a estratégia de crescimento e consolidação do seu modelo de negócios, com o objetivo de manter sua posição de liderança e explorar o mercado potencial para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os gestores da Vamos S.A. e JSL S.A. noticiaram entender que, para o melhor aproveitamento da sinergia de cada um dos negócios desenvolvidos dentro do conglomerado do qual fazem parte e que é, em sua totalidade, controlado pela JSL, a Vamos deve deter apenas participação em negócios relacionados à sua atividade principal, qual seja, locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor e prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva).

Como principal efeito desta cisão, em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia com a redução do capital no valor de R\$82.879 mil referente ao acervo líquido contábil composto de investimento na JSL Holding Financeira, transferida para a sua controladora JSL S.A. Dessa forma, o capital social da Companhia, que era de R\$565.696 mil passa a ser de R\$482.817 mil, dividido em 312.007 mil ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Como resultado da cisão, a Companhia deixa de atuar no segmento financeiro de arrendamento mercantil, e os resultados desta operação descontinuada são demonstrados a seguir.

(i) Resultado líquido das operações descontinuadas

A Companhia apresentou os seguintes resultados com as operações descontinuadas relativas às operações da JSL Holding Financeira:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	31.855	5.031
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(10.423)	(1.805)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	-
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(10.423)	(1.805)
(=) Lucro bruto	21.432	3.226
Despesas administrativas	(11.286)	(1.781)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	(35)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	10.175	1.410
Receitas financeiras	7.651	448
Despesas financeiras	(6.960)	(256)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.866	1.602
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.111)	(179)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(2.710)	(355)

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	(3.821)	(534)
(=) Lucro líquido do exercício	7.045	1.068

Numerador:

Lucro líquido do exercício	7.045	1.068
----------------------------	-------	-------

Denominador:

Média ponderada das ações ordinárias em circulação	336.585.27 3	159.833.62 9
Lucro líquido básico e diluído por ações - R\$	0,02093	0,00668

O resultado de operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 7.045 mil (R\$ 1.068 mil em 31 de dezembro de 2017) é totalmente atribuído à Companhia.

(ii) Fluxos de caixa proveniente das (utilizado nas) operações descontinuadas

	31/12/20 18	31/12/201 7
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(21.565)	11.351
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(251)	(2.473)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	10.000	22.990
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente de operações descontinuadas	(11.816)	31.868

(iii) Efeito da cisão sobre a posição financeira do Grupo

	Acervo líquido cindido – data base 31/12/2018
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	21.921
Títulos e valores mobiliários	77.144

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Contas a receber	101.071
Outros ativos	2.105
Total do ativo circulante	202.241
Não circulante	
Contas a receber LP	23
Imposto de renda e contribuição social diferidos	94
Total do ativo realizável a longo prazo	117
Imobilizado	1.392
Intangível	3.746
Total do ativo não circulante	5.255
Total do ativo	207.496
Passivo	
Circulante	
Cartões de credito a pagar	23.116
Letras de arrendamento mercantil	83.474
Tributos a recolher	2.860
Outras contas a pagar	15.167
Total do passivo circulante	124.617
Acervo líquido cindido	82.879

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Movimentações ocorridas durante o exercício de 2017

(i) Transferência de investimentos da Controladora JSL S.A.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Com o propósito de simplificar a estrutura societária, no que tange a operação de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados, em 31 de outubro de 2017 a Controladora JSL S.A. transferiu 99,99% das quotas das empresas JSL Holding Financeira e Transrio, para a Vamos que passou a ser a Controladora dessas empresas. O valor dos ativos e passivos transferidos estão demonstrados abaixo:

	Balanco Consolidado, data base 31/10/2017		
	Empresas origem		Empresa de destino
	Transrio	JSL Holding Financeira	Vamos
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	41.578	22.720	64.298
Títulos e valores mobiliários	-	16.847	16.847
Contas a receber	24.301	69.071	93.372
Estoques	42.845	-	42.845
Tributos a recuperar	3.880	248	4.128
Outros ativos circulantes	14.765	683	15.448
Total do ativo circulante	127.369	109.569	236.938
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.752	10.539	22.291
Imobilizado líquido	44.944	2.091	47.035
Intangível líquido	42.257	3.751	46.008
Outros ativos não circulantes	22.162	-	22.162
Total do ativo não circulante	121.115	16.381	137.496
Total do ativo	248.484	125.950	374.434
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.025	-	4.025
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	623	623
Outros passivos circulantes	68.144	51.459	119.603
Total do passivo circulante	72.169	52.082	124.251

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Empréstimos e financiamentos	20.390	-	20.390
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	8.630	8.630
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.027	-	2.027
Total do passivo não circulante	22.417	8.630	31.047
Patrimônio líquido			
Capital social	181.886	55.709	237.595
Prejuízos acumulados	(27.988)	(3.943)	(31.931)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	13.472	13.472
Total do patrimônio líquido	153.898	65.238	219.136
Total do passivo e patrimônio líquido	248.484	125.950	374.434

(ii) Aquisição das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. (em conjunto denominadas "Sociedades Borgato"). Esta aquisição está em linha com a estratégia de crescimento da Vamos no segmento de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas, esperando assim uma sinergia com seu atual portfólio.

Como principal efeito desta aquisição, a Companhia aumentará a sua participação no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, esperando assim uma sinergia com seu atual portfólio.

O valor da transação foi de R\$ 224.116 mil, pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores das contraprestações
Depósito em Garantia (i)	20.000
Valor a pagar em parcelas (ii)	93.203
Valor pago com ações da Controladora (iii)	110.913
Preço total (contraprestação), conforme contrato	224.116

- (i) O montante de R\$ 20.000 mil ficará retido pelo prazo de cinco anos como garantia de eventuais contingências ("Escrow") e está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas". Cabe destacar que os valores referentes à Escrow foram revertidos em 2018;
- (ii) O referido valor está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" a ser pago em 58 parcelas até agosto de 2022, sendo que do total a pagar, apenas R\$ 50.000 mil serão atualizados com base em 100% do CDI;

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

- (iii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi avaliado utilizando a metodologia de rentabilidade futura, que se baseia na análise retrospectiva, na projeção de cenários e em fluxos de caixa descontados, o qual está suportado por laudo de avaliação. Para este montante foram emitidas 31.937 mil ações ordinárias.

Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	34.953	-	34.953
Contas a receber	49.264	-	49.264
Estoques	48.730	-	48.730
Imobilizado	280.264	4.171	284.435
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	19.311	(1.513)	17.798
Carteira de clientes	-	25.900	25.900
Acordo de não competição	-	2.300	2.300
Marca	-	4.300	4.300
Outros ativos	55.570	-	55.570
Total do ativo	488.092	35.158	523.250
Passivo			
Fornecedores	48.168	-	48.168
Empréstimos e financiamentos	292.949	-	292.949

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Arrendamentos financeiros a pagar	9.282	-	9.282
Demais passivos	31.694	-	31.694
Total do passivo	382.093	-	382.093
Total do ativo líquido			141.157
Valor justo da contraprestação paga			224.116
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)			(82.959)

Resultou da aquisição o montante de R\$ 35.158 mil relativo a mais-valia dos ativos líquidos adquiridos, composto por R\$ 2.658 mil decorrente de ajuste a valor justo do ativo imobilizado e R\$ 32.500 mil de ativos intangíveis líquidos identificados e alocados como carteira de clientes, acordo de não competição e marca. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado na operação é de R\$ 82.959 mil.

Esta combinação de negócios não contribuiu para o resultado da Vamos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pois, como mencionado acima, a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017. Se a aquisição das Sociedades Borgato tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017, as receitas líquidas consolidadas para este ano seriam aumentadas em R\$ 258.613 mil e o lucro líquido Consolidado do exercício seria aumentado em R\$ 5.131 mil.

(i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método <i>relief-from-royalty</i> e método <i>multi-period excess earnings</i> : o método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Valor pago com ações da Controladora	Método de rentabilidade futura, baseado em projeções de cinco anos (15,4% de taxa de crescimento média para EBITDA e 4,0% na perpetuidade) e fluxos de caixa descontados (<i>WACC</i> de 13,6%), é suportado por um relatório de avaliação.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(ii) Custo aquisição

A Vamos incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 434 mil referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

Movimentação ocorrida durante o exercício de 2018

(iii) Recompra de ações das Sociedades Borgato

Conforme mencionado acima, em 22 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A. ("Sociedades Borgato"). A contraprestação pela participação adquirida foi composta por uma parte a pagar em dinheiro de forma parcelada, garantida em conta "*Escrow*", e outra parte paga com 9% de participação com ações da Vamos.

Em 08 de junho de 2018 a Companhia, em conjunto com a JSL S.A., firmou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra das ações representando os 9% de sua participação na Vamos pelo valor de R\$ 115.000 mil. O valor foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela de R\$ 20.807 mil em que a JSL S.A. entregou 3.037.500 ações suas e aumentou sua participação na Vamos de 91% para 99.99%; e (ii) a Vamos recomprou o restante das ações pelo valor de R\$ 94.193 mil, registradas como ações em tesouraria, sendo pagos em ações da Movida Participações S.A., no valor de R\$ 26.067 mil, adquiridas da JSL S.A. e entregue aos antigos sócios da Sociedade Borgato, contabilizado na rubrica "partes relacionadas", e R\$ 68.126 mil (R\$ 66.631 mil ajustado a valor presente) a pagar em parcelas anuais, iniciando em janeiro de 2019 até 2021, corrigidas pelo CDI, registrado na rubrica "obrigações a pagar por aquisição de empresas".

Ainda como parte da negociação, foram pagas, até 11 de junho de 2018, as obrigações por aquisições de empresas no valor de R\$ 103.622 mil (R\$ 103.147 mil a pagar em 31 de dezembro de 2017), referente a combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças contábeis significativas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016. As alterações ocorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 estão descritas no item (b) elencado abaixo.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção da CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e nas demonstrações dos resultados do Grupo, já o efeito da adoção da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

Novos Pronunciamentos			
Ativos	Divulgado 31/12/2017	Ajustes calculados CPC 48 / IFRS 9	Valor Calculado em 01/01/2018
Contas a receber	240.860	-	240.860
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(35.583)	(4.081)	(39.664)
Despesas antecipadas	3.863	-	3.863
Outros ativos circulantes	372.835	-	372.835
Total dos ativos circulantes	581.975	(4.081)	577.894
Contas a receber	22.272	-	22.272
Outros ativos não circulantes	1.406.520	-	1.406.520
Total dos ativos não circulantes	1.428.792	-	1.428.792
Total dos ativos	2.010.767	(4.081)	2.006.686
Passivo			
Outros passivos circulantes	561.412	-	561.412

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Total do passivo circulante	561.412	-	561.412
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.337	(1.387)	102.950
Outros passivos não circulantes	650.853	-	650.853
Total do passivo não circulante	755.190	(1.387)	753.803
Patrimônio líquido			
Capital social	565.696	-	565.696
Reserva de capital	23.639	-	23.639
Reserva de lucros	104.830	(2.694)	102.136
Total do patrimônio líquido	694.165	(2.694)	691.471
Total	2.010.767	(4.081)	2.006.686

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo fez a opção pela adoção do método retrospectivo modificado e, dessa forma, não será requerido a reapresentar saldos comparativos anteriores ao exercício apresentado.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

A adoção deste pronunciamento resultou na seguinte principal mudança das políticas contábeis:

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
	O Grupo possui custos com comissão de vendas, em consequência dos contratos com clientes.	O CPC 47 / IFRS 15 define custos incrementais como custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido e orienta que tais custos deverão ser ativados quando forem recuperáveis, seja de forma direta ou indireta.
Capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato.	Atualmente, o Grupo tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato no momento em que eles são incorridos.	Dessa forma o Grupo reconhecerá estes gastos como um ativo de contrato, já que a recuperação das despesas é esperada. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que eram contabilizados quando incorridos, serão capitalizados e diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em 1º de janeiro de 2018, o Grupo adotou a aplicação inicial da nova norma contábil CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. As mudanças nas políticas e ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram realizados de forma prospectiva (efeitos apresentados no patrimônio líquido).

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

O Grupo realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e classificou seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A tabela a seguir e os itens abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Não houve alteração da categoria de 'outros passivos financeiros' para os passivos financeiros do Grupo.

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2017 - CPC 38 / IAS 39				1º de janeiro de 2018 - CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor justo por meio de resultado (i)	Mantidos até o vencimento (iii)	Empréstimos e recebíveis (ii)	Total	Ativo ao valor justo por meio de resultado (i)	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	112.814	-	4.234	117.048	112.814	4.234	117.048
Títulos e valores mobiliários	104.079	4.378	-	108.457	104.079	4.378	108.457
Contas a receber	-	-	227.549	227.549	-	227.549	227.549
Fundo para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	4.865	4.865	-	4.865	4.865
Total	216.893	4.378	256.583	477.854	216.893	260.961	477.854

(i) Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado (VJR)

As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria. Esses instrumentos financeiros foram designados como mensurado a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48 / IFRS 9.

(ii) Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, partes relacionadas, fundo para capitalização de concessionárias e outros créditos que anteriormente eram classificados como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis", e consequentemente, mensurados pela taxa efetiva de juros, foram avaliados de acordo com a nova norma IFRS 9 / CPC 48, e classificados como custo amortizado.

(iii) Reclassificação de mantidos até o vencimento para custo amortizado

As outras aplicações financeiras que anteriormente estavam classificados como "mantidos até o vencimento", agora são classificadas pelo custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

O novo modelo de redução ao valor recuperável possui duas abordagens, na qual a provisão é mensurada de acordo com as perdas esperadas para 12 (doze) meses ou perdas esperadas para vida inteira do ativo financeiro. A base de provisão dependerá da análise do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Para recebíveis comerciais e ativos contratuais que resultam em transações no escopo da CPC 47 / IFRS 15 e que não possuam um componente significativo de financiamento, o CPC 48 / IFRS 9 permite como expediente prático, a aplicação de um modelo simplificado, no qual as perdas esperadas são reconhecidas pela vida inteira do ativo financeiro.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases presentes nos relatórios do auditor referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia informam que mantém a prática da revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as incluídas na legislação societária, nos pronunciamentos técnicos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), e aprovada pela CVM.

Portanto, informam que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício e potenciais alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

Os Diretores da Companhia informam que julgamentos, estimativas e premissas contábeis a seguir apresentados são significativas:

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nos seguintes itens:

- i) Consolidação e combinação de negócio: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- ii) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- iii) Classificação de arrendamento mercantil;
- iv) Receita de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo.

a.1 Reconhecimento da receita de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviço

No curso normal de renovação de suas frotas, o Grupo Vamos efetua a venda de ativos (veículos, máquinas e equipamentos pesados) utilizados na prestação de serviços. O reconhecimento da receita requer um controle minucioso para identificar o momento em que o Grupo Vamos transfere tal controle sobre os serviços e/ou ativos ao cliente e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo. O reconhecimento da receita envolve controles auxiliares na determinação do momento em que o controle é transferido para a contraparte e julgamento da administração para determinar o momento em que o Grupo Vamos deixa de manter envolvimento na gestão do ativo.

b. Estimativas e premissas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nos seguintes itens:

- i) Imobilizado (premissas em relação à definição do valor residual e da vida útil);
- ii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – *impairment* (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- iii) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber – (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

10.5 - Políticas contábeis críticas

- iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos (recuperabilidade futura e período de realização);
- v) Provisão para demandas judiciais e administrativas (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

b.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Vamos possui ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e fundos de comércio registrados na rubrica de "intangíveis". Para a avaliação da recuperabilidade dos ágios e do fundo de comércio são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros. O Grupo Vamos avalia anualmente a projeção desses fluxos de caixa futuros, bem como as premissas que os determinam, tais como volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de descontos. Alterações nas premissas significativas utilizadas podem afetar de forma relevante as demonstrações financeiras

b.2 Impostos

O Grupo Vamos possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados como recuperáveis com base em projeções realizadas sobre a geração de lucros tributáveis futuros. O Grupo Vamos utiliza-se de certas premissas e julgamentos significativos na determinação do lucro tributável futuro, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos, as taxas de desconto, bem como a determinação do prazo de utilização e interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos.

b.3 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, o valor justo de ativos é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros

b.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada. A Companhia tem como política a constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes de acordo com "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

b.5 Vida útil e valor residual

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Vamos possui imobilizado relativo a veículos, máquinas e equipamentos. O Grupo Vamos revisa anualmente as premissas utilizadas para determinar a

10.5 - Políticas contábeis críticas

estimativa de vida útil econômica dos ativos. Adicionalmente, o Grupo Vamos utiliza premissas e julgamentos significativos para determinar o valor residual estimado na venda dos ativos de locação. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Grupo Vamos como arrendatário

O Grupo Vamos possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

Os principais itens que compõem os arrendamentos mercantis operacionais em que o grupo é arrendatário são 36 imóveis alugados de terceiros para sediar as operações de concessionárias da marca MAM e Valtra, nos estados de São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Minas Gerais, Sergipe, Tocantins, Pernambuco e Paraná.

Grupo Vamos como arrendador

Adicionalmente, o Grupo Vamos possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional com prazos de vencimento até 2022. Esses contratos normalmente duram de 1 a 10 anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Esses contratos de prestação de serviços referem-se à contratos de locação de veículos pesados (caminhões, carretas, cavalos) aos clientes.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Em dezembro de 2017 a Companhia efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado.

A Companhia será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida foi de R\$ 40.077, o valor recebido pela Companhia foi de R\$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Grupo como arrendatário

Conforme descrito no item 10.6 deste Formulário de Referência, a Companhia possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R\$ 12.414 mil (R\$ 1.786 mil em 31 de dezembro de 2017). Os pagamentos mínimos futuros são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Obrigações futuras de arrendamentos operacionais	11.455	11.454	11.432	10.394	72.494	117.229

Grupo como arrendador

Conforme descrito no item 10.6 deste documento, o Grupo possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional com prazos de vencimento até 2022. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Obrigações futuras de arrendamentos operacionais	540.735	430.568	341.153	241.744	130.755	101.600	1.786.555

Cessão de direitos creditórios

Como mencionado no item 10.6 (a) (ii), em dezembro de 2017 a Companhia efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado.

O valor futuro da carteira cedida foi de R\$40.077, o valor recebido pela Companhia foi de R\$30.214 e os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, os pagamentos futuros desse item são conforme abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Total
Pagamentos futuros	8.015	12.706	12.706	33.427

(b) Natureza e o propósito da operação

Os aluguéis de imóveis são contratados com o objetivo de serem utilizados para o exercício das atividades operacionais da Companhia.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide item 10.7(a) acima.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2018, foram investidos R\$478 milhões, sendo composto principalmente por R\$322 milhões investidos na aquisição de Veículos, incluindo caminhões, carretas e cavalos mecânicos, e R\$156 milhões investidos na aquisição de Máquinas e Equipamentos. Tais investimentos são parte do ciclo do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o principal segmento da empresa, e referem-se à aquisição de ativos a serem entregues a clientes que assinaram o contrato de locação de longo prazo com a Companhia.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é caracterizada pela necessidade de uso intensivo de capital e, dessa forma, o acesso ao mercado financeiro e de capitais é fundamental para financiar a expansão e renovação da frota. Atualmente, a principal fonte de financiamento dos investimentos da Companhia são as linhas de repasse do BNDES, via contrato FINAME. A Companhia também utiliza de recursos próprios para financiar seus investimentos, porém em menor escala.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos que não estejam no curso normal das operações da Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável à Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável à Companhia, uma vez que não há previsão de introdução de novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

A tabela abaixo contém algumas das principais informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas carve-out, para os exercícios findos em 2018, 2017 e 2016, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e, também, com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis do Grupo Vamos, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde 1º de janeiro de 2016, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil" – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF" – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A.).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out não consolida o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding Financeira e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding Financeira e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A.

A Companhia acredita que as informações financeiras combinadas carve-out demonstram o melhor entendimento da sua performance financeira.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

Abaixo a Companhia apresenta as principais métricas financeira e de liquidez para avaliação de seu negócio, as quais revisadas regularmente pela administração da Companhia:

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Patrimônio Líquido	642.964	709.320	437.651
Receita Líquida	983.290	674.756	628.980
Lucro Líquido de operações continuadas	116.274	92.584	77.875
EBITDA (i)	452.175	304.993	272.475
Margens EBITDA (ii)	46,0%	45,2%	43,3%
Dívida bruta (iii)	934.922	830.839	645.960
Dívida líquida (iv)	863.390	656.108	550.334
Caixa e equivalente de caixa	58.605	83.311	34.220
Títulos e valores mobiliários	8.047	91.420	61.406
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	-	-
Alavancagem Líquida	1,91	2,15	2,02

(i) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM

10.9 - Outros fatores com influência relevante

- Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ajustado pelo Total do Imposto de Renda e contribuição social, Resultado Financeiro Líquido e Depreciação e Amortização.
- (ii) A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.
 - (iii) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes.
 - (iv) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como saldo de risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (em conjunto "Dívida Bruta"), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada. A Administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

a. Estrutura de Capital

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	1.448.512	1.269.883	848.958
Patrimônio líquido (capital próprio)	642.964	709.320	437.651
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	2.091.476	1.979.203	1.286.609
Parcela de capital de terceiros	69,3%	64,2%	66,0%
Parcela de capital próprio	30,7%	35,8%	34,0%

(Em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Caixa e aplicações financeiras	71.532	174.731	95.626
Dívida bruta de curto prazo	204.310	244.240	135.300
Dívida bruta de longo prazo	730.612	586.599	510.660
Dívida Bruta (i)	934.922	830.839	645.960
Dívida líquida (ii)	863.390	656.108	550.334

- (i) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes.
- (ii) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a Dívida Bruta, subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

(Em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Alavancagem Líquida (i)	1,91x	2,15x	2,02x

- (i) A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do nosso endividamento, em determinado período, em relação ao nosso resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Em 2018, a Dívida Bruta da Companhia registrou R\$934.922 mil, composto principalmente pelas linhas do Balanço Combinado Carve-out de Empréstimos e Financiamentos, cujo montante de endividamento refere-se, em sua maioria, à Dívida Operacional fonte de financiamento na aquisição de seus 10.862 ativos do negócio de locação. Além disso, a Companhia realizou uma captação de em torno de R\$150 milhões, via uma linha de crédito internacional (4131) e, simultaneamente, realizou a trava cambial desse montante com instrumentos derivativos. As linhas de Caixa e Aplicações Financeiras somaram R\$71.532 mil, apresentando uma redução de 59,1% na comparação anual. Isso se deve, principalmente, ao fato de que no final de 2017 houve um aumento de caixa, através de um aumento de capital pela JSL, para a aquisição das Sociedades Borgato, o qual foi desembolsado apenas no início de 2018.

O Patrimônio Líquido, por sua vez, totalizou R\$642.964 mil em 2018, R\$709.320 mil em 2017 e R\$437.651 mil em 2016. A redução de 9,4% no Patrimônio Líquido em 2018 em relação à 2017, deve-se à recompra da participação da família Borgato na Vamos, em junho de 2018, no valor de R\$94 milhões.

Vale ressaltar que o Patrimônio Líquido de 2017 foi impactado pelo aumento de capital social no valor de R\$113 milhões em 21 de dezembro de 2017 em decorrência da emissão de ações da Companhia dadas como contraprestação na aquisição da Borgato.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

31/12/2018					
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos Financeiros					
Fornecedores	83.032	83.032	83.032	-	-
Floor plan	53.413	53.413	53.413	-	-
Empréstimos e financiamentos	889.986	1.003.532	236.192	537.803	229.537
Arrendamentos financeiros a pagar	44.936	49.208	19.243	29.825	140
Partes relacionadas	26.067	26.067	26.067	-	-
Cessão de direitos creditórios	24.171	33.427	8.015	12.706	12.706
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	72.434	35.436	18.499	18.499
Outras contas a pagar	3.470	3.470	3.470	-	-

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Total	1.193.119	1.324.583	464.868	598.833	260.882
--------------	------------------	------------------	----------------	----------------	----------------

a. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo Vamos, que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo Vamos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios do Grupo Vamos foram divididos em 2 segmentos operacionais: Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e Locação de caminhões, máquinas e equipamentos. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

- a) Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;
- b) Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados e gestão de frotas.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao país sede do Grupo Vamos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

Receita por segmento								
	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	624.020	63,5%	444.525	65,9%	417.913	66,4%	40,4%	6,4%
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	391.327	39,8%	231.211	34,3%	211.067	33,6%	69,3%	9,5%
Eliminações	(32.057)	-3,3%	(980)	-0,1%	-	0,0%	3171,1%	-
Receita Líquida	983.290	100,0%	674.756	100,0%	628.980	100,0%	45,7%	7,3%

b. Alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras**COMPARAÇÃO DE RESULTADOS OPERACIONAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

10.9 - Outros fatores com influência relevante

(Em milhares de R\$, exceto índices)	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Receita Líquida	983.290	100,0 %	674.756	100,0 %	628.980	100,0 %	308.534	45.776
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(552.881)	-56,2%	(327.114)	-48,5%	(336.043)	-53,4%	(225.767)	8.929
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(97.774)	-9,9%	(67.903)	-10,1%	(47.618)	-7,6%	(29.871)	(20.285)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(650.655)	- 66,2%	(395.017)	- 58,5%	(383.661)	- 61,0%	(255.638)	(11.356)
(=) Lucro bruto	332.635	33,8%	279.739	41,5%	245.319	39,0%	52.896	34.420
Despesas Gerais Administrativas	(117.471)	- 11,9%	(106.562)	- 15,8%	(91.210)	- 14,5%	(10.909)	(15.352)
Despesas comerciais	(22.533)	-2,3%	(15.951)	-2,4%	(15.126)	-2,4%	(6.582)	(825)
Despesas administrativas	(85.805)	-8,7%	(65.141)	-9,7%	(55.973)	8,9%	(20.664)	(9.168)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(9.133)	-0,9%	(25.470)	-3,8%	(20.111)	3,2%	16.337	(5.359)
Outras receitas operacionais, líquidas	18.549	1,9%	7.773	1,2%	1.927	0,3%	10.776	5.846
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	233.713	23,8%	180.950	26,8%	156.036	24,8%	52.763	24.914
Receitas financeiras	17.871	1,8%	12.032	1,8%	13.605	2,2%	5.839	(1.573)
Despesas financeiras	(84.494)	-8,6%	(57.253)	-8,5%	(49.523)	-7,9%	(27.241)	(7.730)
(=) Resultado financeiro líquido	(66.623)	-6,8%	(45.221)	-6,7%	(35.918)	-5,7%	(21.402)	(9.303)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	167.090	17,0%	135.729	20,1%	120.118	19,1%	31.361	15.611
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(18.447)	-1,9%	(21.191)	-3,1%	(23.558)	-3,7%	2.744	2.367

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Imposto de renda e contribuição social - diferido	(32.369)	-3,3%	(21.954)	-3,3%	(18.685)	-3,0%	(10.415)	(3.269)
---	----------	-------	----------	-------	----------	-------	----------	---------

(=) Total do imposto de renda e contribuição social	(50.816)	-5,2%	(43.145)	-6,4%	(42.243)	-6,7%	(7.671)	(902)
--	-----------------	--------------	-----------------	--------------	-----------------	--------------	----------------	--------------

(=) Lucro líquido do exercício	116.274	11,8%	92.584	13,7%	77.875	12,4%	23.690	14.709
---	----------------	--------------	---------------	--------------	---------------	--------------	---------------	---------------

Receita líquida

Receita líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$983.290 mil comparativamente a R\$674.756 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$308.534 mil ou 45,7%. Essa receita de 31 de dezembro de 2018, antes das eliminações, foi composta por R\$624.020 mil de receita do segmento de Locação e por R\$391.327 milhões do segmento de Concessionárias. O crescimento expressivo na Receita Líquida, antes das eliminações, é resultado do crescimento em todos os segmentos da Companhia, onde destacamos:

- (i) A expansão do segmento de locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, que apresentou aumento de 40,4% na comparação anual. Este crescimento é explicado pelo aumento orgânico da Receita Líquida de locação na comparação anual, e também pela consolidação do segmento de locação das Sociedades Borgato em dezembro de 2017. No ano de 2018, totalizamos 331 contratos com clientes de diversos setores da economia, tais como, o agronegócio, energia, transporte e alimentos, que geraram uma receita futura contratada ("backlog") de R\$1,8 bilhão em dezembro de 2018 comparado à R\$1,4 bilhão em dezembro de 2017, um aumento de 25,0%.
- (ii) A maior representatividade do segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, devido à consolidação das 15 concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, através da aquisição das sociedades Borgato; e devido ao crescimento da Receita nas concessionárias de caminhões e ônibus da marca Volkswagen/Man. Com isso, a receita líquida do segmento de concessionárias apresentou crescimento de 69,3% na comparação anual, passando de R\$231.211 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$391.327 mil em 31 de dezembro de 2018.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$650.655 mil comparativamente a R\$395.017 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$255.638 mil ou 64,7% devido:

- (i) Aumento de R\$179.826 mil em 2017 para R\$308.474 mil, ou seja, R\$128.648 mil dos custos das vendas, locações e prestação de serviços para o segmento de Concessionárias devido à consolidação das concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra em 2018.
- (ii) Aumento de R\$148.268 mil em 2017 para R\$270.590 mil, ou seja, R\$122.322 mil dos custos das vendas, locações e prestação de serviços para o segmento de Locação atribuído, principalmente, ao crescimento da depreciação de máquinas e equipamentos de R\$122.113 em 2017 para R\$209.512 mil em 2018, ou seja, R\$87.399 mil, explicado pela consolidação dos resultados da Borgato que possuem proporcionalmente maior quantidade de máquinas e equipamentos em sua frota.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Também houve um crescimento de R\$67.903 mil em 2017 para R\$97.774 em 2018 dos custos de venda de ativos desmobilizados devido ao maior volume de desmobilizações, principalmente, no segmento de locação.

Lucro bruto

Lucro bruto no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$332.635 mil comparativamente a R\$279.739 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$52.896 mil ou 18,9%. A margem bruta foi de 33,8% e 41,5% nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, devido a:

- (i) Uma redução na margem bruta do segmento de Locação de 51,5% em 2017 para 40,2% em 2018 devido ao aumento da depreciação de veículos e máquinas e equipamentos para uso nas operações e maior volume de desmobilização; e
- (ii) Crescimento da participação do segmento de concessionárias de 34,2% em 2017 para 38,5% em 2018 sobre as receitas líquidas antes das eliminações enquanto a margem bruta do segmento de Concessionárias permaneceu estável em 21,9% em 2017 e 20,9% em 2018.

O segmento de concessionárias, possui historicamente margens menores comparadas ao negócio de locação, impactando de forma negativa a margem consolidada da Companhia conforme o aumento de representatividade na Receita. Vale ressaltar que o segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos é estrategicamente importante para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitirem maior eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$117.471 mil comparativamente a R\$106.562 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$10.909 mil ou 10,2%. O crescimento das despesas administrativas e comerciais é atribuído principalmente aos maiores gastos com pessoal administrativo e comercial de R\$37.787 em 2017 para R\$58.297 mil em 2018, parcialmente, compensados pela redução de R\$16.337 mil na linha de Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato, a qual foi impactada em 2017 por um contrato específico com um cliente que entrou em recuperação judicial. As despesas gerais e administrativas em relação à Receita Líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 representaram 11,9% comparativamente a 15,8% no mesmo período de 2017, com uma variação de 3,9 p.p.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$18.549 mil comparativamente a R\$7.773 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$10.776 mil ou 138,6%. Os principais componentes dessa linha que explicam a variação em 2018 foram: (i) créditos extemporâneos de PIS/COFINS no valor de R\$5.406 mil; e (ii) resultado na venda de ativo não operacional no valor de R\$2.175 mil. Vale ressaltar que a linha de outras receitas operacionais líquidas representou 1,9% e 1,2% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, não gerando impacto significativo para os resultados da Companhia.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$66.623 mil comparativamente a R\$45.221 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$21.402 mil ou 47,3%. Este aumento é atribuído substancialmente pelo crescimento da despesa total

10.9 - Outros fatores com influência relevante

do serviço da dívida de R\$57.148 mil para R\$71.170 mil, ou seja, R\$14.022 mil devido, principalmente, a captação de empréstimos e financiamentos para expansão do negócio de locação, que aumentou a dívida líquida da Companhia no período para a aquisição de frota. Resultado financeiro, líquido representou 6,8% e 6,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, ficando relativamente estável na comparação.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$167.090 mil comparativamente a R\$135.729 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$31.361 mil ou 23,1%. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 17,0% e 20,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente. Esta queda é atribuída principalmente aos fatores mencionados na redução da margem bruta.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$50.816 mil comparativamente a R\$43.145 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$7.671 milhões ou 17,8% e a alíquota efetiva de imposto de renda variou para 30,4% em 31 de dezembro de 2018 de 31,8% em 31 de dezembro de 2017. O aumento da despesa do imposto de renda e contribuição social deve-se, principalmente, ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$135.729 mil em 2017 para R\$167.090 mil em 2018, sendo que a redução na alíquota efetiva é devido ao crédito gerado pelos Juros sobre capital próprio ("JCP") em 2018, que foi de R\$6.800 mil comparado a R\$4.333 mil em 2017.

Lucro do exercício

Lucro do exercício no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$116.274 mil comparativamente a R\$92.584 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R\$23.690 mil ou 25,6%. O aumento foi principalmente devido ao segmento de locação, mas também pelo crescimento no segmento das concessionárias. A margem líquida, considerando o Lucro do exercício das operações continuadas, foi de 11,8% e 13,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta queda é devida aos fatores mencionados na redução da margem bruta.

COMPARAÇÃO DE RESULTADOS OPERACIONAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Receita líquida

Receita líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$674.756 mil comparativamente a R\$628.980 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$45.776 mil ou 7,3% devido:

- (i) Ao crescimento da receita líquida do segmento de locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, antes das eliminações, de R\$417.913 mil em 2016 para R\$444.525 mil em 2017, ou seja, R\$26.612 mil, ou 6,4%, devido ao crescimento orgânico, com o fechamento de novos negócios neste segmento. Em dezembro de 2017, apresentamos uma receita futura contratada ("backlog") de R\$1,4 bilhão comparado à R\$1,3 bilhão em dezembro de 2016, um aumento de 9,0%.
- (ii) A receita líquida do segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, antes das eliminações, cresceu de R\$211.067 em 2016 para R\$231.211 em 2017, ou seja, R\$20.144 mil, ou 9,5%, devido ao crescimento da Receita nas concessionárias de caminhões e ônibus da marca Volkswagen/Man.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$395.017 mil comparativamente a R\$383.661 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$11.356 mil ou 3,0% devido:

- (i) Aumento, de R\$160.860 mil em 2016 para R\$179.826 mil em 2017 dos custos do segmento de concessionárias, ou R\$18.966, devido ao crescimento dos custos nas vendas de veículos novos de R\$89.305 mil em 2016 para R\$114.651 mil em 2017.
- (ii) Queda, de R\$175.183 mil em 2016 para R\$148.268 mil, ou R\$26.915 mil dos custos das vendas, locação e prestação de serviços para o segmento de Locação atribuído, principalmente, à redução dos valores alugados de veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de locação de R\$48.528 mil em 2016 para R\$27.540 mil em 2017, e maiores utilizações do crédito de recuperação de PIS e COFINS de R\$10.357 em 2016 para R\$23.146 em 2017.

Também, houve um crescimento de R\$47.618 mil em 2016 para R\$67.903 mil em 2017 dos custos com a venda de ativos desmobilizados devido ao maior volume de desmobilizações, principalmente, no segmento de locações.

Lucro bruto

Lucro bruto no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$279.739 mil comparativamente a R\$245.319 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$34.420 mil ou 14,0%. A margem bruta representou 41,5% e 39,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, apresentando aumento de 2,5p.p. Tal melhora veio do segmento de Locação de caminhões, máquinas e equipamentos cuja margem bruta do segmento de Locação foi de 47,3% em 2016 e 51,5% em 2017, enquanto, a margem bruta do segmento de Concessionárias permaneceu estável em 22,5% em 2016 e 21,9% em 2017.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$106.562 mil comparativamente a R\$91.210 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$15.352 mil ou 16,8%. Esse aumento foi principalmente devido à variação das despesas administrativas de R\$55.973 mil em 2016 para R\$65.141 mil em 2017 devido ao crescimento dos gastos com pessoal administrativo de R\$23.217 mil em 2016 para R\$28.516 mil em 2017, devido ao crescimento da Companhia. Também, houve um crescimento de R\$20.111 mil em 2016 para R\$25.470 mil das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, as quais foram impactadas em 2017 por um contrato específico com um cliente que entrou em recuperação judicial. Essa linha representou 15,8% e 14,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$7.773 mil comparativamente a R\$1.927 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$5.846 mil ou 303,4% devido ao registro de créditos extemporâneos de R\$2.489 mil em 2017. A linha de outras receitas operacionais líquidas representou 1,2% e 0,3% da receita líquida nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, não sendo significativo para o resultado da empresa no período.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$45.221 mil comparativamente a R\$35.918 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de

10.9 - Outros fatores com influência relevante

R\$9.303 mil ou 25,9%. Este aumento é atribuído ao crescimento da despesa total do serviço da dívida de R\$48.410 mil em 2016 para R\$57.148 mil em 2017 devido a captações de empréstimos e financiamentos para a expansão dos negócios de locação da Companhia em 2017 devido a aquisição de frota. Além disso, houve uma redução da receita de juros recebidos de R\$7.692 mil em 2016 para R\$3.045 mil em 2017. Resultado financeiro, líquido representou 6,7% e 5,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$135.729 mil comparativamente a R\$120.118 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$15.611 mil ou 13,0%. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 20,1% e 19,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente, apresentando ligeira melhora de 1,0 p.p. devido aos fatores explicados nos itens acima.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$43.145 mil comparativamente a R\$42.243 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$902 mil ou 2,1%. A alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social foi de 31,8% e 35,2% nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. O aumento da despesa do imposto de renda e contribuição social deve-se, principalmente, ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$120.118 mil em 2016 para R\$135.729 mil em 2017, sendo que a redução na alíquota efetiva se refere ao crédito gerado pelo Juros sobre capital próprio ("JCP") em 2017 de R\$4.333 mil.

Lucro do exercício

Lucro do exercício no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$92.584 mil comparativamente a R\$77.875 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R\$14.709 mil ou 18,9%. E a margem líquida representou 13,7% e 12,4% da receita líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. O aumento do Lucro Líquido é atribuído principalmente ao crescimento do negócio de locação.

Balancos Patrimoniais

Balanco Patrimonial								
Valores em milhares de R\$	31/12/ 18	AV	31/12/ 17	AV	31/12/ 16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
ATIVO	2.091.476	100,0 %	1.979.203	100,0 %	1.286.609	100,0 %	5,7%	53,8 %
Circulante	466.034	22,3 %	485.720	24,5 %	282.706	22,0 %	-4%	72%
Caixa e equivalentes de caixa	58.605	2,8%	83.311	4,2%	34.220	2,7%	-30%	143%
Títulos e valores mobiliários	7.253	0,3%	87.042	4,4%	61.406	4,8%	-92%	42%
Contas a receber	166.822	8,0%	154.080	7,8%	108.958	8,5%	8%	41%
Estoques	101.930	4,9%	85.130	4,3%	39.580	3,1%	20%	115%
Tributos a recuperar	11.406	0,5%	8.223	0,4%	3.063	0,2%	39%	168%

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Imposto de renda e contribuição social a recuperar	17.875	0,9%	13.924	0,7%	7.389	0,6%	28%	88%
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	61.972	3,0%	35.319	1,8%	21.459	1,7%	75%	65%
Despesas antecipadas	7.505	0,4%	3.878	0,2%	365	0,0%	94%	962%
Adiantamentos a terceiros	16.932	0,8%	8.976	0,5%	4.353	0,3%	89%	106%
Outros créditos	15.734	0,8%	5.837	0,3%	1.913	0,1%	170%	205%
Não Circulante	1.625.442	77,7 %	1.493.483	75,5 %	1.003.903	78,0 %	9%	49%
Realizável a Longo Prazo	74.483	3,6%	74.597	3,8%	51.493	4,0%	0%	45%
Títulos e valores mobiliários	794	0,0%	4.378	0,2%	-	0,0%	-82%	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Contas a receber	14.189	0,7%	20.886	1,1%	-	0,0%	-32%	-
Fundo para capitalização de concessionárias	23.477	1,1%	19.935	1,0%	33.000	2,6%	18%	-40%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.594	1,2%	23.953	1,2%	16.367	1,3%	3%	46%
Depósitos judiciais	4.648	0,2%	3.198	0,2%	1.870	0,1%	45%	71%
Outros créditos	1.901	0,1%	2.247	0,1%	256	0,0%	-15%	778%
Imobilizado	1.385.822	66,3 %	1.250.379	63,2 %	910.199	70,7 %	11%	37%
Intangível	165.137	7,9%	168.507	8,5%	42.211	3,3%	-2%	299%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.091.476	100,0 %	1.979.203	100,0 %	1.286.609	100,0 %	5,7%	53,8 %
Circulante	528.125	25,3 %	501.735	25,4 %	306.350	23,8 %	5%	64%
Fornecedores	83.032	4,0%	99.439	5,0%	78.844	6,1%	-16%	26%
Floor Plan	53.413	2,6%	38.333	1,9%	53.539	4,2%	39%	-28%
Risco sacado a pagar - montadoras	-	0,0%	2.860	0,1%	0	0,0%	-100%	-
Empréstimos e financiamentos	189.109	9,0%	227.043	11,5%	127.831	9,9%	-17%	78%
Arrendamentos financeiros a pagar	15.201	0,7%	14.337	0,7%	7.469	0,6%	6%	92%
Partes relacionadas	26.067	1,2%	43	0,0%	3	0,0%	60521 %	1333 %
Cessão de direitos creditórios	7.410	0,4%	6.043	0,3%	0	0,0%	23%	-

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Obrigações trabalhistas	11.695	0,6%	9.292	0,5%	5.601	0,4%	26%	66%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	446	0,0%	1.935	0,1%	0	0,0%	-77%	-
Tributos a recolher	6.062	0,3%	7.560	0,4%	8.164	0,6%	-20%	-7%
Adiantamentos de clientes	24.480	1,2%	15.512	0,8%	18.946	1,5%	58%	-18%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	61.375	2,9%	18.446	0,9%	0	0,0%	233%	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	34.769	1,7%	57.314	2,9%	0	0,0%	-39%	-
Outras contas a pagar	15.066	0,7%	3.578	0,2%	5.953	0,5%	321%	-40%
Não Circulante	920.387	44,0 %	768.148	38,8 %	542.608	42,2 %	20%	42%
Fornecedores	-	0,0%	4.325	0,2%	-	0,0%	-100%	-
Empréstimos e financiamentos	700.877	33,5%	571.732	28,9%	498.203	38,7%	23%	15%
Arrendamentos financeiros a pagar	29.735	1,4%	14.867	0,8%	12.457	1,0%	100%	19%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	136.459	6,5%	104.337	5,3%	30.676	2,4%	31%	240%
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.280	0,2%	2.883	0,1%	1.272	0,1%	14%	127%
Cessão de direitos creditórios	16.761	0,8%	24.171	1,2%	-	0,0%	-31%	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	33.275	1,6%	45.833	2,3%	-	0,0%	-27%	-
Patrimônio Líquido	642.964	30,7 %	709.320	35,8 %	437.651	34,0 %	-9%	62%
Capital social	482.817	23,1%	499.864	25,3%	303.669	23,6%	-3%	65%
Reservas de capital	24.199	1,2%	23.639	1,2%	186	0,0%	2%	12609 %
Reservas de lucros	167.951	8,0%	104.829	5,3%	14.354	1,1%	60%	630%
Ações em tesouraria	(94.193)	-4,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Investimento da controladora	61.481	2,9%	80.988	4,1%	111.982	8,7%	-24%	-28%
Outros resultados abrangentes	709	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	7.460	0,6%	-	-100%

Índices

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Liquidez geral (Ativo circulante+ realizável a longo prazo) /passivo circulante e não circulante	0,3 7	0,4 4	0,3 9	- 15%	12 %
Liquidez corrente (ativo circulante/ passivo circulante)	0,8 8	0,9 7	0,9 2	-9%	5%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$ 466.034 mil, em comparação com R\$ 485.720 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 22,3% em 31 de dezembro de 2018 e 24,5% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018 as rubricas de "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R\$58.605 mil e R\$ 7.253 mil, respectivamente, para o mesmo período de 2017 os saldos foram de R\$ 83.311 mil e de R\$ 87.042 mil. Esta redução de R\$ 104.495 mil ou 61,3% decorreu principalmente de investimentos realizados como utilização de recursos para aquisição de veículos e máquinas e equipamentos para expandir e renovar o parque de ativos, com a finalidade de locação operacional.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Contas a receber" apresentou saldo de R\$ 166.822 mil e R\$ 154.080 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R\$ 12.742 mil ou 8,27% decorreu principalmente de crescimento operacional e integração dos negócios oriundos das sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Estoques" apresentou saldo de R\$ 101.930 mil e R\$ 85.130 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R\$ 16.800 mil ou 19,7% decorreu principalmente de: (i), aquisição de veículos novos para revenda no montante de R\$ 8.130 mil, (ii) aquisições de peças para revenda no montante de R\$ 7.997 mil.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou R\$ 26.653 mil ou 75,5%, apresentando um saldo de R\$ 61.972 mil em 31 dezembro de 2018 e R\$ 35.319 mil em 31 de dezembro de 2017. O principal motivo deste aumento é a frota total renovada, gerando maior quantidade de ativos para desmobilização.

Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Outros créditos" apresentou saldo de R\$ 15.734 mil e R\$ 5.837 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R\$ 9.897 mil ou 169,6% decorreu principalmente de partes relacionadas com a família Borgato pela aquisição de uma aeronave.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o ativo não circulante era de R\$ 1.625.442 mil em comparação com R\$ 1.493.483 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de

10.9 - Outros fatores com influência relevante

77,7% em 31 de dezembro de 2018 e 75,5% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Imobilizado" apresentou saldo de R\$ 1.385.822 mil e R\$ 1.250.379 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R\$ 135.443 mil ou 10,8% decorreu principalmente de: (i) adições ao ativo imobilizado de R\$ 482.170 mil e despesa de depreciação apropriada no exercício de R\$ 213.125 mil (ii) desmobilização e transferência de veículos, máquinas e equipamentos para "Ativo imobilizado disponível para a venda" no montante de R\$ 194.254 mil de custo e R\$ 69.827 mil de depreciação acumulada e (iii) baixas líquidas de outros itens do ativo imobilizado no montante de R\$ 9.175 mil.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Intangível" apresentou saldo de R\$ 165.137 mil e R\$ 168.507 mil para o mesmo período de 2017. Esta redução de R\$ 3.370 mil ou 2,0% decorreu principalmente de: (i) redução pela amortização apropriada no exercício referente ao contrato de acordo de não competição registrado em 2017 pela aquisição das Sociedades Borgato no montante de R\$ 5.337 mil e (ii) adições de software no exercício de 2018 no montante de R\$ 1.893 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante era de R\$ 528.125 mil, em comparação com R\$ 501.735 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 25,3% em 31 de dezembro de 2018 e 25,4% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Floor Plan

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Floor Plan" apresentou saldo de R\$ 53.413 mil em comparação com R\$ 38.333 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 15.080 mil se deve ao aumento da compra de caminhões da marca MAM na virada do ano de 2018 proveniente de oferta das montadoras.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R\$ 189.109 mil em comparação com R\$ 227.043 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$ 37.934 mil ou 16,7% se deve principalmente a liquidação antecipada de empréstimos das Sociedades Borgato.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Partes relacionadas" apresentou saldo de R\$ 26.067 mil, em comparação com R\$ 43 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento R\$ 26.024 mil se deve a compra de ações da Movida Participações S.A. no valor de R\$ 26.067 mil que foram entregues aos antigos sócios das sociedades Borgato como parte da combinação de negócios.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" apresentou saldo de R\$ 61.375 mil, em comparação com R\$ 18.446 mil em 31 de dezembro de 2017 este aumento de R\$ 42.929 mil ou 232,7% se deve a: (i) dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos no exercício no montante de R\$ 27.122 mil (ii) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 20.000 mil bruto e IRRF de R\$ 3.000 mil e (iii) pagamento de dividendos relativos a exercício anterior no montante de R\$ 1.193 mil.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R\$ 34.769 mil em comparação com R\$ 57.314 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$ 22.545 mil ou 39,3% se deve a: recompra de ações das sociedades Borgato quando então foi liquidado o saldo que havia em aberto, que em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 57.314 mil, proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017, e o reconhecido saldo a pagar proveniente da recompra de ações que no período de 31 dezembro de 2018 era de R\$ 34.769 mil, no curto prazo.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentou saldo de R\$ 15.066 mil em comparação com R\$ 3.578 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 11.488 mil ou 321,1% se deve principalmente ao aumento nas reservas de seguros no montante R\$ 8.052 mil.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$ 920.387 mil, em comparação com R\$ 768.148 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 44,0% em 31 de dezembro de 2018 e 38,8% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R\$ 700.877 mil em comparação com R\$ 571.732 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 129.145 mil ou 22,6% se deve principalmente a: (i) Captações de novos empréstimos, em linhas gerais para os produtos atrelados a modalidade "Finame" (ii) Captação de crédito internacional no exercício no montante de R\$ 150.800 mil (iii) transferências de valores para curto prazo conforme prazo de doze meses.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R\$ 136.459 mil em comparação com R\$ 104.337 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 32.122 mil ou 30,8% se deve principalmente a: (i) diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, (ii) diferenças temporárias das operações de leasing financeiro, parcialmente compensado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R\$ 33.275 mil em comparação com R\$ 45.833 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$ 12.558 mil ou 27,4% se deve a: recompra de ações das sociedades Borgato quando então foi liquidado o saldo que havia em aberto, que em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 45.833 mil no longo prazo, proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017, e reconhecido saldo a pagar proveniente da recompra de ações que no período de 31 dezembro de 2018 era de R\$ 33.275 mil, no longo prazo.

Arrendamentos financeiros a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Arrendamentos financeiros a pagar" apresentou saldo de R\$ 29.735 mil em comparação com R\$ 14.867 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$ 14.868 mil ou 100,0% se deve principalmente a novos contratos captados no exercício no montante de R\$ 31.623 mil para aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo, e a amortizações no montante de R\$ 17.828 mil.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio líquido era de R\$ 642.964 mil em comparação com R\$ 709.320 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$ 66.356 mil ou 9,3%, decorreu por conta principalmente de: (i) cisão da JSL Holding Financeira reduzindo o Capital Social em R\$ 17.047 mil (ii) redução de R\$ 94.193 mil proveniente da recompra de ações para aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato (iii) distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 47.122 mil, (iv) parcialmente compensado pelo lucro líquido do exercício no montante de R\$ 116.274 mil.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2017 o ativo circulante era de R\$ 485.720 mil em comparação com R\$ 282.706 mil em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 24,5% em 31 de dezembro de 2017 e 22,0% em 31 de dezembro de 2016, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 as rubricas de "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R\$ 83.311 mil e de R\$ 87.042 mil, respectivamente, para o mesmo período de 2016 os saldos foram de R\$ 34.220 mil e de R\$ 61.406 mil. Este aumento de R\$ 74.727 mil ou 78,2% decorreu principalmente de: (i) aumento de R\$34.953 mil em "Caixa e equivalentes de caixa" decorrente da aquisição das Sociedades Borgato e (ii) emissão de empréstimos e financiamentos verificados ao longo do ano.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Contas a receber" apresentou saldo de R\$ 154.080 mil e R\$ 108.958 mil para o mesmo período de 2016. Este aumento de R\$ 45.122 mil ou 41,4% decorreu principalmente do aumento de vendas e do ingresso com aquisição dos negócios oriundos das Sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Estoques" apresentou saldo de R\$ 85.130 mil e R\$ 39.580 mil para o mesmo período de 2016. Este aumento de R\$ 45.550 mil ou 115,1% decorreu principalmente do ingresso de R\$ 48.730 mil proveniente da integração dos negócios oriundos das sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou R\$ 13.860 mil ou 64,6%, apresentando um saldo de R\$ 35.319 mil em 31 dezembro de 2017 e R\$ 21.459 mil em 31 de dezembro de 2016. O principal motivo deste aumento é ingresso de R\$ 17.798 mil proveniente da integração dos negócios oriundos das sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017 o ativo não circulante era de R\$ 1.493.483 mil em comparação com R\$ 1.003.903 mil em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 75,5% em 31 de dezembro de 2017 e 78,0% em 31 de dezembro de 2016, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Contas a receber" apresentou saldo de R\$ 20.886 mil, sendo que não havia contas a receber de longo prazo para o mesmo período de 2016. Este aumento de R\$ 20.886 mil decorreu principalmente do ingresso com aquisição dos negócios oriundos das Sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Fundo para capitalização de concessionárias

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Fundo para capitalização de concessionárias" apresentou saldo de R\$ 19.935 mil em comparação com R\$ 33.000 mil em 31 de dezembro de 2016. Esta diminuição de R\$ 13.065 mil ou 39,6% decorreu dos saques efetuados provenientes de valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Imobilizado" apresentou saldo de R\$ 1.250.379 mil e R\$ 910.199 mil para o mesmo período de 2016. Este aumento de R\$ 340.180 mil ou 37,4% decorreu principalmente de: (i) adições ao ativo imobilizado de R\$ 284.435 mil proveniente da combinação de negócios das Sociedades Borgato (ii) adições ao ativo imobilizado de R\$ 249.323 mil (iii) despesa de depreciação apropriada no exercício de R\$ 123.978 mil, (iv) desmobilização e transferência de veículos, máquinas e equipamentos para "Ativo imobilizado disponível para a venda" no montante de R\$ 92.536 mil de custo e R\$ 28.571 mil de depreciação acumulada.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Intangível" apresentou saldo de R\$ 168.507 mil e R\$ 42.211 mil para o mesmo período de 2016. Este aumento de R\$ 126.296 mil ou 299,2% decorreu principalmente de aumento de R\$ 126.259 mil proveniente da combinação de negócios das Sociedades Borgato.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante era de R\$ 501.735 mil em comparação com R\$ 306.350 mil em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 25,4% em 31 de dezembro de 2017 e 23,8% em 31 de dezembro de 2016, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R\$ 227.043 mil em comparação com R\$ 127.831 mil em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R\$ 99.212 mil ou 77,6% decorreu principalmente do ingresso com aquisição dos negócios oriundos das Sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" apresentou saldo de R\$ 18.446 mil, sendo que não havia saldo distribuído para o mesmo período de 2016. Este aumento se deve a: (i) dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprios reconhecidos no exercício no montante de R\$ 19.164 mil e (ii) dividendos relativos a combinação de negócios das Sociedades Borgato no montante de R\$ 1.193 mil.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R\$ 57.314 mil, considerando que não havia saldo dessa natureza para o mesmo período de

10.9 - Outros fatores com influência relevante

2016, o aumento foi de R\$ 57.314 mil, o qual se deve ao valor a pagar em parcelas aos antigos sócios das Sociedades Borgato proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017 o passivo não circulante era de R\$ 768.148 mil em comparação com R\$ 542.608 mil em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 38,8% em 31 de dezembro de 2017 e 42,2% em 31 de dezembro de 2016, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R\$ 571.732 mil em comparação com R\$ 498.203 mil em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R\$ 73.529 mil ou 14,8% decorreu principalmente do ingresso com aquisição dos negócios oriundos das Sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R\$ 104.337 mil em comparação com R\$ 30.676 mil em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R\$ 73.661 mil ou 240,1% se deve principalmente a: (i) aumento de R\$ 43.141 mil proveniente da combinação de negócios das Sociedades Borgato (ii) diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R\$ 45.833 mil, considerando que não havia saldo dessa natureza para o mesmo período de 2016, o aumento foi de R\$ 45.833 mil, o qual se deve ao valor a pagar em parcelas aos antigos sócios das Sociedades Borgato proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio líquido era de R\$ 709.320 mil em comparação com R\$ 437.651 mil em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R\$ 271.669 mil ou 62,1%, decorreu por conta principalmente de aumento no Capital Social de R\$ 201.340 mil proveniente de emissão de novas ações por conta da combinação de negócios da Sociedades Borgato.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa combinado para os períodos indicados:

Fluxo de Caixa								
Em milhares de R\$	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Caixa gerado pelas atividades operacionais	331.370	-	163.908	-	123.542	-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(5.056)	1341,3%	31.385	333,9%	(9.559)	1139,4%	102,2%	32,7%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(351.020)	20,5%	(146.202)	63,9%	(103.140)	-88,2%	-	-
							116,1%	428,3%
							140,1%	41,8%

10.9 - Outros fatores com influência relevante

(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(24.706)	100,0%	49.091	100,0%	10.843	100,0%	-	352,7%
Caixa e equivalentes de caixa							150,3%	
No início do exercício	83.311	-337,2%	34.220	69,7%	23.377	215,6%	143,5%	46,4%
No final do exercício	58.605	-237,2%	83.311	169,7%	34.220	315,6%	-29,7%	143,5%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(24.706)	100,0%	49.091	100,0%	10.843	100,0%	-	352,7%
							150,3%	

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.***Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais***

O caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 331.370 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 163.908 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$ 167.462 mil. Esse aumento decorreu principalmente de: (i) aumento nos ajustes ao lucro operacional do exercício no montante de R\$ 155.032 mil, (ii) acompanhado das variações do capital circulante líquido que resultou em aumento na utilização de caixa de R\$ 18.780 mil, entre as principais linhas: (a) houve redução no pagamento a fornecedores de insumos no montante de R\$ 11.408 mil (b) melhores condições de pagamento para fornecedores floor plan, que gerou um caixa disponível de R\$ 15.080 mil (c) aumento na compra de peças para estoque, que gerou uma saída adicional de caixa de R\$ 22.404 mil, quando comparada com o ano anterior (d) aumento no recebimento de clientes de R\$ 22.954 mil, relacionado ao crescimento da venda de veículos e serviços, (e) aumento no resgates líquidos de títulos e valores mobiliários que gerou um caixa disponível de R\$ 83.373 mil.

Caixa líquido consumido e gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 5.056 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma geração de caixa de R\$ 31.385 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R\$ 36.441 mil, ou 116,1%, é decorrente principalmente do caixa recebido decorrente da combinação de negócios das Sociedades Borgato no montante de R\$ 34.953 mil em 2017.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$ 351.020 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$ 146.202 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento na utilização de caixa de R\$ 204.818 mil ou 140,1%, é decorrente de (i) pagamento de aquisições de empresa no montante de R\$ 103.622 mil em 2018 contra R\$ 10.056 mil em 2017 (iii) pagamento de cessão de direito creditório no montante de R\$ 6.649 mil em 2018 contra captação de R\$ 30.214 mil em 2017 (iv) captação de R\$ 183.288 mil de empréstimos e financiamentos em 2018 contra R\$ 20.878 mil em 2017 (ii) aumento de capital social no montante de R\$ 113.201 mil ocorrido em 2017.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 163.908 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$ 123.542 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$ 40.366 mil. Esse aumento decorreu principalmente de: (i) aumento nos ajustes ao lucro operacional do exercício no montante de R\$ 51.603 mil, (ii) acompanhado das variações do capital circulante líquido que resultou em aumento na utilização de caixa de R\$ 53.357 mil, entre as principais linhas: (a) houve aumento no pagamento a fornecedores de insumos no montante de R\$ 58.635 mil (b) aumento no pagamento de floor plan no montante de R\$ 10.493 mil (c) redução na compra de peças para estoque, que gerou uma saída de caixa de R\$ 34.734 mil, quando comparada com o ano anterior (d) redução nos resgates de investimentos de longo prazo classificados como títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 31.392 mil e (e) diminuição na compra de ativo imobilizado para utilização nas operações de locação no montante de R\$ 31.036 mil.

Caixa líquido gerado e consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R\$ 31.385 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a uma utilização de caixa de R\$ 9.559 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento na geração de caixa de R\$ 40.944 mil ou 428,3%, é decorrente principalmente do caixa recebido decorrente da combinação de negócios das Sociedades Borgato no montante de R\$ 34.953 mil em 2017.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$ 146.202 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$ 103.140 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento na utilização de caixa de R\$ 43.062 mil ou 41,8%, é decorrente de: (i) aumento nos pagamentos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 175.319 mil quando comparado ao pagamento efetuado em 2017 (ii) aumento de capital social no montante de R\$ 113.201 mil ocorrido em 2017 (iii) geração de caixa de R\$ 30.214 mil proveniente de recebimento de cessão de direitos creditórios (iv) utilização de caixa de R\$ 10.056 mil para pagamento pela aquisição das Sociedades Borgato em 2017.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

(a) Objeto da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(c) Premissas da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(d) Objeto e valores da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, e (ii) Diretoria; os quais possuem as atribuições indicadas abaixo.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão dos mesmos. O estatuto social da Companhia estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- Definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;
- Aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria e para os cargos gerenciais;
- Eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- Definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus Diretores, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;
- Criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;
- Distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- Escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;
- Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- Manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- Aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- Deliberar sobre a associação com outras sociedades para a formação, consórcios ou para subscrição ou aquisição de participação no capital social de outras sociedades;
- Autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização;
- Deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, bem como (i) a oportunidade da emissão, (ii) a época e as condições de vencimento, amortização e resgate, (iii) a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver, e (iv) o modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures;
- Autorizar a exclusão (ou redução do prazo para) do direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;
- Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de commercial papers, notas promissórias, bonds, notes e de quaisquer outros títulos, valores mobiliários e/ou instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- Aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual, mediante a assinatura, modificação ou prorrogação de quaisquer documentos, contratos ou compromissos para assunção de responsabilidade, dívidas ou obrigações, envolvendo (individualmente ou num conjunto de atos relacionados), quantia total superior a R\$ 100.000.000,00;
- Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, ressalvados os contratos de financiamentos celebrados com o propósito de aquisição de bens móveis referentes a equipamentos operacionais, nos quais a garantia recaia sobre os respectivos bens adquiridos;
- Deliberar sobre a alienação, venda, locação, doação ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias pela Companhia;
- Aprovar a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R\$ 100.000.000,00;
- Aprovar qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 anuais envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como Parte Relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente,

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

mais de 5% do capital social da Companhia;

- Apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;
- Autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou da forma de realização; qualquer proposta envolvendo as operações aqui descritas deverá ser apresentada ao Conselho de Administração pela Diretoria da Companhia, devendo constar da referida proposta, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (hedge); e (iii) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos. Não obstante as informações mínimas que devem constar da proposta, os membros do Conselho de Administração poderão solicitar informações adicionais sobre as tais operações, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade; e
- Aprovar a emissão de título de valor mobiliário, assim como a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento e/ou empréstimo atrelado ou de qualquer outra forma baseado em moeda estrangeira.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração da Companhia não possui regimento interno próprio.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui um Comitê de Auditoria, Estatutário ou não.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir esses auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Conselho de Administração supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 e, no máximo, 15 membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição. Atualmente, a Diretoria não possui regimento interno, mas, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, os diretores possuem as seguintes atribuições:

- cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;
- submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- submeter ao Conselho de Administração orçamento anual;
- apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas;
- representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 28 do Estatuto Social; e
- autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, ressalvados os contratos de leasing e de financiamento que tenham por objeto bens operacionais, para os quais não será necessária a autorização, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros e prestação de aval ou fiança em benefício de terceiros.

Ainda de acordo com o seu Estatuto Social, compete ao Diretor Presidente, coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;
- propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;
- coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;
- anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e
- administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração:

- auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como as atribuições indicadas no Estatuto Social.
- propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia,
- administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e
- dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais;
- prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
- manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Compete aos diretores sem designação específica assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia, bem como as funções que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência do Diretor Presidente fixar-lhes outras atribuições não conflitantes.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal ainda não havia sido instalado.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo a cada 1 ano, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro, Presidente do Conselho ou Diretor Presidente, que estiver na função por, pelo menos, 2 reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho e é facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: (i) autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, (ii) avaliação do próprio Conselho de Administração, e (iii) do Presidente do Conselho.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características/responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros e de seu Presidente, buscando, assim, alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e do Diretor Presidente serão divulgados a todos os membros do Conselho.

Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Presidente do Conselho, sendo que os resultados das avaliações do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente serão também disponibilizados a todos, como forma de fiscalização e estímulo aos demais membros do Conselho. Os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Esses resultados são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados a cada um dos membros do Conselho de Administração, bem como do órgão como colegiado.

Para propiciar o endereçamento dos pontos identificados acima, os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais. Para assegurar isso, a avaliação deverá ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato do Conselheiro.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação dos membros do Conselho de Administração, conforme aplicável.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 dias, conforme o Estatuto Social da Companhia e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- reformar o Estatuto Social;
- deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, ou de qualquer controlada, bem como sobre a eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- atribuir bonificações em ações;
- aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, que excedam o dividendo obrigatório estabelecido no artigo 30, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, excetuada disposição prevista no artigo 6º, §1º, do Estatuto Social da Companhia;
- observado as competências do Conselho de Administração dispostas no artigo 20, item (p) do Estatuto Social, deliberar sobre qualquer emissão de ações;
- apresentar pedidos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

e

- deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à Assembleia Geral estarão disponíveis na sede administrativa da Companhia na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-0001, em seu website <http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/> e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia entende que o conflito de interesses surge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório em que ela tenha o poder de influenciar o resultado final, assegurando um ganho para si, algum familiar, ou terceiro com o qual esteja envolvido, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento.

No caso da Companhia, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionadas, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação, nos termos das práticas adotadas pela Companhia, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Adicionalmente, vale destacar que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os conflitos de interesse são identificados e administrados pelos administradores, cumprindo-lhes cientificar aos demais administradores presentes à Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria o seu impedimento e fazendo consignar em ata a natureza e a extensão do seu interesse. Não se admite o voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, conforme vedação estabelecida na legislação brasileira.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos, na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A". No que se refere as formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos: (i) via original do boletim de voto à distância; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

Pessoa Física

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

Pessoa Jurídica e Fundos de Investimento

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado.

- Documento que comprove os poderes de representação.

- No caso dos fundos de investimento, regulamento consolidado e atualizado do fundo.

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto a distância de (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, sempre que convocada assembleia geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto a distância, conforme §1º do art. 21-A, ou (ii) propostas de deliberação para as assembleias gerais ordinárias da Companhia. As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pela Gerência de Relações com Investidores da Companhia (i) na hipótese de Assembleia geral ordinária, entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (ii) na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, entre o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida assembleia geral e até 35 dias antes da data de realização da assembleia, hipótese em que a administração da Companhia comunicará ao mercado a data de realização da respectiva assembleia geral, ainda que em caráter provisório, bem como o prazo para a inclusão de candidatos no boletim de voto a distância. Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-0001 e ri@grupovamos.com.br, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@grupovamos.com.br.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas, em caráter ordinário, 4 vezes por ano, ao final de cada trimestre e, em caráter extraordinário, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem, convocada por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Os membros do Conselho de Administração podem participar das reuniões por intermédio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar.

No último exercício social, o Conselho de Administração reuniu-se 6 vezes, sendo que todas as reuniões foram ordinárias.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia entende que o conflito de interesses surge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório em que ela tenha o poder de influenciar o resultado final, assegurando um ganho para si, algum familiar, ou terceiro com o qual esteja envolvido, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento.

No caso da Companhia, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

A Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia não está sujeita à cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli	12/04/1986	Pertence apenas à Diretoria	25/02/2019	25/02/2021	1
353.651.228-36	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	25/02/2019	Sim	0.00%
O Sr. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli é Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia.					
Gustavo Henrique Braga Couto	05/04/1975	Pertence apenas à Diretoria	25/02/2019	25/02/2021	0
617.152.125-68	Engenheiro Civil	13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	25/02/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável					
Christian Hahn da Silva	08/11/1981	Pertence apenas à Diretoria	25/02/2019	25/02/2021	0
046.253.396-42	Administrador de Empresas Administrador de Empresas Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	25/02/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável					
Ricardo Rodrigues	05/04/1970	Pertence apenas à Diretoria	25/02/2019	25/02/2021	0
103.041.978-74	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	25/02/2019	Sim	0.00%
Não aplicável					
José Geraldo Santana Franco Junior	30/03/1975	Pertence apenas à Diretoria	25/02/2019	25/02/2021	1
158.510.708-54	Diretor Comercial	19 - Outros Diretores	25/02/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável					
Fernando Antonio Simões	13/06/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/02/2019	25/02/2021	1
088.366.618-90	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	25/02/2019	Sim	100.00%
Não Aplicável					
Denys Marc Ferrez	20/07/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/02/2019	25/02/2021	1
009.018.327-40	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/02/2019	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não aplicável					
Paulo Sergio Kakinoff	06/09/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/04/2019	25/02/2021	0
194.344.518-41	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/04/2019	Sim	0.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli - 353.651.228-36

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli é graduado em Administração de Empresas, com MBA em Finanças. Possui experiência como Diretor Financeiro na Gafisa (empresa do setor de construção), tendo atuado por mais de 10 anos nessa empresa. Foi admitido como Diretor Administrativo e Financeiro da Vamos em 2017.

O Sr. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Gustavo Henrique Braga Couto - 617.152.125-68

O Sr. Gustavo é engenheiro civil formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-graduado em marketing pela ESPM e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral/MG. Experiência Profissional: Diretor executivo da Swissport Brasil como COO (Country Operations Officer) de 2016 a 2017, diretor de Supply Chain da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 2013 a 2015, diretor de Supply Chain e TI da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2013. Foi profissional de vendas, gerente de marketing e planejamento de grandes consumidores, entre outras funções, da Shell no período de 1997 a 2006. Foi Diretor Executivo na Petrobras Distribuidora de 2017 a 2019. Foi eleito Diretor Presidente da Companhia em 25 de fevereiro de 2019.

O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99. O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3º-B, da ICVM n.º 301/99, conforme alterada pela ICVM n.º 463/08, por ter atuado como Diretor Executivo da Petrobras Distribuidora S.A. entre o período de julho/2017 e fevereiro/2019.

Christian Hahn da Silva - 046.253.396-42

Christian Hahn da Silva é graduado em Ciência Política (UEMG), especialização em gestão de negócios e marketing (UNIMONTES), Controladoria e Finanças (FG), MBA em Gestão de Concessionários (Fundação Dom Cabral). Atua há 15 anos no mercado de concessionárias de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Foi Diretor Executivo do Grupo Tracbel, por onde atuou 8 anos. O Sr. Christian Hahn da Silva foi admitido como Diretor Geral das concessionárias Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. em 2018 e como Diretor da Vamos em 2019.

O Sr. Christian Hahn da Silva declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Ricardo Rodrigues - 103.041.978-74

Ricardo Rodrigues é graduado em Administração de Empresas pela IMESB com Pós-Graduação em Gestão de Agronegócios pela FEA-USP e Programa de Desenvolvimento e Gestão pela Fundação Dom Cabral. Trabalhou na Tracbel S.A., entre 2006 e 2018, como Gerente Regional de Vendas de Equipamentos, atuando como responsável comercial de máquinas e equipamentos VOLVO no segmento agrícola atendendo 02 lojas (Bebedouro/SP e Goiânia/GO), atendimento ao interior de SP, forecast, gestão de equipe de vendas, relacionamento com o cliente, venda de 70 máquinas/anual. Foi admitido como Diretor da Vamos em 2019.

O Sr. Ricardo Rodrigues declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Geraldo Santana Franco Junior - 158.510.708-54

José Geraldo Santana Franco Júnior, 43 anos, graduado em Engenharia Industrial Mecânica (Unimep), com especialização em Propaganda e Marketing (Universidade Toledo) e MBA em Gestão de Negócios (FIA SP). Atua há 15 anos no mercado de veículos comerciais pesados, máquinas e equipamentos, com especialidade no mercado de terceirização de frota e especificação de produtos com implementos e equipamentos. Foi Superintendente Comercial na Rodobens; Gerente Comercial Nacional na Klin Calçados Infantis Ltda., Gerente Comercial Nacional na Indústria Metalúrgica Natalaço e engenheiro na IBM Brasil. O Sr. José Geraldo Santana Franco Júnior é Diretor Comercial da Companhia desde maio de 2011.

O Sr. José Geraldo Santana Franco Júnior declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Fernando Antonio Simões - 088.366.618-90

Fernando Antonio Simões atua na JSL S.A. (controladora direta da Companhia) desde 1981, empresa do setor de transporte rodoviário e logística do grupo econômico da Companhia, e desde 2009 ocupa o cargo de Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da JSL. É Presidente do Conselho de Administração da Movida Participações S.A. e Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Simpar S.A. O Sr. Fernando Antonio Simões declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Denys Marc Ferrez - 009.018.327-40

Denys Marc Ferrez é graduado em administração de empresas e pós-graduado em corporate finance. Possui experiência como diretor de relações com investidores da Redecard (administradora de cartões de crédito), em 2008, tendo ainda atuado por 10 anos na tesouraria e relações com investidores da Aracruz (setor de celulose) e 5 anos na Pricewaterhouse (empresa de auditoria independente). Foi admitido como diretor Administrativo e Financeiro da JSL S.A. em 2008 e em 2009 passou a cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores.

O Sr. Denys Marc Ferrez declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Paulo Sergio Kakinoff - 194.344.518-41

Paulo Sergio Kakinoff assumiu o cargo de Diretor-Presidente da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Gol") em julho de 2012, tendo sido membro independente do Conselho de Administração desta de janeiro de 2010 a 02 de julho de 2012, quando deixou o cargo junto ao Conselho de Administração para assumir a presidência da Gol. Foi Presidente da Audi Brasil até junho de 2012 e atuou na indústria automobilística por 18 anos, tendo ocupado anteriormente as funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil e Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha. É membro do Comitê de Governança Corporativa e Pessoas, do Comitê de Políticas de Risco, do Comitê de Política Financeira e do Comitê de Alianças da Companhia. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, ocupou o cargo de Vice-Presidente da ABEIVA - Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores e de membro do Conselho da Volkswagen Participações até junho de 2012. É conselheiro independente da Companhia desde abril/2019. O critério utilizado na determinação de sua independência foi o previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Sr. Paulo Sergio Kakinoff declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli - 353.651.228-36

Gustavo Henrique Braga Couto - 617.152.125-68

Christian Hahn da Silva - 046.253.396-42

Ricardo Rodrigues - 103.041.978-74

José Geraldo Santana Franco Junior - 158.510.708-54

Fernando Antonio Simões - 088.366.618-90

Denys Marc Ferrez - 009.018.327-40

Paulo Sergio Kakinoff - 194.344.518-41

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía comitês.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Administrador do emissor ou controlada

Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	23.373.000/0001-32	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da JSL S.A.				

Pessoa relacionada

Fernando Antonio Simões Filho	329.852.458-18	JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)	52.548.435/0001-79	
Membro do Conselho de Administração da JSL S.A.				

Observação

.....

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018Administrador do Emissor

Denys Marc Ferrez

009.018.327-40

Prestação de serviço

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)

52.548.435/0001-79

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Fernando Antonio Simões

088.366.618-90

Prestação de serviço

Controlador Direto

Presidente do Conselho

Pessoa Relacionada

JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)

52.548.435/0001-79

Diretor presidente e membro do conselho de administração

Observação

Possui 10,17% das ações emitidas pela JSL S.A.

Exercício Social 31/12/2017Administrador do Emissor

Denys Marc Ferrez

009.018.327-40

Prestação de serviço

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)

52.548.435/0001-79

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho			
Pessoa Relacionada			
JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)	52.548.435/0001-79		
Diretor presidente e membro do conselho de administração			
Observação			
Possui 10,17% das ações emitidas pela JSL S.A.			

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor			
Denys Marc Ferrez	009.018.327-40	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)	52.548.435/0001-79		
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho			
Pessoa Relacionada			
JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)	52.548.435/0001-79		
Diretor presidente e membro do conselho de administração			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Possui 10,17% das ações emitidas pela JSL S.A.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A JSL S.A., controladora da Companhia, mantém uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), com vigência de 13/05/2018 a 13/05/2019, que abrange também todas as suas controladas e seus respectivos administradores, incluindo a Companhia e os seus administradores. Este seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas até o valor máximo de R\$107.130.000,00 (cento e sete milhões e cento e trinta mil reais).

A apólice de seguro contratada possui coberturas para processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais; processos judiciais ou arbitrais movidos pela própria JSL ou por suas controladas ou subsidiárias contra seus respectivos administradores; e cobertura para processos judiciais movidos por um administrador contra outro administrador, também no valor de R\$107.130.000,00 (cento e sete milhões e cento e trinta mil reais). A apólice de seguro contratada não possui cobertura para o pagamento de multas e penalidades impostas aos administradores.

O valor do prêmio pago em relação à apólice de seguro acima mencionada é de R\$ 198.493,84 (cento e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos).

12.12 - Outras informações relevantes**Assembleias Gerais da Companhia**

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Matéria	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral de Transformação em Sociedade por Ações	Aprovação da transformação do tipo societário da Sociedade, conversão das quotas em ações, aumento de capital da Sociedade, criação do Conselho Social e eleição de seus membros, alteração do prazo de mandato dos Diretores, estabelecimento de limite de capital autorizado para futuros aumentos de capital social, fixação da remuneração global da administração, definição dos jornais de publicação e aprovação do estatuto social.	31/10/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de cisão parcial, aumento de capital social e consolidação do estatuto social.	31/10/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação do aumento do capital social e consolidação do estatuto social.	21/12/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de incorporação de sociedade, aumento do capital social, emissão de 4 bônus de subscrição, eleição de membro do Conselho de Administração e consolidação do Estatuto Social.	22/12/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da submissão do pedido de registro de companhia aberta, criação do cargo de Diretor com Relações com Investidores e consolidação do Estatuto Social.	30/10/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da cisão parcial da Companhia.	31/12/2018	100%	NÃO

Esclarecimentos adicionais sobre os administradores da Companhia:

Abaixo consta uma lista de processos criminais, ações civis públicas e ações populares envolvendo membros da administração da Companhia:

Processo nº 0086687-50.2009.8.05.0001	
a. juízo	1ª Vara Criminal de Salvador
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	23/03/2009
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado da Bahia Réu: Fernando Antônio Simões, William Ochiulini Laviola e Outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Restrição de direitos e multa penal.
f. principais fatos	Em 29 de junho de 2009, o Ministério Público do Estado da Bahia ("MP") ofereceu denúncia contra o Diretor Presidente da JSL S.A. (controladora da Companhia) e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Fernando Antonio Simões, imputando-lhe a prática dos crimes de corrupção ativa e de fraude à licitação. A denúncia inclui outras 19 pessoas, entre elas, William Ochiulini Laviola, que é o gerente responsável pela área de elaboração de propostas para concorrências públicas da JSL S.A. Este processo criminal está em curso na Comarca de Salvador, no Estado da Bahia,

12.12 - Outras informações relevantes

Processo nº 0086687-50.2009.8.05.0001	
	e se encontra ainda em fase inicial e, portanto, ainda não foi julgado. A denúncia, em linhas gerais, alega a existência de uma organização de pessoas agindo para fraudar diversas licitações relacionadas à Polícia Militar do Estado da Bahia, em benefício de empresas participantes em licitações, dentre as quais a JSL S.A., especificamente em relação a uma única licitação, a seguir referida. A acusação contra Fernando Antonio Simões e William Laviola se dá no contexto de um procedimento licitatório vencido pela JSL S.A. referente a um contrato de venda de frota para a Polícia Militar do Estado da Bahia, com o fornecimento e manutenção, por 30 meses, de um total de 191 viaturas ("Contrato"). Alega-se, resumidamente, que esse processo licitatório teria sido fraudado de modo a favorecer a contratação da JSL S.A. e, ainda, que William Laviola junto com Jaime Palaia Sica, ex-funcionário da JSL S.A., teriam oferecido valores a outra pessoa, também acusada no processo, para que ele atuasse para agilizar o processo de pagamento pelo Estado da Bahia das várias parcelas vencidas e não pagas, uma vez que o Estado da Bahia não havia realizado desde o início da execução do Contrato qualquer um dos pagamentos nele previstos. Fernando Antonio Simões e William Laviola apresentaram resposta prévia à denúncia, em setembro e novembro de 2009, respectivamente, e ambos rejeitam todas as alegações e acusações apresentadas pelo MP contra eles, negando veementemente que tenham praticado qualquer conduta que possa ser considerada ilegal. Dentre outros aspectos, destacam-se: (i) a denúncia não especificou qual teria sido a conduta supostamente praticada por Fernando Antonio Simões, incluído no processo por, na ocasião, ser Diretor Vice Presidente da JSL S.A.; (ii) os elementos probatórios colhidos no inquérito policial referem-se a fatos não relacionados à licitação e teriam ocorrido posteriormente ao encerramento do processo licitatório e da celebração do respectivo contrato administrativo; (iii) referidos elementos são nulos, em decorrência de violação às garantias individuais e aos procedimentos legais; (iv) não há como aceitar a alegação de que o edital da licitação teria sido dirigido à JSL S.A., visto que, em sua versão original, havia a exigência de que a empresa líder de eventual consórcio licitante tivesse obrigatoriamente sede no estado da Bahia (desde a sua constituição a JSL S.A. é sediada no Estado de São Paulo); (v) tal exigência, manifestamente restritiva quanto à participação no certame, somente foi excluída do edital porque houve intervenção da Procuradoria Geral do Estado; (vi) a JSL S.A. atendeu integralmente o objeto do contrato firmado com o Estado da Bahia no período de 16 de janeiro de 2009 a 14 de setembro de 2010, o que incluiu o fornecimento da frota de veículos da polícia militar que foi pactuada (com a respectiva transferência da posse e propriedade ao Estado da Bahia) e a prestação de serviços de gestão e manutenção dessa frota, com fornecimento de mão de obra e de todos os itens necessários aos veículos (manutenção preventiva, corretiva e avarias), a despeito de o Estado da Bahia não ter honrado os devidos pagamentos. A JSL S.A. informa, ainda, que (i) o valor do Contrato teve redução de 10% em referência à cotação inicial do objeto da licitação feita pelo órgão licitante; (ii) na época dos fatos, o valor do faturamento do Contrato representava 0,5% do faturamento da JSL S.A.; e (iii) mais de 90% do faturamento da JSL S.A. decorria de serviços prestados no setor privado. A ação ainda se encontra em fase inicial, aguardando a realização de audiência de instrução, não tendo sido proferida sentença.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação criminal dos réus e restrição à administração de empresas.

Processo nº 0315594-41.2015.8.05.0001	
a. juízo	7ª Vara da Fazenda Pública – Salvador
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/06/2015
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado da Bahia. Réu: JSL S.A., Fernando Antonio Simões, LM Transportes Serviços e Comercio Ltda. e outros.

12.12 - Outras informações relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.023.664,20 (Valor atribuído à causa pelo autor. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido).
f. principais fatos	Esta ação trata dos mesmos fatos que levaram o Ministério Público a propor a ação penal acima mencionada (Processo nº 0086687-50.2009.8.05.0001). Além dos demais argumentos abordados naquele processo, nesta ação a empresa apresentou defesa prévia rejeitando todas as acusações firmadas pelo Ministério Público e negando veementemente que tenha praticado qualquer conduta que possa ser considerada ilegal.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios e incentivos fiscais e creditícios junto ao Poder Público.

Processo nº 0005434-42.2009.8.26.0361

a. juízo	1ª Vara Criminal de Mogi das Cruzes
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	23/03/2009
d. partes no processo	Autor: Justiça Pública Réu: Antonio Alexandre Eroles; Antonio Adriano Eroles; Fernando Antonio Simões e José Carlos Pavanelli.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Restrição de direitos e multa penal.
f. principais fatos	Trata-se de ação penal, movida contra o Diretor Presidente da JSL S.A. (controladora da Companhia) e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Fernando Antonio Simões e os Srs. Antonio Alexandre Eroles, Antonio Adriano Eroles e José Carlos Pavanelli pelos mesmos fatos discutidos na ação civil pública processo nº 0015304-72.2013.8.26.0361, mencionada abaixo. A denúncia foi recebida em 29 de novembro de 2013. O Sr. Fernando Antonio Simões apresentou resposta prévia à denúncia, rejeitando todas as alegações e acusações apresentadas contra si pelo Ministério Público e visando sua absolvição sumária, em razão da inexistência de crime, uma vez que jamais participou de qualquer suposto acordo ilícito. Em audiência de instrução realizada no dia 11/10/2017, o corréu Antonio Alexandre Eroles, em seu interrogatório perante o juízo, negou a participação de Fernando Antonio Simões em qualquer ato ilícito. A Ação foi julgada improcedente, tendo sido interposto recurso de apelação pelo MP, ainda não julgado.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação criminal dos réus e restrição à administração de empresas.

Processo nº 0015304-72.2013.8.26.0361

a. juízo	Vara da Fazenda Pública - Foro de Mogi das Cruzes
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	30/09/2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo. Réu: Junji Abe, Fernando Antônio Simões; Antônio Alexandre Eroles e outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.000.000,00 (O valor inicialmente atribuído à causa pelo autor – R\$ 2.592.357.203,00 – foi reduzido pelo Juiz em decisão proferida em 21/02/2019, com base no valor que supostamente teria sido requerido pelo réu Junji Abe às empresas. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido).
f. principais fatos	Esta ação trata do contrato de concessão dos serviços de transporte público coletivo urbano de Mogi das Cruzes. O Ministério Público ("MP") ajuizou Ação de Responsabilidade Civil por Ato de Improbidade Administrativa com base em gravação de conversa mantida unicamente entre representantes da empresa Eroles, que na ocasião explorava os serviços de transporte

12.12 - Outras informações relevantes

Processo nº 0015304-72.2013.8.26.0361	
	público coletivo de Mogi das Cruzes a título de permissão, com o então prefeito municipal. Nesta conversa, supostamente teria sido prometido pagamento de quantia ao então prefeito em troca de favorecimento das empresas Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda. (denominação anterior da JSL S.A.) e Mito na Concorrência Pública 05-5/2003. O MP ajuizou ação em face desses interlocutores, dos membros da Comissão de Licitação, de outros servidores públicos municipais, da JSL S.A. e do seu então diretor Vice-Presidente, atual diretor Presidente da JSL S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Fernando Antônio Simões, alegando direcionamento da licitação para as empresas Mito, pertencente à família Eroles, e JSL S.A. O pedido liminar para determinar a indisponibilidade de bens dos Requeridos foi indeferido pelo juiz, que, em síntese, fundamentou que (i) os integrantes da família Eroles apresentaram representação ao MP após a cassação do contrato de concessão dos serviços de transporte público da empresa Mito; (ii) "presume-se a raiva e o rancor de quem perde uma permissão para explorar um lucrativo ramo de serviço e vê o patrimônio ruir"; (iii) a conversa gravada é dos integrantes da família Eroles; e (iv) inexistem provas que envolvam a JSL S.A. O Sr. Fernando Antônio Simões e a JSL S.A. apresentaram defesa preliminar em que refutam veementemente as alegações do MP, sob diversos argumentos, incluindo os que fundamentaram a decisão de indeferimento da liminar, dentre os quais: (i) a ação está prescrita; (ii) a família Eroles explorava há 70 anos os serviços de transporte público coletivo de Mogi das Cruzes, mediante permissão, com monopólio e sem licitação; (iii) não houve promessa e/ou pagamento de qualquer valor pela JSL S.A. e seu representante legal para ser beneficiada na licitação; (iv) o processo licitatório – sabidamente complexo no transporte público coletivo – teve início em 1997, sofrendo várias intercorrências, e somente em 2003, seis anos depois (em 29/09/2003) é que foi expedido o edital definitivo, contemplando as exigências e recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; (v) a divisão do objeto da licitação em dois lotes estava prevista desde o ano de 1998, conforme sugestão da Comissão de Licitação, validada pelo Tribunal de Contas; (vi) a ação é baseada em declaração unilateral da família Eroles, em suposta conversa que não teve participação de qualquer pessoa vinculada à JSL S.A.; (vii) a delação feita pela família Eroles ocorreu após quatro dias da cassação pela Prefeitura Municipal, do contrato de concessão dos serviços de transporte público coletivo que a Mito detinha; (viii) o próprio delator, Alexandre Eroles, ao prestar depoimento no Inquérito Civil afirmou que não sabe se a JSL S.A. efetuou qualquer pagamento supostamente solicitado pelo ex-prefeito; (ix) o Sr. Fernando Antônio Simões ajuizou queixa crime em face dos integrantes da família Eroles que fizeram falsa afirmação a seu respeito, estando o respectivo processo em tramitação; (x) a empresa Mito, que o MP alega ter sido constituída exclusivamente para participar da licitação, existe desde 1973; (xi) o não atendimento da exigência de certificação ISO 9002, constante do edital da licitação, ao contrário do alegado pelo MP, não impedia a participação das empresas que não a dispunham; (xii) houve efetiva competição na licitação entre as cinco empresas participantes; e (xiii) não há qualquer vício, nulidade ou incorreção no processo licitatório no que diz respeito à JSL S.A., conforme manifestação inclusive do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao analisar o processo licitatório em questão. Oportuno destacar que o Sr. Alexandre Eroles, em seu depoimento prestado na ação penal n.º 0005434-42.2009.8.26.0361, negou a participação do Sr. Fernando Antonio Simões em qualquer ato ilícito, desmentindo afirmação anteriormente feita em relação ao mesmo e que deu origem à sua indevida inclusão em ambos os processos (cível e penal). O processo ainda se encontra em fase inicial. Em 21/02/2019, foi proferida decisão que recebeu a petição inicial em face de todos os réus, determinando a citação dos mesmos para apresentarem contestação no prazo de 15 dias
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, suspensão/invalidação dos contratos discutidos, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios e incentivos fiscais e creditícios junto ao Poder Público.

Processo nº 0136630-70.2014.8.19.0001	
a. juízo	9ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	25/04/2014

12.12 - Outras informações relevantes

Processo nº 0136630-70.2014.8.19.0001	
d. partes no processo	Autor: Carlos Fernando dos Santos Azeredo Réus: CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., Estado do Rio de Janeiro e Fernando Antônio Simões
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 195.085.216,80 (Valor atribuído à causa pelo autor. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido).
f. principais fatos	Trata-se de ação popular por meio da qual o autor questiona a legalidade/lesividade do Contrato Administrativo n.º 035/CCIVIL/2013, firmado com o Estado do Rio de Janeiro, referente à gestão e manutenção da frota da Polícia Militar do Estado. Ação distribuída em 25.4.14, inicialmente para a 14ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro. Em 09.05.14 foi indeferida a liminar pleiteada pelo autor, para suspender quaisquer pagamentos devidos à CS Brasil. Contra essa decisão, o autor interpôs agravo de instrumento (processo nº 0023794-60.2014.8.19.0000), o qual foi desprovido pela 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Em 01.10.14 foi certificada a tempestividade da contestação apresentada pela CS Brasil e pelo Sr. Fernando Antônio Simões. Especificamente com relação ao Fernando Antonio Simões, o Autor popular faz pedido de condenação em perdas e danos, cujo valor é ilíquido nesse momento. A presente ação popular foi apensada para julgamento em conjunto com a Ação Civil Pública n.º 0167693-16.2014.8.19.0001 e a Ação Popular n.º 0043810-66.2013.8.19.0001, que tratam do mesmo tema. Os processos estão em fase de instrução, sem prolação de sentença.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Esclarecimentos adicionais sobre governança corporativa:

A Companhia está sujeita às seguintes práticas de governança corporativa:

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SEGUNDO O IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; Conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; Manutenção de um canal de denúncias ("Canal Confidencial") para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; Previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política formalizada de remuneração dos executivos e conselheiros da Companhia e suas subsidiárias.

A prática de remuneração da Companhia tem como objetivo atrair e reter profissionais altamente qualificados em seu Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária, bem como demais colaboradores, a fim de estimular uma boa performance e alinhar seus objetivos aos objetivos de longo prazo da Companhia, bem como de remunerar visando ao crescimento do negócio e a valorização do potencial e performance individual.

A Companhia busca, ainda, compensar adequadamente a competência e a responsabilidade dos profissionais por ela contratados, orientando-se com base na meritocracia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração poderá ser composta por 12 parcelas fixas mensais a título de honorários. Com a eleição dos membros independentes do Conselho de Administração em abril/2019, todos os membros do Conselho de Administração passaram a fazer jus à remuneração fixa.

- Diretoria Estatutária

A porção fixa da remuneração para os membros da Diretoria estatutária é composta por 12 parcelas fixas mensais a título de honorários e visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições gerais do mercado.

A porção variável da remuneração (bônus), quando aplicável, é estabelecida independentemente para cada membro e condicionada ao cumprimento de determinadas (i) metas objetivas, tanto individuais, como relacionadas à sua própria área, tais como volume total de vendas e EBITDA; e (ii) metas corporativas da própria Companhia, como faturamento total e lucro líquido, sendo que a proporção desta última para apuração da parcela variável é determinada em função do cargo exercido. Cabe destacar que parte do bônus está atrelada ao Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia, conforme descrito no item 13.4 (a). Assim, a remuneração praticada concilia objetivos de curto, médio e longo prazos e tem como objetivo estimular e premiar o alcance das metas corporativas e a superação de metas individuais estabelecidas.

Além da remuneração descrita acima, os membros deste órgão têm a possibilidade de aderir a planos de assistência médica e odontológica em condições mais favoráveis às praticadas no mercado, em função das parcerias estabelecidas pela Companhia com os administradores de tais planos de assistência. A Companhia oferece um plano diferenciado de assistência médica familiar para os membros da Diretoria Estatutária, subsidiado em 50% para o titular, cônjuge e dependentes (filhos(as) até 18 anos).

- Diretoria Não-Estatutária

A porção fixa da remuneração para os membros da Diretoria não estatutária segue as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições gerais do mercado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A porção variável da remuneração, quando aplicável, é estabelecida independentemente a cada membro e condicionada ao cumprimento de determinadas metas de sua(s) área(s) e da própria Companhia, sendo que a proporção desta última para apuração da parcela variável é determinada em função do cargo exercido. Assim, os elementos da remuneração praticada (combinação entre remuneração fixa e variável, além de benefícios) conciliam objetivos de curto, médio e longo prazos, e pretende, assim, estimular e premiar o alcance das metas corporativas e a superação de metas individuais estabelecidas, incentivando uma melhoria da gestão da Companhia e a retenção dos seus profissionais. O bônus é pago a título de PLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados), conforme o Acordo Coletivo estabelecido junto ao sindicato da categoria da qual os colaboradores da Companhia fazem parte.

Além da remuneração descrita acima, os membros deste órgão têm a possibilidade de aderir a planos de assistência médica e odontológica em condições mais favoráveis às praticadas no mercado, em função das parcerias estabelecidas pela Companhia com os administradores de tais planos de assistência. A Companhia oferece um plano diferenciado de assistência médica familiar para os membros da Diretoria Não-Estatutária, subsidiado em 50% para o titular, cônjuge e dependentes (filhos(as) até 18 anos).

- Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do conselho fiscal não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Na data deste Formulário, o Conselho Fiscal não tinha sido instalado.

Por fim, em complemento à remuneração atualmente praticada pela Companhia e descrita nos itens acima, cabe destacar que os administradores que sejam considerados executivos-chave, os empregados e os prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas são elegíveis a 4 planos de remuneração baseados em ações, os quais estão dispostos no item 13.4 deste Formulário de Referência.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de:

2018

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	75,02%	10,81%	14,17%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

2017

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	64,54%	12,92%	22,55%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

2016

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a administração da Companhia não foi remunerada.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração em bases de mercado, considera a complexidade, sofisticação e desafios inerentes aos negócios da Companhia, respeitada a verba global anual para remuneração dos administradores aprovada pela Assembleia Geral. A remuneração dos administradores procura seguir os padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a Companhia atua e ser coerente com seu tamanho e relevância no mercado, sendo reajustada com base nos padrões de remuneração de tais setores.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

O modelo e a composição da remuneração têm o objetivo de refletir as responsabilidades dos cargos ocupados pelos administradores da Companhia, as práticas de mercado e seu nível de competitividade, de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e motivar profissionais, levando sempre em consideração a meritocracia.

(v) existência de membros não remunerados

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, os membros do conselho de administração não recebiam remuneração por conta do exercício de suas funções na Companhia, uma vez que possuem vínculo profissional com o acionista controlador da Companhia. Um dos membros do Conselho de Administração será remunerado a partir de abril de 2019. Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Diretoria também não recebia remuneração por conta do exercício de suas respectivas funções na Companhia.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas salariais do mercado e avaliações de desempenho individuais, atrelados ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função.

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração variável fazem parte de um sistema de gestão de metas individuais e corporativas, que consideram o volume total de vendas e o EBITDA, bem como o faturamento total e o lucro líquido da Companhia, respectivamente.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

As definições do planejamento estratégico da Companhia são consideradas na remuneração variável da Diretoria estatutária e não estatutária, englobando os resultados financeiros das respectivas áreas sob a responsabilidade dos administradores e os resultados financeiros consolidados da Companhia, como faturamento e lucratividade, bem como indicadores operacionais, como nível de satisfação dos clientes, índice de rotatividade de colaboradores, entre outros.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável dos administradores está vinculada ao desempenho econômico-financeiro e operacional anual da Companhia, conforme descrito no item 13.1.c, com base em metas estabelecidas, sendo referência para o pagamento de bônus para os membros da Diretoria estatutária e não estatutária. Caso as metas individuais e corporativas sejam superadas, os administradores farão jus à remuneração variável acima do *target* esperado, conforme valores máximos elencados no item 13.3 abaixo.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração da Companhia está estruturada para estimular os administradores a se manterem alinhados aos objetivos da organização e a buscar a realização das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. A porção fixa da remuneração busca reconhecer o valor dos cargos e contribuir para a retenção dos administradores, o que proporciona maior estabilidade e qualidade das atividades à Companhia. A porção variável proporciona compensação financeira aos Diretores conforme as metas são atingidas, visando alinhar os objetivos da empresa e dos Diretores na busca por maior eficiência e rentabilidade.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros de sua administração. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos. Ainda, cabe destacar que a controladora da Companhia e suas controladas remuneram os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em razão do exercício de funções em outros cargos que não aqueles que exercem na própria Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração tem as seguintes atribuições:

- Aprovar as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- Discutir, analisar e supervisionar a implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, discutindo os princípios gerais de remuneração dos colaboradores e recomendando o seu aprimoramento; e

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- Propor o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária;

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Adotamos estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de atuação e com parâmetros de mercado. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio de:

- Participação em pesquisas realizadas em âmbito nacional; e
- Participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia no mínimo anualmente a adequação das práticas de remuneração e, principalmente, a atualização e/ou aplicabilidade da prática adotada.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,33	5,83	0,00	8,16
Nº de membros remunerados	0,83	5,83	0,00	6,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	250.000,00	3.800.273,20	0,00	4.050.273,20
Benefícios direto e indireto	0,00	79.225,08	0,00	79.225,08
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	50.000,00	1.045.054,64	0,00	1.095.054,64
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.023.730,82	0,00	1.023.730,82
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.399.213,23	0,00	2.399.213,23
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	239.249,38	0,00	239.249,38
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros da Diretoria apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	300.000,00	8.586.746,35	0,00	8.886.746,35

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,50	0,00	6,50
Nº de membros remunerados	0,00	3,50	0,00	3,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.352.901,24	0,00	2.352.901,24
Benefícios direto e indireto	0,00	28.286,48	0,00	28.286,48
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	582.518,85	0,00	582.518,85
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	427.178,33	0,00	427.178,33
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00		0,00	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	559.693,00	0,00	559.693,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros da Diretoria apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	3.950.577,90	0,00	3.950.577,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,75	2,83	0,00	3,58
Nº de membros remunerados	0,00	2,83	0,00	2,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.489.677,63	0,00	1.489.677,63
Benefícios direto e indireto	0,00	18.703,29	0,00	18.703,29
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	433.613,53	0,00	433.613,53
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	388.614,00	0,00	388.614,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	678.390,00	0,00	678.390,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros da Diretoria apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	3.008.998,45	0,00	3.008.998,45

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	1,00	0,00	1,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros da Diretoria apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício social corrente 31/12/2019 – Valores Anuais				
Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	2,33	5,83	0,00	8,16
Nº de membros remunerados	0,00	5,83	0,00	5,83
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$2.186.112,55	R\$0,00	R\$2.186.112,55
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$1.023.730,82	R\$0,00	R\$1.023.730,82

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3	3,50	0	6,50
Nº de membros remunerados	0	3,50	0	3,50
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$2.267.720,00	R\$0,00	R\$2.267.720,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$1.133.860,00	R\$0,00	R\$1.133.860,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$0,00	R\$427.178,33	R\$0,00	R\$427.178,33

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3	2,83	0	5,83
Nº de membros remunerados	0	2,83	0	2,83
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$954.000,00	R\$0,00	R\$954.000,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$477.000,00	R\$0,00	R\$477.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$0,00	R\$388.614,00	R\$0,00	R\$388.614,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016				
Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	0	1,00	0	1,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016				
Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) Termos e condições gerais

Os administradores que sejam considerados executivos-chave, os empregados e os prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas são elegíveis a 4 (quatro) planos de remuneração baseados em ações – os quais estão dispostos a seguir:

i. Plano de Opção da JSL

A Assembleia Geral de Acionistas da JSL S.A., a controladora da Companhia ("JSL"), aprovou em 8 de fevereiro de 2010, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da JSL ("Plano de Opção da JSL") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da JSL para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle, incluindo a Companhia.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da JSL ("Beneficiários da JSL") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da JSL, com base em contratos de opção de compra de ações que venham a ser celebrados pela JSL e os Beneficiários da JSL de tal plano, o que abrange, inclusive, administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia.

ii. Plano de Ações Restritas e Matching da JSL

A Assembleia Geral de Acionistas da JSL aprovou, em 22 de outubro de 2018, Plano de Ações Restritas e Matching da JSL ("Plano de Ações Restritas da JSL") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da JSL.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia ("Beneficiários da JSL") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da JSL, com base em contratos de outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas celebrados entre a JSL e os Beneficiários, por meio dos quais a JSL e/ou as Controladas, inclusive a Companhia, outorgarão direito ao recebimento de Ações Restritas aos Beneficiários ("Contrato de Outorga da JSL").

iii. Plano de Opção da Companhia

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("Plano de Opção da Companhia") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia ("Beneficiários") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em contratos de opção de compra de ações ("Contrato de Opção") que venham a ser celebrados pela Companhia e os Beneficiários do Plano de Opção.

iv. Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia ("Plano de Ações Restritas da Companhia") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da Companhia.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia ("Beneficiários") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em contratos de outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas celebrados entre a

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Companhia e os Beneficiários, por meio dos quais a Companhia e/ou as Controladas outorgarão direito ao recebimento de Ações Restritas aos Beneficiários ("Contrato de Outorga").

(b) Principais objetivos do plano

i. O Plano de Opção da JSL tem por objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da JSL; (b) alinhar os interesses dos acionistas da JSL aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da JSL ou outras sociedades sob o seu controle, inclusive a Companhia; e (c) possibilitar à JSL ou outras sociedades sob o seu controle, inclusive a Companhia, atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

ii. O Plano de Ações Restritas da JSL tem por objetivo permitir que os Beneficiários da JSL recebam (i) Ações Restritas e, (ii) conforme aplicável, Ações Matching, na medida em que os Beneficiários da JSL, dentre outras condições, designem uma parcela de seu Bônus para recebimento de Ações Próprias.

iii. O Plano de Opção tem por objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

iv. O Plano de Ações Restritas tem por objetivo permitir que os Beneficiários recebam (i) Ações Restritas e, (ii) conforme aplicável, Ações Matching, na medida em que os Beneficiários, dentre outras condições, designem uma parcela de seu Bônus para recebimento de Ações Próprias.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção da JSL, o Plano de Ações Restritas da JSL, o Plano de Opção e o Plano de Ações Restritas ("Planos") conferem aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da JSL e/ou da Companhia, conforme o caso, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a JSL e/ou a Companhia, conforme o caso. Além disso, considerando os prazos de "vesting" das opções, os Planos também contribuem para promover a retenção dos Beneficiários na JSL e/ou na Companhia, conforme o caso.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Os Planos constituem instrumentos incentivadores do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os Planos alinham os interesses de administradores, Companhia, JSL e acionistas por meio de benefícios de acordo com a performance das ações da Companhia e/ou da JSL, conforme o caso. Por meio dos Planos, a Companhia busca estimular a melhoria na gestão e a permanência de seus executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, os Planos visam possibilitar à Companhia a obtenção e manutenção dos serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da mesma, nos termos e condições previstos nos Planos.

(f) Número máximo de ações abrangidas

Nos termos dos Planos de Opção da Companhia e da JSL, podem ser outorgadas aos seus participantes, opções de compra de ações sobre um número de ações que não exceda 5% do total das ações de

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

emissão da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos dos Planos estejam sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção atribuirá ao seu titular o direito à aquisição ou subscrição de 1 ação. Nesse sentido, conforme mencionado na alínea "f" acima, as ações, somadas às opções ou outros direitos de recebimento de ações, no âmbito dos Planos de Opção da Companhia e da JSL, poderão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, 5% do capital social total e votante da Companhia e/ou da JSL S.A., conforme o caso, em bases totalmente diluídas.

(h) Condições de aquisição de ações

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as exigências e condições previstas nos Planos e nos respectivos Contratos, e desde que respeitado o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente.

A Companhia celebrou Contratos de Opção, nos termos do Plano de Opção da JSL e do Plano de Ações Restritas da JSL, conforme abaixo:

Conforme estabelecido no Programa 01/16, as opções podem ser exercidas em 3 parcelas anuais, sendo que a 1ª poderá abranger até 25% do total de opções outorgadas, a 2ª, até 50%, e a 3ª, até 100%. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

Conforme estabelecido no Programa 01/17, as opções podem ser exercidas em 3 parcelas anuais, sendo que a 1ª poderá abranger até 25% do total de opções outorgadas, a 2ª, até 50%, e a 3ª, até 100%. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

Conforme estabelecido no Programa 01/18, as ações restritas podem ser exercidas em 4 parcelas anuais, sendo que todas as parcelas serão de 25% da quantidade total de ações. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço a ser pago pelos participantes, para fins dos Planos, será equivalente à média da cotação das ações ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) pregões em que as Ações tenham sido negociadas na B3 imediatamente anteriores cada data de outorga e/ou transferência de lotes das ações restritas.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções outorgadas nos termos dos Planos de Opção da Companhia e da JSL somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente após o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

(k) Forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

(l) Restrições à transferência das ações

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos dos Planos 01/16 e 01/17 não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

prioritariamente para quitação integral do débito do Beneficiário para com a JSL e/ou a Companhia, conforme o caso.

Adicionalmente, observado o disposto nas condições previstas nos Contratos, o Beneficiário se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a não vender, ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar a terceiros as Ações adquiridas em razão do exercício das Opções, sem antes oferecer as referidas Ações à Companhia.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano de Opção.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para os Planos de Ações Restritas e Matching da Companhia e da JSL, na hipótese de desligamento de um beneficiário, tal beneficiário (i) fará jus ao recebimento das ações restritas e ações próprias cujo direito ao recebimento já seja aplicável mas que ainda não tenham sido entregues a tal beneficiário, e (ii) não fará jus ao recebimento das ações matching que ainda não tenham sido entregues a tal beneficiário, restando automaticamente extinto, de pleno direito, o direito ao seu recebimento, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Para os Planos de Opção da Companhia e da JSL, se, a qualquer tempo durante a vigência do programa, o participante: **(a)** desligar-se da Companhia e/ou da JSL por vontade própria, pedindo demissão, ou renunciando a cargo de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem conferir qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem conferir qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; **(b)** for desligado por iniciativa exclusiva da Companhia ou da JSL, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violação de deveres e atribuições de administrador, todas as opções, sejam elas exercíveis ou ainda não exercíveis na data do desligamento do participante restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; **(c)** for desligado por iniciativa exclusiva da Companhia ou da JSL, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem que a violação dos deveres e atribuições de administrador tenha motivado a exoneração: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; **(d)** desligar-se da Companhia ou da JSL por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores, podendo o conselho de administração deliberar, entretanto, a seu exclusivo critério, pela alteração do prazo de exercício, para assegurar ao participante parte ou a totalidade de opções; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; e **(e)** vier a falecer: (i) as opções ainda não

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores, podendo o conselho de administração deliberar, entretanto, a seu exclusivo critério, pela alteração do prazo de exercício, para assegurar ao participante parte ou a totalidade de opções; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu falecimento poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante, desde que o façam no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização a seus herdeiros ou sucessores a qualquer título.

A controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados ao Grupo que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações – transações de ações do grupo e em tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
Nº total de membros	2,33	5,83			
Nº de membros remunerados	0	5,83			
Outorga de opções de compra de ações					
Data de outorga	N/A	<u>Plano 1/19</u>			
		1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	4ª Tranche
		05/04/2019	05/04/2019	05/04/2019	05/04/2019
Quantidade de opções outorgadas	N/A	9.174	9.174	9.174	9.174
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	05/04/2020	05/04/2021	05/04/2022	05/04/2023

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	05/04/2020	05/04/2021	05/04/2022	05/04/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 11,38	R\$ 11,38	R\$ 11,38	R\$ 11,38
Preço médio ponderado de exercício:					
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 6,52	R\$ 6,52	R\$ 6,52	R\$ 6,52
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,018%	0,013%	0,009%	0,004%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
Nº total de membros	3,00	3,50			
Nº de membros remunerados	0,00	3,50			
Outorga de opções de compra de ações					
Data de outorga	N/A	<u>Plano 1/18</u>			
		1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	4ª Tranche
		23/04/2018	23/04/2018	23/04/2018	23/04/2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	6.933	6.933	6.933	6.933
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	24/04/2019	24/04/2020	24/04/2021	24/04/2022
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	24/04/2019	24/04/2020	24/04/2021	24/04/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 6,26	R\$ 6,13	R\$ 5,99	R\$ 5,86
Preço médio ponderado de exercício:					
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 8,12	R\$ 8,12	R\$ 8,12	R\$ 8,12
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,013%	0,010%	0,007%	0,003%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	0,75	2,83		
Nº de membros remunerados	0,00	2,83		
Outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	N/A	<u>Plano 1/17</u>		
		1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche
		01/04/2017	01/04/2017	01/04/2017
Quantidade de opções outorgadas	N/A	33.056	33.056	66.113
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	02/04/2020	02/04/2021	02/04/2022
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	06/2022	06/2022	06/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 2,02	R\$ 2,55	R\$ 3,02
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 9,03	R\$ 9,03	R\$ 9,03
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,064%	0,048%	0,032%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2016**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	0,00	1		
Nº de membros remunerados	0,00	1		
Outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	N/A	<u>Plano 1/16</u>		
		1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche
		01/04/2016	01/04/2016	01/04/2016
Quantidade de opções outorgadas	N/A	48.983	48.983	97.967
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	02/04/2019	02/04/2020	02/04/2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	02/06/2021	02/06/2021	02/06/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 4,98	R\$ 5,62	R\$ 6,17
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 8,36	R\$ 8,36	R\$ 8,36
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,095%	0,071%	0,048%

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária									
Nº total de membros	3,00	3,50									
Nº de membros remunerados	0,00	3,50									
Opções ainda não exercíveis											
Quantidade	N/A	<u>Plano 1/18</u>				<u>Plano 1/17</u>			<u>Plano 1/16</u>		
		1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	4ª Tranche	1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche	1ª Tranche	2ª Tranche	3ª Tranche
		6.933	6.933	6.933	6.933	33.056	33.056	66.113	48.983	48.983	97.967
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	24/04/2019	24/04/2020	24/04/2021	24/04/2022	02/04/2020	02/04/2021	02/04/2022	02/04/2019	02/04/2020	02/04/2021

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	24/04 /2019	24/04 /2020	24/04 /2021	24/04 /2022	02/06 /2022	02/06 /2022	02/06 /2022	02/06 /2021	02/06 /2021	02/06 /2021
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 8,12	R\$ 8,12	R\$ 8,12	R\$ 8,12	R\$ 9,03	R\$ 9,03	R\$ 9,03	R\$ 8,36	R\$ 8,36	R\$ 8,36
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$1.642.459,29	R\$1.599.058,71	R\$1.556.559,42	R\$1.515.030,75	R\$1.474.403,37	R\$1.407.630,25	R\$1.323.337,45	R\$1.123.676,19	R\$879.740,85	R\$604.456,39
Opções exercíveis											
Quantidade	N/A	N/A									
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A									
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A									

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	3	3,5	6,5
Nº de membros remunerados	0	3,5	3,5
Opções exercidas			
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Ações entregues			
Número de ações entregues	N/A	27.732	27.732
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	8,12	8,12
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0	2,83	2,83
Nº de membros remunerados	0	2,83	2,83
Opções exercidas			
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Ações entregues			

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Número de ações entregues	N/A	132.225	132.225,00
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	9,03	9,03
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0	1	1
Nº de membros remunerados	0	1	1
Opções exercidas			
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Ações entregues			
Número de ações entregues	N/A	195.933	195.933
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	8,36	8,36
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a) Metodologia de precificação:

Programas 01/2016 e 01/2017 – O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera o histórico das cotações e volatilidade, os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

Programa 01/18 – Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações é a média da cotação das ações da JSL na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões do ano anterior.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos e taxa de juros livre de risco:

Preço Médio Ponderado: os programas são calculados com base na média da cotação das ações da Companhia/JSL na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão,

Preço de Exercício das Ações: preço do fechamento do dia anterior ao exercício.

Volatilidade esperada, prazo de vida, dividendos e taxa de juros livre de risco – conforme planilha abaixo:

Pla no	Ano de outorga	Qtde de opções	Tranc he	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilid ade	Taxa de juro s livre de risco	Dividen dos esperad os	Vid a da opç ão	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33 %	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
VI	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21 %	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VI	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16 %	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02 %	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15 %	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30 %	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

Pla no	Ano de outorga	Qtd e de açõ es	Tranc he	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilid ade	Tax a de juro s livr e de risc o	Dividen dos esperad os	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	6.933	1	0,00	6,26	36,7%	6,38 %	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	24/04/2019
I	2018	6.933	2	0,00	6,13	36,7%	7,25 %	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	24/04/2020

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

I	2018	6.9 33	3	0,00	5,99	36,7%	8,19 %	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	24/04/2021
I	2018	6.9 33	4	0,00	5,86	36,7%	8,89 %	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	24/04/2022

- c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:** Não aplicável, dado que o modelo não permite o exercício antecipado sem autorização do nosso Conselho de Administração, e este será responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados de eventual exercício antecipado.
- d) Forma de determinação da volatilidade:** A volatilidade esperada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações da JSL na B3.
- e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:** Não aplicável, todas as características já estão descritas acima.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Na data deste Formulário de Referência, os membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia detinham, direta ou indiretamente, as seguintes participações acionárias na Companhia, em suas controladoras, controladas ou em sociedades sob controle comum:

JSL S.A.	Participação Direta			Participação Indireta		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total
Membros do Conselho de Administração	21.065.559	0	10,24%	0	0	0
Membros da Diretoria	0	0	0	0	0	0

Movida	Participação Direta			Participação Indireta		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total
Membros do Conselho de Administração	20.902.892	0	9,79%	0	0	0
Membros da Diretoria	75.704	0	0,03%	0	0	0

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer plano de previdência em vigor para os administradores da Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	3,50	2,83	1,00	3,00	0,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,50	2,83	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.615.000,00	1.790.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	830.468,00	687.553,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.128.737,00	1.063.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2017	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano. A Companhia só instituiu seu Conselho de Administração em 2017.
31/12/2016	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.

Conselho de Administração	
31/12/2018	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2017	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano. A Companhia só instituiu seu Conselho de Administração em 2017.
31/12/2016	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2017	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano. A Companhia só instituiu seu Conselho de Administração em 2017.
31/12/2016	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Em 2018, não houve indenização para administradores destituídos ou aposentados.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, os membros do conselho de administração não recebiam remuneração por conta do exercício de suas funções na Companhia, uma vez que possuem vínculo profissional com o acionista controlador da Companhia. Um dos membros do Conselho de Administração será remunerado a partir de abril de 2019. Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Diretoria também não recebia remuneração por conta do exercício de suas respectivas funções na Companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam e a Companhia não possui conselho fiscal instalado.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não receberam remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 13.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2018					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	77	69	246	15	34	441
Coordenador/Supervisor	2	10	50	1	7	70
Diretor/executivo	0	1	7	0	0	8
Especialista	1	0	4	0	0	5
Gerente	9	6	38	2	2	57
Operacional	38	66	165	11	19	299
Técnico	0	6	22	2	2	32
Total	127	158	532	31	64	912

Atividade	31/12/2017					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	3	89	158	20	32	302
Coordenador/Supervisor	3	10	33	1	8	55
Diretor/executivo	0	0	7	0	0	7
Especialista	0	0	2	0	0	2
Gerente	0	6	17	4	2	29
Operacional	2	39	98	15	21	175
Técnico	0	6	19	3	3	31
Total	8	150	334	43	66	601

Atividade	31/12/2016					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	0	87	139	17	34	277
Coordenador/Supervisor	1	10	25	1	8	45
Diretor/executivo	0	0	6	0	0	6
Especialista	0	0	2	0	0	2
Gerente	0	7	13	3	2	25
Operacional	0	44	87	16	20	167
Técnico	0	6	11	3	3	23
Total	1	154	283	40	67	545

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2018					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	0	0	9	0	0	0

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Atividade	31/12/2018					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Coordenador/Supervisor	0	0	0	0	0	0
Diretor/executivo	0	0	0	0	0	0
Especialista	0	0	0	0	0	0
Gerente	0	0	0	0	0	0
Operacional	0	0	0	0	0	0
Técnico	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	9	0	0	0

Atividade	31/12/2017					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	0	0	42	0	0	0
Coordenador/Supervisor	0	0	0	0	0	0
Diretor/executivo	0	0	0	0	0	0
Especialista	0	0	0	0	0	0
Gerente	0	0	0	0	0	0
Operacional	0	0	0	0	0	0
Técnico	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	42	0	0	42

Em 2016, não haviam pessoas terceirizadas pela Companhia.

(c) Índice de rotatividade

31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
1,64%	1,45 %	1,86%

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Em 2018, houve um aumento de 311 colaboradores à mais no quadro, num total de 34,10%. O acréscimo se deu principalmente com a aquisição da empresa Borgato e expansão da Vamos na região Sudeste.

Em 2017, houve um aumento de 9,32% no quadro de colaboradores, que passou de 545 para 601, totalizando 56 colaboradores a mais no quadro. Este aumento se deu principalmente em razão da expansão das atividades nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Em 2016, houve uma alteração no quadro de colaboradores de 12,48%, que se deu em razão da criação de nova empresa no grupo, totalizando um acréscimo de 68 novos colaboradores com distribuição principalmente na região Sudeste.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de seus profissionais por meio da adoção de uma prática de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos, tendo como norte a meritocracia. O salário dos empregados da Companhia é calculado na forma da lei e com base nos acordos coletivos de sindicatos de classe com os quais a Companhia mantém relacionamento, bem como é alinhado com os salários pagos por outras companhias do setor. A remuneração é composta por salário base e bônus (dependendo do cargo), baseado em um múltiplo de zero a, no máximo, oito salários, podendo variar de acordo com o desempenho.

(b) política de benefícios

A Companhia tem como política promover o bem-estar de seus empregados. Entre os benefícios oferecidos aos seus empregados estão: cesta básica, convênio com faculdades, convênio farmácia, subsídio parcial a plano odontológico e convênio médico, vale-refeição/vale-alimentação, vale-transporte e plano de participação nos lucros.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Não há plano de remuneração baseado em ações outorgadas para os empregados da Companhia.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Na data da apresentação deste Formulário, os empregados da Companhia são representados por 40 sindicatos ligados às atividades logísticas e correlacionadas.

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com os seus empregados e com os sindicatos que os representam e, em função disso, a Companhia informa que nos últimos 3 exercícios sociais, não teve paralisações, mesmo que pontuais.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 14.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)						
52.548.435/0001-79	Brasileira	Não	Sim	28/10/2018		
Não						
95.817.830	98,967000%	0	0,000000%	95.817.830	98,967000%	
OUTROS						
1	0,001000%	0	0,000000%	1	0,001000%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 08/04/2019						
1.000.000	1,032000%	0	0,000000%	1.000.000	1,032000%	
TOTAL						
96.817.831	100,000000%	0	0,000000%	96.817.831	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)			52.548.435/0001-79		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 08/06/2018					
422.968	0,210000	0	0,000000	422.968	0,210000
Fernando Antonio Simões					
088.366.618-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	09/01/2013	
Não					
20.902.892	10,170000	0	0,000000	20.902.892	10,170000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA.					
07.078.144/0001-00	Brasileira-SP	Não	Não	31/03/2018	
Não					
13.225.500	6,430000	0	0,000000	13.225.500	6,430000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Jussara Elaine Simões					
933.515.508-04	Brasileira-SP	Sim	Não	30/09/2014	
Não					
4.896.785	2,380000	0	0,000000	4.896.785	2,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)			52.548.435/0001-79		
Marita Simões					
076.697.098-12	Brasileira-SP	Sim	Não	09/01/2012	
Não					
4.816.785	2,340000	0	0,000000	4.816.785	2,340000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
42.004.484	20,450000	0	0,000000	42.004.484	20,450000
SIMPAP S.A.					
07.415.333/0001-20	Brasileira-SP	Não	Sim	09/01/2012	
Não					
114.451.301	55,680000	0	0,000000	114.451.301	55,680000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Solange Maria Simões Reis					
906.438.528-91	Brasileira-SP	Sim	Não	09/01/2012	
Não					
4.816.785	2,340000	0	0,000000	4.816.785	2,340000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JSL S.A. (AÇÕES EM TESOURARIA)				52.548.435/0001-79	
TOTAL					
205.537.500	100,000000	0	0,000000	205.537.500	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
SIMPAR S.A.			07.415.333/0001-20		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Fernando Antonio Simões					
088.366.618-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/02/2010	
Não					
48.667.076	52,000000	0	0,000000	48.667.076	52,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Julio Eduardo Simões					
524.947.648-15	Brasileira-SP	Sim	Não	26/02/2010	
Não					
11.230.863	12,000000	0	0,000000	11.230.863	12,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Jussara Elaine Simões					
933.515.508-04	Brasileira-SP	Sim	Não		
Não					
11.230.863	12,000000	0	0,000000	11.230.863	12,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SIMPAR S.A.				07.415.333/0001-20	
Marita Simões					
076.697.098-12	Brasileira-SP	Sim	Não		
Não					
11.230.863	12,000000	0	0,000000	11.230.863	12,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Solange Maria Simões Reis					
906.438.528-91	Brasileira-SP	Sim	Não		
Não					
11.230.863	12,000000	0	0,000000	11.230.863	12,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
93.590.528	100,000000	0	0,000000	93.590.528	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	22/02/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

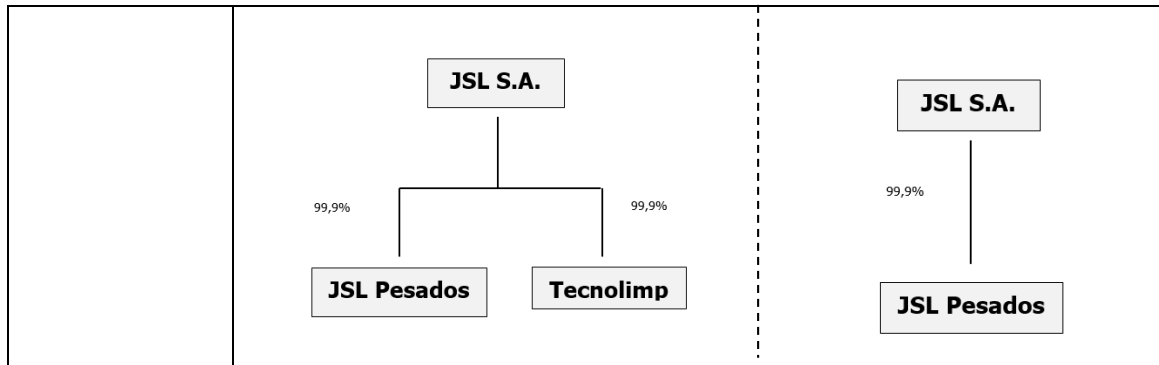
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não foram realizadas alterações relevantes (aquisições ou alienações) nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Incorporação dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A.
b) principais condições do negócio	Os sócios aprovaram, em 31 de agosto de 2016, a incorporação, pela Companhia, dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. devidamente avaliados nos termos de laudo de avaliação, no valor total de R\$15.330.882,02. Em razão da incorporação, houve um aumento do capital social da Companhia o qual passou de R\$43.360.467,00 para R\$58.691.349,00, dividido em 58.691.349 quotas, aumento que corresponde ao valor da parcela incorporada pela Companhia, desprezado apenas o valor de R\$0,02 para garantir a indivisibilidade das quotas.
c) sociedades envolvidas	JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Reunião de Sócios.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

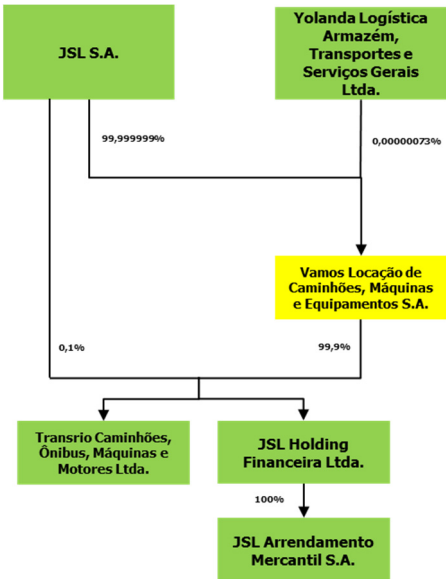
a) evento	Incorporação da J.P. Tecnolimp S.A.
b) principais condições do negócio	Os sócios aprovaram, em 30 de setembro de 2016, a incorporação da J.P. Tecnolimp S.A., cujo patrimônio líquido avaliado nos termos de laudo de avaliação somava, em 30 de junho de 2016, o valor total de R\$1.600.000,00. Como consequência da incorporação, houve aumento do capital social da Companhia, o qual passou de R\$86.226.824,00 para R\$87.826.824,00, dividido em 87.826.824 quotas. A Tecnolimp foi constituída para o propósito específico de explorar a área objeto de arrendamento contratado com a CODESP em decorrência e com fundamento na concorrência nº 22/97. A Companhia e a Tecnolimp eram controladas pela JSL S.A. e com o fim do arrendamento, não havia mais finalidade para a atividade da Tecnolimp, sendo que ainda permaneceram sob a titularidade da Tecnolimp ativos operacionais que a JSL Pesados tinha interesse em utilizar em suas atividades. Com a incorporação, houve a extinção da Tecnolimp que não tinha mais razão para ser mantida ativa. A Companhia tornou-se a titular dos ativos da Tecnolimp, inclusive os operacionais que ela passou a utilizar em suas atividades.
c) sociedades envolvidas	JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. e J.P. Tecnolimp S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a incorporação da Tecnolimp, tal sociedade foi extinta e sua outra acionista – a Simpar S.A. - foi reembolsada segundo o valor patrimonial de sua participação na Tecnolimp.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Reunião de Sócios.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da Incorporação: Depois da Incorporação:

15.7 - Principais operações societárias

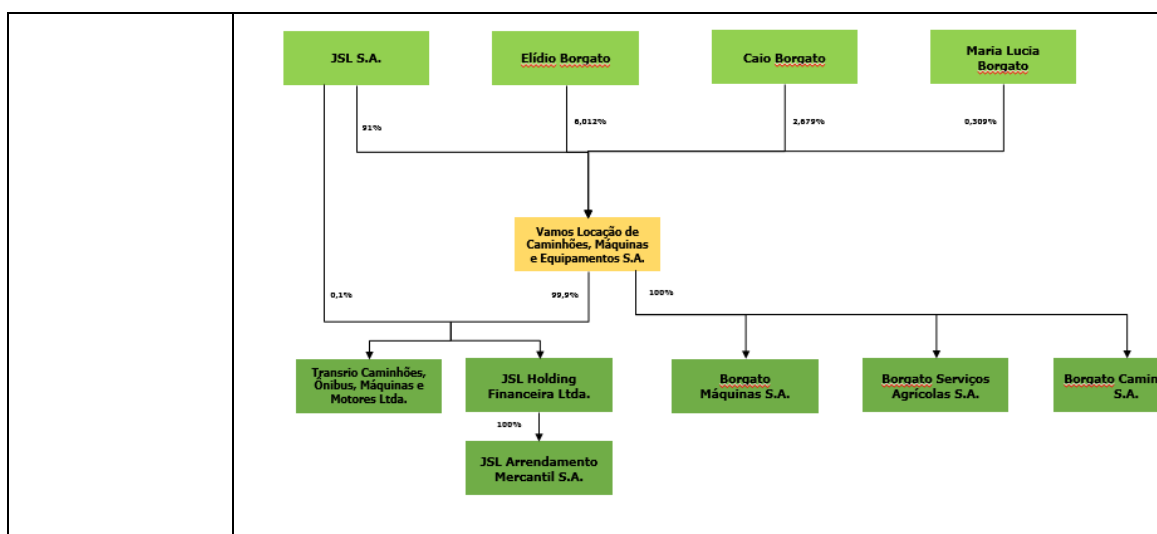
a) evento	Incorporação dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A. e aumento de capital social da Companhia mediante a contribuição de totalidade da participação societária detida pela JSL S.A. na JSL Holding Financeira Ltda.
b) principais condições do negócio	Os sócios aprovaram, em 31 de outubro de 2017, a incorporação dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A., devidamente avaliados nos termos de laudo de avaliação, no valor total de R\$154.989.109,77. Em razão da incorporação da parcela cindida, houve um aumento de capital social no valor de R\$154.989.109,77. Ainda, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia mediante a contribuição da totalidade da participação societária detida pela acionista JSL S.A. na JSL Holding Financeira Ltda., no valor de R\$ 64.147.116,42. Em razão das aprovações mencionadas acima, o capital social da Companhia passou de R\$ 145.219.156,00 para R\$ 364.355.382,19 dividido em 261.198.478 ações.
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A. e JSL Holding Financeira Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	Aquisição de 100% da participação societária na Borgato Máquinas S.A., na Borgato Serviços Agrícolas S.A. e na Borgato Caminhões S.A.
b) principais condições do negócio	A Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 100% da participação societária na Borgato Máquinas S.A., na Borgato Serviços Agrícolas S.A. e na Borgato Caminhões S.A. A operação foi implementada mediante (i) a aquisição direta de 32.350.982 ações de emissão da Borgato Máquinas S.A., 10.033.349 ações de emissão da Borgato Serviços Agrícola S.A. e 7.344.886 ações de emissão da Borgato Caminhões S.A., e (ii) a incorporação, pela Companhia, das ações remanescentes de emissão da Borgato Máquinas S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A. devidamente avaliadas nos termos de laudo de avaliação, no valor total de R\$ 88.138.225,36, conforme aprovada pelos acionistas da Companhia em 22 de dezembro de 2017.

15.7 - Principais operações societárias

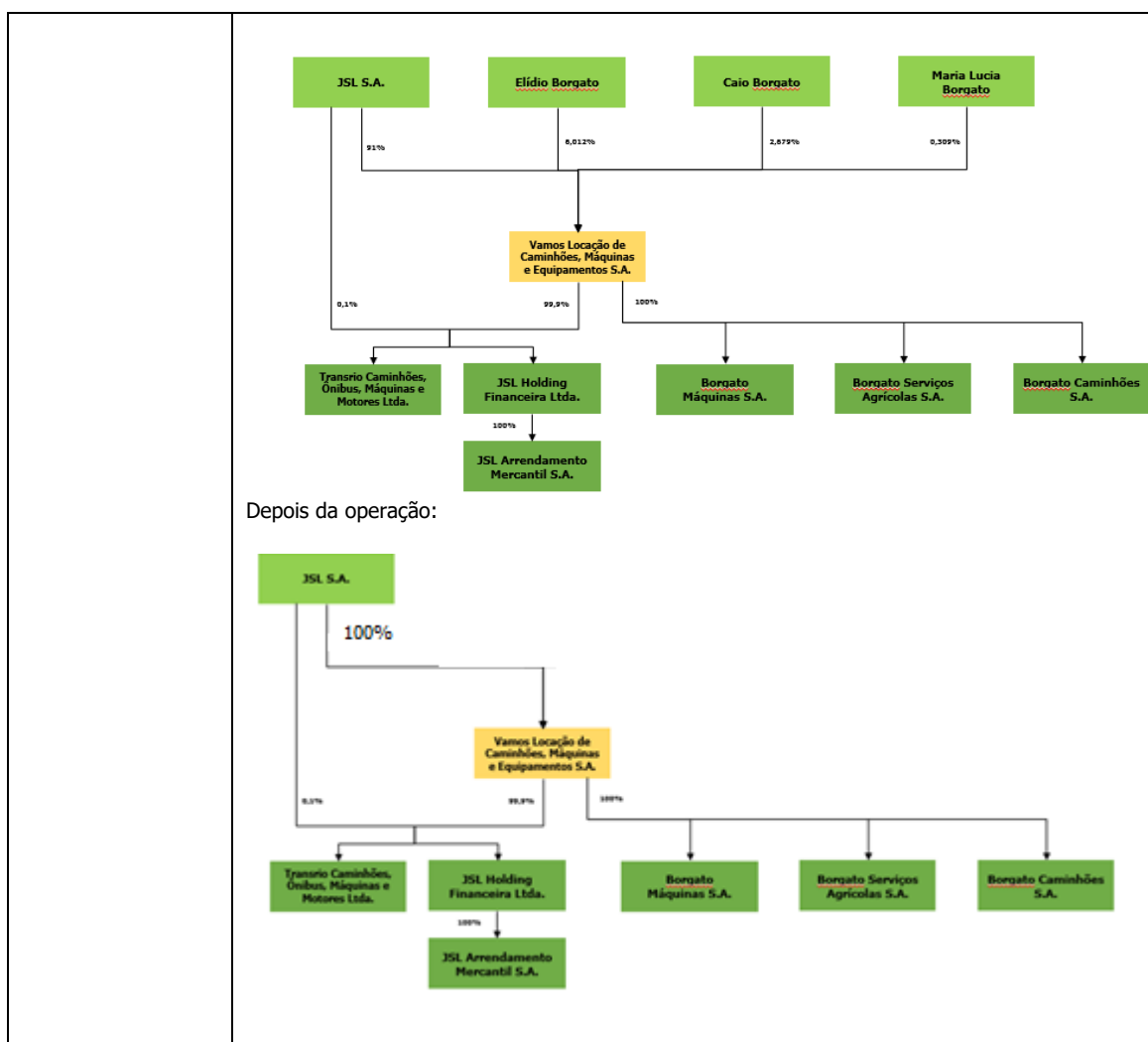
	Em razão da incorporação de ações, houve um aumento do capital social da Companhia, o qual passou de R\$447.558.156,83 para R\$565.696.382,19, dividido em 354.860.333 ações.
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a aquisição direta e incorporação de ações, a Companhia passou a deter a totalidade das ações ordinárias de emissão das empresas Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. Em consequência da incorporação de ações, os acionistas de tais sociedades cujas ações foram incorporadas receberam ações emitidas pela Companhia em decorrência da incorporação. Ademais, a acionista da Companhia Yolanda Logística Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda. cedeu a totalidade de suas ações da Companhia para a acionista JSL S.A.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação:  <pre> graph TD JSL_S_A[JSL S.A.] -- "99,9999999%" --> VAMOS[Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.] YLOG[Yolanda Logística Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda.] -- "0,00000073%" --> VAMOS JSL_S_A -- "0,1%" --> Transrio[Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.] VAMOS -- "99,9%" --> Transrio JSL_S_A -- "0,1%" --> JSL_Holding[JSL Holding Financeira Ltda.] JSL_Holding -- "100%" --> JSL_Arrendamento[JSL Arrendamento Mercantil S.A.] </pre> Depois da operação:

15.7 - Principais operações societárias



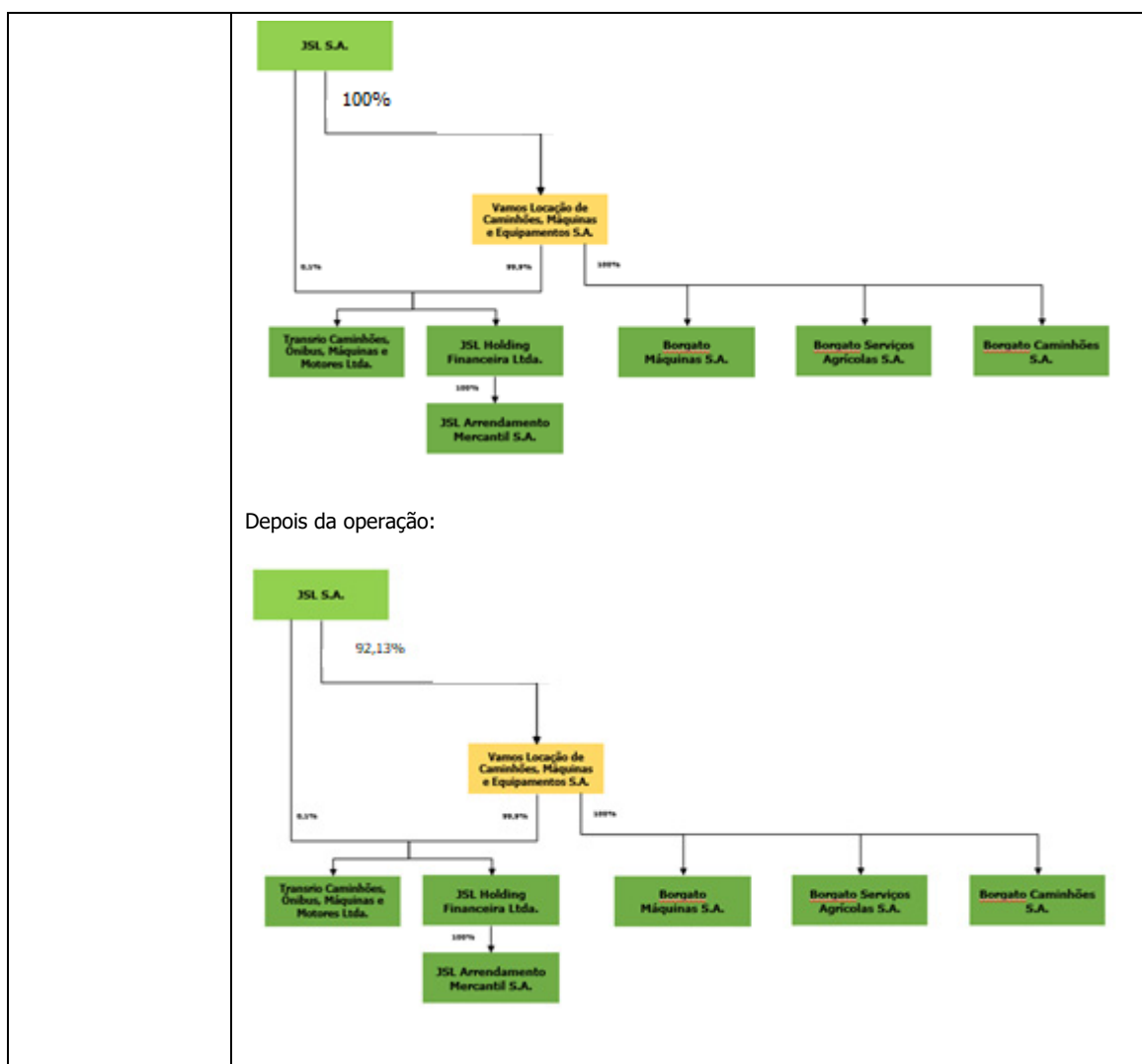
a) evento	Transferência das ações da Companhia de titularidade de Elídio Borgato, Caio Borgato e Maria Lúcia Borgato para ECBC Participação Ltda., bem como a incorporação da ECBC Participação Ltda. pela JSL S.A.
b) principais condições do negócio	Elídio Borgato, Caio Borgato e Maria Lúcia Borgato transferiram, em 29 de agosto de 2018, as ações da Companhia de sua titularidade para a ECBC Participação Ltda. Posteriormente, em 22 de outubro de 2018, a JSL S.A. aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da ECBC Participação Ltda., com a consequente extinção da ECBC Participação Ltda. e aquisição de seu patrimônio líquido pela JSL S.A.
c) sociedades envolvidas	ECBC Participação Ltda. e JSL S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Elídio Borgato, Caio Borgato e Maria Lúcia Borgato deixaram de integrar o quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação da incorporação da ECBC Participação Ltda. em Assembleia Geral Extraordinária da JSL S.A.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação:

15.7 - Principais operações societárias



a) evento	Transferência de uma ação da Companhia de titularidade da JSL S.A. para a JSL Empreendimentos Imobiliários S.A.
b) principais condições do negócio	A JSL S.A. transferiu, em 28 de outubro de 2018, uma ação da Companhia de sua titularidade para a JSL Empreendimentos Imobiliários S.A.
c) sociedades envolvidas	JSL S.A. e JSL Empreendimentos Imobiliários S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A JSL Empreendimentos Imobiliários S.A. passou a integrar o quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação:

15.7 - Principais operações societárias

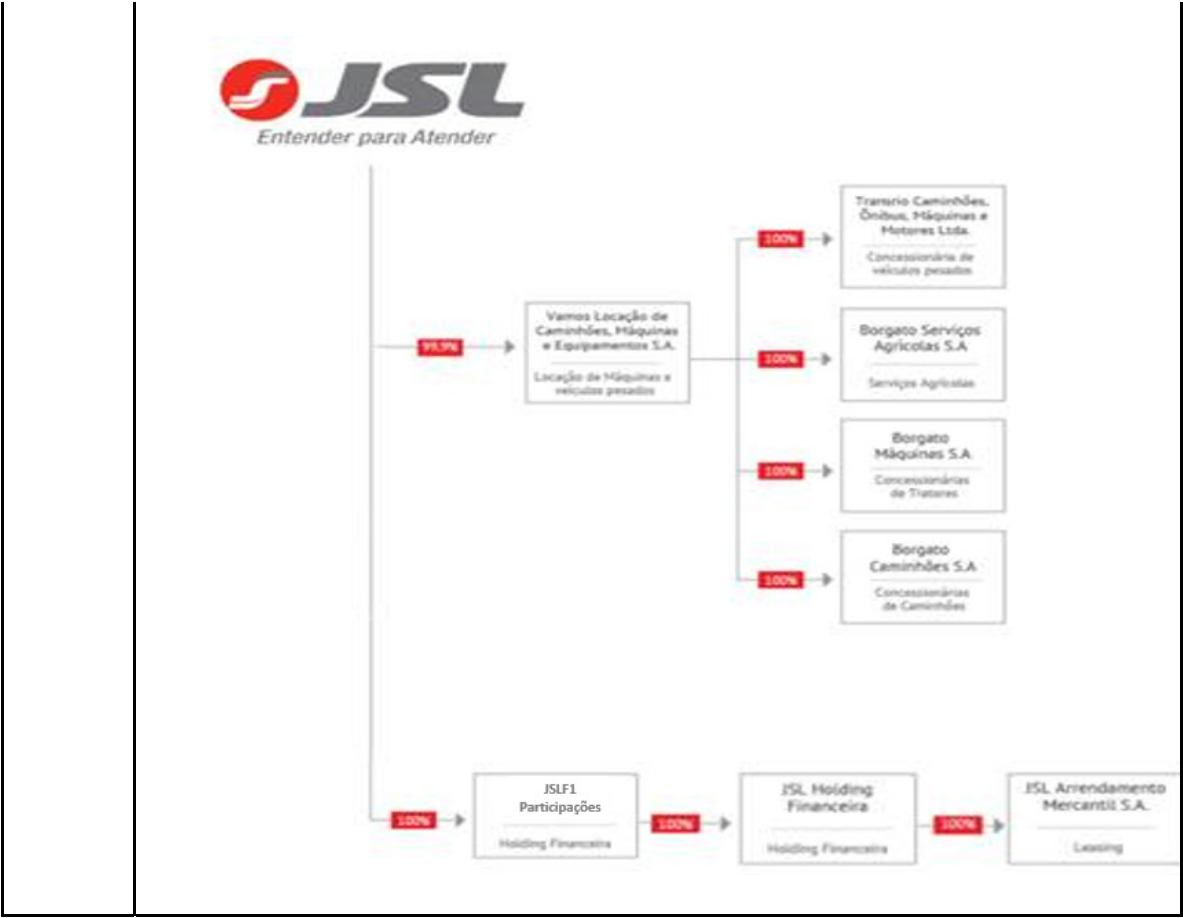


a) evento	Cisão Parcial da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
b) principais condições do negócio	A operação consiste na cisão parcial da Companhia, com a versão da totalidade da participação societária que a Companhia possui na JSL Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira") para uma nova sociedade empresária denominada JSLF1 Participações Ltda. ("JSLF1") – sendo que referida participação societária consiste em 78.709.999 (setenta e oito milhões, setecentos e nove mil, novecentas e noventa e nove) quotas, cada uma com valor nominal de R\$1,00 (um real), representativas do capital social da Holding Financeira ("Parcela Cindida")
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.; JSLF1 Participações Ltda. e JSL Holding Financeira Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A Parcela Cindida foi destinada à formação e integralização do capital social da JSLF1, que terá o valor de R\$82.879.000 – desprezados, portanto, apenas os centavos do valor da Parcela Cindida – dividido em 80.899.140 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real cada), atribuídas à JSL, em contrapartida às 42.852.943 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de sua titularidade, que serão canceladas. Com a cisão, a Holding Financeira passou a ser de titularidade da JSLF1 – que, após a Operação, passou a ser controlada diretamente pela JSL, ficando segregadas as atividades financeiras do conglomerado.

15.7 - Principais operações societárias

e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2018 e cumprimento das regras societárias aplicáveis.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação:  Depois da operação:

15.7 - Principais operações societárias



15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia não possui Política de Transações com Partes Relacionadas formalmente aprovada.

No entanto, a Companhia visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Companhia adota como prática que qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 anuais ("Montante Relevante") envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração, excluídas eventuais partes relacionadas envolvidas. As demais operações com Partes Relacionadas que envolverem montante inferior ao Montante Relevante deverão ser previamente aprovadas somente pela Diretoria da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelecem que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, deve abster-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência.

Código de Conduta

Ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 25 de fevereiro de 2019, o Código de Conduta da JSL S.A., prevê que não serão aceitas quaisquer atividades e/ou situações que impliquem em ameaça à integridade dos valores, princípios e missões assumidos pela Companhia ou que possam levantar suspeitas sobre o exercício íntegro das atividades das empresas do grupo.

Sobre relações de negócios com partes interessadas, dispõe que:

- Não é permitido solicitar, sugerir ou receber vantagens de qualquer espécie, utilizando o nome da Companhia, o cargo ou a função para a obtenção de benefícios para si ou para outrem;
- Não é permitido o recebimento de comissão ou vantagens de qualquer natureza de clientes e qualquer terceiro que mantenha relação com a Companhia;
- Não é permitido atuar na contratação de fornecedor ou prestador de serviços com quem tenha vínculo de parentesco e com aqueles que tenha mantido relação de emprego nos últimos 6 meses;
- Não é permitida a utilização de qualquer informação privilegiada para favorecer negócios de qualquer natureza, em benefício próprio ou de terceiros;
- É dever do colaborador comunicar ao gestor imediato e à área de conformidade, a existência de relacionamento profissional, de parentesco ou amoroso com fornecedores, prestadores de serviços, agentes públicos, clientes ou concorrentes da Companhia; e
- É dever do colaborador comunicar ao gestor imediato e à Área de Conformidade a sua participação societária, independente do grau, do objeto (incluindo agregados), em empresa que seja contratada para fornecer ou prestar serviços à Companhia, e concorrentes sendo que referida comunicação

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

deverá se dar no momento do processo de compra, sob pena de nulidade com a consequente resilição do contrato firmado sem qualquer ônus para a Companhia.

Acordo Comercial

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia e a JSL celebraram Acordo Comercial e Outras Avenças ("Acordo") para regular os procedimentos relacionados à adesão das partes às compras de ativos negociadas pela outra parte junto a terceiros ("Fornecedor"), bem como a venda de ativos usados da Companhia para a JSL.

Nos termos e conforme procedimento previsto no Acordo, a parte que pretender realizar uma compra de ativos novos junto a determinado Fornecedor poderá, a seu exclusivo critério, notificar previamente a outra parte, que poderá aderir à compra, observadas as mesmas condições de compra para todas as partes.

Adicionalmente, a JSL poderá adquirir da Companhia, ou vice-versa, observadas as condições previstas no Acordo, ativos utilizados pela Companhia sem seu segmento de locação.

O preço mínimo de venda ou compra dos ativos objeto do Acordo deverá corresponder ao preço médio de mercado, praticado pela Companhia nos sessenta dias anteriores ao recebimento da Intenção de Venda ou, alternativamente, mediante referência de mercado.

As aquisições ou vendas de ativos estipuladas no Acordo poderão ser realizadas diretamente pela própria JSL ou por meio de quaisquer de suas Controladas.

As transações acima descritas deverão ser previamente informadas, por escrito, aos conselheiros independentes da Companhia.

O Acordo prevê ainda uma cláusula de não concorrência entre as partes, de acordo com a qual a Companhia se obriga a não exercer atividades que tiverem como principal escopo a locação de caminhões, máquinas e equipamentos com adição de condutor, a locação de veículos ao setor público, com ou sem condutor, e, ainda, a locação de veículos leves de longo prazo (acima de doze meses) com adição de condutor e/ou que tenha oficinas e operações dedicadas e exclusivas.

O contrato possui prazo de vigência de 10 anos, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos caso nenhuma das partes se manifeste em sentido contrário com trinta dias de antecedência ao término do Acordo.

Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia e a JSL celebraram o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa ("Contrato") para regular o compartilhamento de áreas estruturadas de atividades corporativas, bem como mão de obra especializada, infraestrutura, ferramentas, tecnologias e recursos atualizados ("Estrutura Administrativa") para o atendimento e retaguarda de necessidades comuns relacionadas às atividades de ambas não consideradas atividades fim ("Atividades Compartilhadas").

As Atividades Compartilhadas compreendem atividades relacionadas às áreas de gestão de ativos, controladoria, diretoria, jurídico, recursos humanos, serviços, suprimentos e tecnologia da informação, conforme identificadas no Anexo I ao Contrato, o qual poderá ser aditado de tempos em tempo para alterar o escopo das Atividades Compartilhadas ou os critérios de rateio dos custos.

O total de custos relacionados às Atividades Compartilhadas serão alocados às partes com base em custos reais e pro rata à utilização dos serviços por cada parte. Tais custos não deverão exceder, no agregado para cada uma das partes, o valor correspondente a 1% de sua receita líquida, salvo mediante aprovação por maioria de votos dos membros independentes dos Conselhos de Administração da parte respectiva.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

O Contrato possui prazo de vigência de cinco anos, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos caso nenhuma das partes se manifeste em sentido contrário.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Avante Veículos	31/12/2018	567.000,00	567.000,00	567.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de veículos.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Compra de veículos para comercialização.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
JSL Leasing	31/12/2018	102.000,00	102.000,00	102.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Provisão de obrigações trabalhistas.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Provisões de obrigações trabalhista: férias e 13º salário de funcionários transferidos para JSL Leasing.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Família Borgato	31/12/2017	68.044.000,00	68.044.000,00	68.044.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Recompra de ações da Companhia.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Obrigações a pagar por aquisição de empresas. Recompra de ações da Companhia que haviam sido entregues na negociação de compra das Sociedades Borgato.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Original Veículos	31/12/2018	38.000,00	38.000,00	38.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos / Venda de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de máquinas e equipamentos para a Original Veículos, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CS Brasil	31/12/2017	17.000,00	17.000,00	17.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos / Compra de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de máquinas e equipamentos para a Companhia, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Compra de veículos utilizados na prestação de serviço de locação. Reembolso decorrentes do CSA (centro de serviços administrativos) da JSL S.A. – exemplo: jurídico, paralegal, T.I, auditoria interna, entre outros, que não existem na CS Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Original Veículos	31/12/2017	12.000,00	12.000,00	12.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Compra de veículos para comercialização.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ponto Veículos	31/12/2017	3.000,00	3.000,00	3.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos / Compra de veículos						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de máquinas e equipamentos para a Companhia, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Compra de veículos utilizados na prestação de serviço de locação. Reembolsos diversos devido ao pagamento ter sido realizado pela Movida Locação.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
JSL S.A.	31/12/2017	3.335.000,00	3.335.000,00	3.335.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de máquinas e equipamentos para a JSL S.A., para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CS Brasil	31/12/2017	15.449.000,00	15.449.000,00	15.449.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de máquinas e equipamentos para a CS Brasil, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Movida Participações	31/12/2017	3.352.000,00	3.352.000,00	3.352.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos / Venda de veículos						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de máquinas e equipamentos para a Movida Participações, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Movida Locações	31/12/2018	5.000,00	5.000,00	5.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos / Venda de veículos						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de máquinas e equipamentos para a Movida Locação, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
JSL Leasing	31/12/2018	1.739.000,00	1.739.000,00	1.739.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de máquinas, implementos e veículos						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato						
Natureza e razão para a operação	Venda de máquinas, implementos e veículos para realização do arrendamento ao cliente final.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ponto Veículos	31/12/2017	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos / Venda de veículos						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de máquinas e equipamentos para a Ponto Veículos, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
JSL S.A.	31/12/2017	138.953.000,00	138.953.000,00	138.953.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos / Compra de veículos						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de máquinas e equipamentos para a Companhia, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Compra de veículos utilizados na prestação de serviço de locação. Reembolso decorrentes do CSA (centro de serviços administrativos) da JSL S.A. - exemplo: jurídico, paralegal, T.I, auditoria interna, entre outros, que não existem na JSL S.A.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Movida Locações	31/12/2017	190.000,00	190.000,00	190.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos / Compra de veículos						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de máquinas e equipamentos para a Companhia, para que seja realizada a locação para seus respectivos clientes. Compra de veículos utilizados na prestação de serviço de locação. Reembolsos diversos devido ao pagamento ter sido realizado pela Movida Locação.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Família Borgato	31/12/2018	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de veículos						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Valor a receber da venda de aeronave (ativo não operacional), cujo o pagamento foi em 4 parcelas, sendo a última com vencimento em abril de 2019. Cabe destacar que a aeronave objeto da venda passou a pertencer a Companhia a partir da aquisição das Sociedades Borgato.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Adotamos práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Companhia adota e incentiva entre seus administradores e colaboradores elevados padrões de integridade e ética em todas as suas atividades, objetivando continuamente a valorização da Companhia e de suas ações, a proteção de seus investidores, empregados, acionistas e clientes, a igualdade no tratamento dos acionistas e a transparência das informações ao mercado.

A Companhia entende que conflito de interesses surge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório em que ela tenha o poder de influenciar o resultado final, assegurando um ganho para si, algum familiar, ou terceiro com o qual esteja envolvido, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento.

No caso da Companhia, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas. Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação, nos termos das práticas adotadas pela Companhia, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Adicionalmente, a Superintendência Financeira e o Conselho de Administração, conforme o caso, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada caso concluam ser equitativa, comutativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu critério, condicionar a aprovação da transação com parte relacionada às alterações que julgar necessárias.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Vale destacar que as operações e os negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o seu desempenho e levam sempre em consideração condições equivalentes às que forem estipuladas entre partes independentes, como o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação) – ou, quando de prazo indeterminado, garantem à Companhia o direito de rescindi-los a seu exclusivo critério, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável). Além disso, as operações com partes relacionadas seguem procedimentos previamente aprovados pelos órgãos decisórios da Companhia.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia, por meio de sua Diretoria e do Conselho de Administração, conforme o caso, atuará de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios:

- (i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação; e

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

- (ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio.

Além do exposto acima, as operações com partes relacionadas, desde a deliberação sobre ela até sua efetiva contratação, seguem procedimentos previamente aprovados pelos órgãos decisórios da Companhia.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 16.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
08/04/2019	482.817.035,79	Não aplicável	96.817.831	0	96.817.831
Tipo de capital	Capital Subscrito				
08/04/2019	482.817.035,79	Não aplicável	96.817.831	0	96.817.831
Tipo de capital	Capital Integralizado				
08/04/2019	482.817.035,79	Não aplicável	96.817.831	0	96.817.831
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/10/2017	0,00	Não aplicável	500.000.000	0	500.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/01/2016	Assembleia geral de quotistas	31/01/2016	11.305.709,00	Subscrição particular	11.305.709	0	11.305.709	8,69000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
30/04/2016	Assembleia geral de quotistas	30/04/2016	4.790.095,00	Subscrição particular	4.790.095	0	4.790.095	0,37000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
31/05/2016	Assembleia geral de quotistas	31/05/2016	16.263.838,00	Subscrição particular	16.263.838	0	16.263.838	0,93000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
30/06/2016	Assembleia geral de quotistas	30/06/2016	9.700.437,00	Subscrição particular	9.700.437	0	9.700.437	0,28000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
31/08/2016	Assembleia geral de quotistas	31/08/2016	15.330.882,00	Subscrição particular	15.330.882	0	15.330.882	0,35000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação Cisão Parcial, elaborado por empresa especializada.								
Forma de integralização		Integralização mediante incorporação da parcela cindida.								
15/09/2016	Assembleia geral de quotistas	15/09/2016	27.535.475,00	Subscrição particular	27.535.475	0	27.535.475	0,46000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/09/2016	Assembleia geral de quotistas	30/09/2016	1.600.000,00	Subscrição particular	1.600.000	0	1.600.000	0,01800000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação da J.P. Tecnolimp S.A., elaborado por empresa especializada.								
Forma de integralização		Integralização mediante incorporação da J.P. Tecnolimp S.A.								
31/10/2016	Assembleia geral de quotistas	31/10/2016	20.710.738,00	Subscrição particular	20.710.738	0	20.710.738	0,23000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
11/11/2016	Assembleia geral de quotistas	11/11/2016	1.203.774,00	Subscrição particular	1.203.774	0	1.203.774	0,01000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
30/11/2016	Assembleia geral de quotistas	30/11/2016	9.564.423,00	Subscrição particular	9.564.423	0	9.564.423	0,08000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
27/12/2016	Assembleia geral de quotistas	27/12/2016	2.477.227,00	Subscrição particular	2.477.227	0	2.477.227	0,02000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
31/01/2017	Assembleia geral de quotistas	31/01/2017	5.765.408,00	Subscrição particular	5.765.408	0	5.765.408	0,04000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/02/2017	Assembleia geral de quotistas	28/02/2017	4.216.305,00	Subscrição particular	4.216.305	0	4.216.305	0,03000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
31/03/2017	Assembleia geral de quotistas	31/03/2017	2.420.029,00	Subscrição particular	2.420.029	0	2.420.029	0,01000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
30/04/2017	Assembleia geral de quotistas	30/04/2017	489.987,00	Subscrição particular	489.987	0	489.987	0,00300000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
31/08/2017	Assembleia geral de quotistas	31/08/2017	3.084.411,00	Subscrição particular	3.084.411	0	3.084.411	0,02000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei nº 1.598.								
Forma de integralização		Integralização referente a ativos da JSL S.A.								
31/10/2017	Assembleia Geral de Acionistas	31/10/2017	154.989.109,77	Subscrição particular	84.508.650	0	84.508.650	106,72000000	1,83	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação Cisão Parcial, elaborado por empresa especializada.								
Forma de integralização		Integralização mediante incorporação da parcela cindida.								
31/10/2017	Assembleia Geral de Acionistas	31/10/2017	64.147.116,42	Subscrição particular	34.976.562	0	34.976.562	44,17000000	1,83	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação Cisão Parcial, elaborado por empresa especializada.								
Forma de integralização		Integralização mediante participação societária que a acionista JSL S.A. detém na JSL Financeira.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/10/2017	Assembleia Geral de Transformação em Sociedade por Ações	31/10/2017	7.460.000,00	Subscrição particular	3.954.110	0	3.954.110	0,05400000	1,88	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão foi determinado com base no patrimônio líquido da ação, nos termos do art. 170, §1º, II da Lei das Sociedades por Ações.								
Forma de integralização		Integralização referente a valores de adiantamentos para futuro aumento de capital.								
21/12/2017	Assembleia Geral de Acionistas	21/12/2017	113.202.774,64	Subscrição particular	61.724.425	0	61.724.425	31,00000000	1,83	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão foi determinado com base no patrimônio líquido da ação, nos termos do art. 170, §1º II da Lei das Sociedades por Ações.								
Forma de integralização		Integralização mediante a capitalização dos valores relativos ao adiantamento para futuro aumento de capital transferidos pela acionista JSL S.A. à Companhia.								
22/12/2017	Assembleia Geral de Acionistas	22/12/2017	88.138.225,36	Subscrição particular	31.937.430	0	31.937.430	18,45000000	2,76	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação das Companhias Borgato, elaborado por empresa especializada.								
Forma de integralização		Integralização mediante subscrição e integralização das ações emitidas pelos acionistas das Companhias Borgato, na proporção de suas participações societárias em cada uma das Companhias Borgato.								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
08/04/2019	290.453.495	0	290.453.495	96.817.831	0	96.817.831

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/12/2018	31/12/2018	80.899.140,25	42.852.943	0	42.852.943	12,81700000	0,00
Forma de restituição		Não houve restituição aos acionistas.					
Razão para redução		Cisão parcial da Companhia, com a versão da totalidade da participação societária que a Companhia possui na JSL Holding Financeira Ltda. para uma nova sociedade empresária denominada JSLF1 Participações Ltda.					
.....							

17.5 - Outras informações relevantes

Em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 08 de abril de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram o cancelamento de 21.553.895 ações (em tesouraria) de emissão da Companhia, passando o capital social a ser composto por 290.453.495 ações. Nesta mesma data, foi aprovado o grupamento das ações (na proporção de 3:1) de modo que o capital social da Companhia ficou composto por 96.817.831 ordinárias.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 12, "k" do Estatuto Social.
Outras características relevantes	N.A.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Adicionalmente, aquele que atingir participação de 30% de ações ordinárias de nossa emissão estará obrigado a efetivar oferta pública de aquisição de ações e valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia, nos termos do Código de Autorregulação de Aquisições e Fusões editado pelo Comitê de Aquisições e Fusões – CAF.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia não possuía ações em negociação no mercado.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações da Companhia, da Espécie Quirografária, com Garan
Data de emissão	15/02/2019
Data de vencimento	14/02/2024
Quantidade (Unidades)	300.000
Valor total (Reais)	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	300.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Debêntures privadas.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	O resgate antecipado facultativo total das debêntures poderá ser realizado a qualquer tempo, a exclusivo critério da Companhia, e com comunicado à debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA de no mínimo 5 (cinco) dias úteis da data proposta para resgate. O resgate antecipado facultativo total das debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures, ocorrerá mediante pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data e Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, e sem qualquer prêmio.
Características dos valores mobiliários	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	Destinação de Recursos: Os recursos obtidos com a integralização das Debêntures serão destinados à aquisição, a pedido dos produtores rurais, ou cooperativa de produtores rurais, das máquinas e implementos agrícolas, inclusive veículos, e de sua simultânea locação a eles, para emprego exclusivamente nas atividades de produção de produtos e insumos agropecuários. Vencimento antecipado: Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Fiadora, descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita, entre outros. Restrições Impostas ao Emissor: Índice Dívida Líquida / EBITDA Consolidado, igual ou inferior a 4,0x. EBITDA Consolidado / Despesa Financeira Líquida igual ou superior a 2,0x. O valor total das debêntures está limitado a R\$ 250 milhões, uma vez que referida emissão dá lastro à 21ª Emissão de Certificados de Recebíveis da VERT Companhia Securitizadora.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária
Data de emissão	20/08/2019
Data de vencimento	20/08/2026

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade (Unidades)	800.000
Valor total (Reais)	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	800.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O plano de distribuição pública seguirá o procedimento e os limites estabelecidos pela Instrução CVM 476. Para tanto, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, e apenas poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos na ICVM 539/2013.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, (i) a partir de 20 de agosto de 2022 as Debêntures da Primeira Série; e (ii) a partir de 20 de agosto de 2024 as Debêntures da Segunda Série. O valor do resgate será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização da(s) respectiva(s) Série(s) ou a Data de Pagamento de Remuneração da(s) respectiva(s) Série(s) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano.
Características dos valores mobiliários	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações dos direitos assegurados por tais debêntures precederá de aprovação em assembleia dos debenturistas convocada para tanto.
Outras características relevantes	Não atendimento dos índices financeiros relacionados a seguir, conforme definição descrita na Escritura de Emissão: Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	0

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As debêntures da Companhia foram objeto de colocação privada, não sendo admitidas à negociação.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Os diretores da Companhia informam que não houve oferta pública de distribuição efetuada pela Companhia ou por terceiros nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não aplicável, pois a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.12 - Outras informações relevantes

Em 12 de março de 2019, a VERT Companhia Securitizadora divulgou o aviso ao mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), os quais são lastreados pelas debêntures emitidas pela Companhia, descritas no item 18.5 acima ("Debêntures"). Nesse sentido, elencamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 1ª série da 21ª emissão da VERT Companhia Securitizadora
Data de emissão	15/02/2019
Data de vencimento	15/02/2024
Quantidade (Unidades)	250.000
Valor nominal global (Reais)	250.000.000,00
Saldo devedor em aberto	250.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Haverá o resgate antecipado obrigatório dos CRA na ocorrência (i) da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.26 da Escritura de Emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"); (ii) do resgate antecipado obrigatório das Debêntures, caso não haja acordo em relação à taxa substitutiva, conforme previsto na Cláusula 6.14.6 da Escritura de Emissão; (iii) do resgate antecipado facultativo das Debêntures na hipótese prevista na Cláusula 6.16 da Escritura de Emissão; ou (iv) do resgate antecipado das Debêntures em razão da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.17 da Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização ou desde a data de pagamento da remuneração dos CRA imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria no período corrente e nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não adota “Política de Negociação de Valores Mobiliários” de sua emissão, uma vez que as ações da Companhia não são admitidas a negociação perante quaisquer dos segmentos de listagem da B3. Caso a Companhia venha a realizar pedido de admissão de negociação de suas ações perante à B3, a Companhia elaborará e aprovará referida política, bem como atualizará o presente item oportunamente.

20.2 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM nº 358/2002.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política de Divulgação"), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções da CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto. Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (<http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/>), bem como fisicamente na sede

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

administrativa da Companhia na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-0001.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do conselho de administração, realizada em 30 de outubro de 2018, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do diretor de relações com investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/>) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do diretor de relações com investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o diretor de relações com investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.3 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao diretor de relações com investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao diretor de relações com investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@vamos.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Seção 5 da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do diretor de relações com investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o diretor de relações com investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do diretor de relações com investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o diretor de relações com investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@vamos.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Sr. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item.